

CONHECER A REALIDADE SOCIAL DO LUGAR DE  
PROJETO EM CONTEXTO ACADÉMICO

Uma aproximação ao Bairro da Relvinha



**MARIA COSTA CATRÉ**

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura  
Sob orientação do Professor Catedrático José António Bandeirinha  
e da Arquiteta Carolina Coelho

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra  
Departamento de Arquitetura | junho de 2017



CONHECER A REALIDADE SOCIAL DO LUGAR DE  
PROJETO EM CONTEXTO ACADÉMICO

Uma aproximação ao Bairro da Relvinha

A presente Dissertação segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 e as normas da Associação Americana de Psicologia (APA) para a referência bibliográfica.

As citações diretas que integram o corpo de texto encontram-se em Língua Portuguesa, por forma a facilitar a leitura continuada do mesmo. No caso das citações diretas de fonte original estrangeira, é apresentada a tradução livre da autora no corpo de texto, acompanhada pela transcrição original em nota de rodapé.

*Agradeço ao Professor José António Bandeirinha pela orientação atenta e perspectivas sábias nos momentos certos.*

*À Professora Carolina Coelho pela incansável dedicação, por confiar em mim e por acreditar no meu trabalho.*

*À Professora Sandra Xavier por despertar a motivação para esta Dissertação e pelo apoio no âmbito da sua disciplina.*

*Aos moradores do Bairro da Relvinha e à Cooperativa Semearrelvinhas pelas portas abertas e pelo inigualável exemplo de determinação e solidariedade.*

*Ao atelier do Professor João Mendes Ribeiro pela partilha de material gráfico e por acolher este trabalho de forma genuína.*

*À minha família e amigos pelo apoio e alegria dos últimos cinco anos.*

*Ao Arnaldo pela presença, carinho e otimismo.*



## SUMÁRIO

Resumo   Abstract	1
Introdução	5
<b>1</b>	
Da ação social da arquitetura em Portugal ao ensino de projeto em Coimbra	11
1.1 Arquitetura e responsabilidade social em Portugal na segunda metade do século XX	13
1.2 Discussões sobre o ensino de arquitetura e projeto em Coimbra no século XXI	31
<b>2</b>	
Intervir no contexto do Bairro da Relvinha	45
2.1 Identificação do objeto de estudo e exposição do contexto do <i>workshop</i> a informar	47
2.2 O processo SAAL, a autoconstrução e apropriação do Bairro da Relvinha	55
<b>3</b>	
Metodologias de aproximação ao território como meio de informar um projeto de arquitetura	83
3.1 Metodologias qualitativas para aproximação ao contexto de um território	85
3.2 Aplicação de instrumentos e técnicas para reconhecimento do Bairro da Relvinha	129
<b>4</b>	
Proposta de abordagem para intervir no Bairro da Relvinha em âmbito académico	159
4.1 Proposta para um <i>workshop</i> de intervenção no Bairro da Relvinha hoje	161
4.2 Conhecer para informar: contributo das metodologias empreendidas para o exercício projetual	179
Considerações finais: contributo do conhecimento da realidade social para o ensino de projeto	187
Referências bibliográficas	193
Listagem de entrevistas formais realizadas e transcritas em anexo	213
Referências e créditos das imagens	215
Anexos	227
Entrevista individual a um morador da primeira fase do Processo SAAL com utilização de <i>photo elicitation</i>	229
Entrevista individual a um morador da segunda fase do Processo SAAL com utilização de <i>photo elicitation</i>	245
Entrevista de grupo com utilização de <i>photo elicitation</i>	253
Entrevista individual com utilização de <i>photo elicitation</i> a partir de <i>photovoice</i>	259



## RESUMO

Com este trabalho pretende-se compreender de que modo podem os alunos de arquitetura aprender a entender um lugar enquanto realidade social, podendo tomar isso como conhecimento para intervir em projeto. Considerando as vivências humanas como parte da compreensão e caracterização dos espaços em arquitetura, o seu entendimento em âmbito acadêmico apresenta-se como fundamental, podendo ser desenvolvido de várias formas nas Escolas de arquitetura, seja por meio do ensino de projeto ou por meio do cruzamento disciplinar com as ciências sociais e humanas.

A concretização da motivação é dada no conhecimento do objeto de estudo, Bairro da Relvinha, pela construção metodológica de uma aproximação ao mesmo. Através do estudo para análise da realidade social do Bairro da Relvinha, esta Dissertação poderá informar um *workshop* previsto para 2018 entre professores e alunos, no âmbito de um projeto de investigação a decorrer, consistindo numa proposta de intervenção efetiva. Partindo de uma experiência prática suportada por investigação teórica, procura-se concluir acerca da aplicação de métodos que possam informar a disciplina de arquitetura e o contexto particular em estudo.

Pretende-se, com a descrição e empreendimento de processos e ferramentas que visem conhecer os agentes sociais do lugar, realizar uma reflexão crítica acerca da oportunidade que as Escolas de arquitetura têm para sensibilizar os futuros arquitetos para as questões relacionadas com as vivências humanas como conhecimento significativo para o exercício projetual.

Palavras-chave:

Ensino de Projeto, Relação arquiteto-habitante, Função social do arquiteto, Vivências sociais do espaço, Interdisciplinaridade



## ABSTRACT

With this work we intend to understand how architecture students can learn to perceive a place as a social reality, being able to integrate that knowledge into their projects. Considering human experiences as part of the characterization of spaces in architecture, their understanding in the academic scope is fundamental and can be developed in several ways by the Schools of architecture, either through the subject of the design studio or by integrating multidisciplinary contributes from the social and human sciences.

The motivation is achieved by the knowledge attained about the object of study, Bairro da Relvinha, through the construction of a methodological approach to it. The analysis of the social reality of the neighborhood of Relvinha done by this Dissertation can inform a workshop to be developed in 2018 between teachers and students, within a research project under development, consisting on a proposal for an actual intervention. Starting with a practical experience supported by theoretical research, we seek conclusions about the application of methods that can inform the subject of architecture and this particular context under study.

With the description and development of the processes and tools aimed at getting to know the social agents of the place, we intend to make a critical reflection about the opportunity the Schools of architecture have to sensitize the future architects to the questions related to human experiences as significant knowledge for the design practice.

### Key-words:

Design Studio Teaching, Architect-inhabitant relationship, Social role of the architect, Social experiences in space, Interdisciplinarity



## INTRODUÇÃO

A arquitetura carrega em si a possibilidade de resposta às necessidades e vivências humanas, que pode ser considerada como uma responsabilidade de várias dimensões. As práticas e significados que o Homem atribui a um lugar fazem parte da sua compreensão e caracterização em arquitetura, pelo que o seu entendimento se apresenta como fundamental em âmbito profissional e académico.

A importância da complexidade das relações do Homem para o pensamento arquitetónico tornou-se evidente a nível global na segunda metade do século XX, quando as manifestações do Movimento Moderno levaram ao questionar de uma nova relação entre arquitetura, sociedade, arte e ciência. A problematização da relação arquiteto-experiência humana vigora, nesta época, em conceitos como *bottom up* (“de baixo para cima”), neste caso, da ótica de quem utiliza para quem planeia e financia. Esta visão centrada na comunidade é exemplo de uma perspetiva quotidiana de crítica ao planeamento apresentado nas Escolas de arquitetura, pelo desejo de uma maior aproximação à realidade (Jacobs, 2003)<sup>1</sup>. Partindo desta visão da arquitetura centrada no Homem, surgiu também em Portugal, nas décadas de 1950 e 1960, um debate sobre a formação e função do arquiteto na sociedade, cujas consequências ainda hoje presenciamos.

As Escolas de arquitetura têm, também hoje, a possibilidade sensibilizar os seus alunos para a valorização do contacto com os habitantes do lugar onde pretendem intervir, seja no ensino de Projeto ou através do cruzamento interdisciplinar com as ciências sociais e humanas. Esta hipótese de contacto e diálogo pode trazer ao ensino de arquitetura a possibilidade de elaboração de projetos que considerem os significados, usos e experiências dos espaços de forma a responder às necessidades dos seus utilizadores e a procurar uma adequação ao contexto em que se inserem.

Considerando esta premissa, o objetivo geral da Dissertação é compreender como podem os alunos de arquitetura conhecer a realidade social dinâmica dos lugares onde pretendem intervir, considerando o valor desse conhecimento para o processo de projeto enquanto meio de aproximar o projeto do seu contexto físico e sociocultural. Para atingir este objetivo, procuraremos responder à questão: *Que processos e ferramentas se podem ensinar nas Escolas de arquitetura para conhecer a realidade social de um lugar e as necessidades dos utilizadores de um espaço, de forma a implementar no projeto esses conhecimentos adquiridos?*

A partir da problemática colocada, um dos objetivos específicos deste trabalho é conhecer e empreender metodologias multidisciplinares para aproximação às

---

<sup>1</sup> Note-se que a publicação original data de 1961.



vivências espaciais do objeto de estudo, Bairro da Relvinha, localizado na Freguesia de Eiras, em Coimbra. Desta forma, pretende-se avaliar a relevância dessas metodologias para o conhecimento da realidade social enquanto parte do projeto em arquitetura.

Consequentemente, procurar-se-á realizar uma proposta informada para aplicação num *workshop* internacional em âmbito académico a realizar no mesmo local, propondo metodologias de aproximação entre os alunos participantes e os habitantes dos espaços, como forma de conhecer as suas dinâmicas sociais para responder às suas necessidades atuais e elaborar projetos adequados ao contexto sociocultural do lugar.

Desta forma, será possível esclarecer a importância da multidisciplinariedade na arquitetura e a relevância do cruzamento disciplinar no seu ensino, particularmente em projeto, propondo uma reflexão crítica acerca das oportunidades que as Escolas de arquitetura têm para sensibilizar os estudantes para as vivências humanas e experiências espaciais como conhecimento significativo para o exercício projetual.

O processo de investigação inicia-se com a análise bibliográfica e construção de um suporte teórico de conhecimento em temáticas a investigar para responder à questão colocada, cruzando conceitos do ensino da arquitetura, do projeto e das ciências sociais e humanas. Através de uma sequência de procedimentos de aproximação ao território, apresenta-se a aplicação prática de metodologia pluridisciplinar empreendida em trabalho de campo na Dissertação, segundo técnicas e instrumentos pertinentes em arquitetura, e a partir da qual será possível a elaboração de uma proposta para o projeto de investigação a informar. Considerou-se essencial o contacto com os espaços e os seus atores sociais, auscultando-os e descrevendo situações significativas para a leitura produzida do lugar. Pretendeu-se, com esta construção metodológica, partir de uma abordagem específica a um objeto de estudo para uma reflexão global sobre as matrizes e possibilidades no ensino de arquitetura e projeto.

O primeiro capítulo apresentará antecedentes do ensino de arquitetura em Portugal, desde a crescente preocupação com a ação social da arquitetura a nível nacional no século XX, às discussões consequentes no ensino de projeto da Escola de Coimbra na atualidade. Compreendendo o modo como um ensino de Belas-Artes deu origem a um ensino com preocupações políticas e sociais, analisaremos as perspetivas e experiências pedagógicas de arquitetos atentos à consciência social da arquitetura, tais como Nuno Portas e Octávio Lixa Filgueiras. A valorização da formação humanística e interdisciplinar como contributo para o entendimento das necessidades sociais e humanas em arquitetura nos anos de 1960 apresenta-se, por fim, em continuidade no ensino “pelo projecto” (Moniz & Providência, 2013), defendido em Coimbra no século XXI.

O contexto do objeto de estudo é introduzido no segundo capítulo, no qual será explicitado o contexto do projeto de investigação para o qual se pretende elaborar uma proposta, bem como o âmbito em que será desenvolvido e as condicionantes que o



caracterizam. Na análise do objeto de estudo, identificamos momentos de consolidação do debate da década anterior com a instituição do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), após a Revolução de 1974. A resposta do SAAL às situações precárias de habitação no país proporcionou, no Bairro da Relvinha, um exemplo particular desta arquitetura. Sendo o único da cidade de Coimbra a finalizar o projeto da Operação SAAL, o Bairro da Relvinha é marcado pela autoconstrução e apropriação dos moradores, presentes nas suas memórias e vivências atuais dos espaços.

No terceiro capítulo, partimos da análise bibliográfica multidisciplinar de várias metodologias qualitativas de reconhecimento do território, por forma a podermos optar pelos instrumentos a aplicar no contacto com o local em estudo. Descrevemos os objetivos e particularidades de algumas metodologias, identificando exemplos auxiliares na conclusão acerca da sua aplicabilidade no conhecimento de uma realidade social para informar um projeto de arquitetura. A partir desta pesquisa, expomos as matrizes e etapas a empreender em trabalho de campo, clarificando a nossa aproximação ao local. A análise do trabalho de campo realizado terá ainda lugar neste capítulo, ilustrando-se o processo empreendido através dos elementos gráficos elaborados e das entrevistas formais realizadas, transcritas em anexo. A partir dos contactos estabelecidos, avaliam-se os contributos dos dados recolhidos para o conhecimento da realidade social do lugar como meio de informar uma proposta de arquitetura. A descrição e interpretação dos conteúdos permitiu conhecer as vivências e dinâmicas sociais atuais dos espaços e perceber a sua relevância para a elaboração de um projeto futuro.

Os significados e práticas observados traduzem-se, no quarto capítulo, numa proposta de aproximação à realidade do Bairro da Relvinha no âmbito de um *workshop* académico a acontecer em 2018. Assim, partindo de uma componente teórica, concretiza-se uma aproximação ao objeto de estudo numa experiência prática, o que resulta na elaboração de sugestões informadas a partir do contacto com os moradores, traduzidas em propostas a considerar num projeto de intervenção. Este capítulo final retoma a questão de investigação apresentada e a contextualização sobre o ensino de arquitetura em Portugal e em Coimbra, introduzida no primeiro capítulo. Numa abordagem de base inclusiva e interdisciplinar, abrangendo os diferentes níveis de análise necessários à compreensão da problemática lançada, não se pretende obter uma resposta conclusiva ou determinista à questão colocada, mas sim refletir sobre o modo como o conhecimento de um lugar enquanto realidade social pode contribuir para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção em âmbito académico.

Permanece hoje a questão de como concretizar as intenções debatidas nas últimas décadas relativamente à responsabilidade social da arquitetura, em especial no caso do ensino. Para além da possibilidade de informar uma proposta de intervenção efetiva, esta Dissertação pretende refletir sobre o contributo do conhecimento das vivências e experiências de relação entre os habitantes e os espaços em arquitetura como parte de uma discussão atual sobre o ensino de projeto.



1

DA AÇÃO SOCIAL DA ARQUITETURA EM PORTUGAL AO ENSINO DE PROJETO  
EM COIMBRA



## 1.1

### ARQUITETURA E RESPONSABILIDADE SOCIAL EM PORTUGAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Em Portugal, a nova relação entre arquitetura, ciência, arte e sociedade discutida na segunda metade do século XX, como consequência das manifestações do Movimento Moderno, está ligada ao desenvolvimento de um pensamento crítico acerca da função e formação social do arquiteto. Para uma reflexão sobre o contributo do conhecimento do lugar enquanto realidade social para o ensino de projeto na contemporaneidade, é realizada uma contextualização de várias perspetivas debatidas anteriormente no país e, no subcapítulo seguinte, em Coimbra.

Torna-se pertinente conhecer como é que um ensino artístico de *Beaux-Arts* na primeira metade do século XX deu origem a um ensino moderno consciente da ação social da arquitetura e do arquiteto e de que modo é que se procuraram efetivar essas preocupações políticas, cívicas e sociais. O modo como o “ensino moderno”, como é designada esta atitude perante a formação por Gonçalo Canto Moniz (2011), se procurou comprometer com a realidade, aproximando-se da cultura, da interdisciplinaridade e do humanismo nas Escolas de arquitetura de Lisboa e do Porto será um ponto de partida para o desenvolvimento de um trabalho dentro do ensino do século XXI. Esta contextualização torna-se pertinente na medida em que nos permitirá compreender uma sequência de reflexões e experiências acerca da relação entre os alunos de arquitetura e o contexto da realidade de um lugar de projeto, podendo assim contribuir para a nossa própria reflexão atual sobre o tema.

No início do século XX, o ensino de arquitetura em Portugal estava diretamente ligado ao sistema de ensino francês das *Beaux-Arts*, pela criação das Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto em 1836 (Moniz, 2011). Nesta época, a centralidade cultural e artística da Escola de Paris refletia-se a nível internacional e o seu modelo de ensino, adotado por escolas de diferentes países, foi verdadeiramente consolidado no contexto português com a Reforma de 1932. Com esta medida, a construção de um método pedagógico português baseado na estratégia de ensino francês de matriz clássica, assente em aulas e ateliers, promoveu o conceito e a formação do *arquiteto artista* no país durante os anos seguintes.

A intensificação do uso da metodologia pedagógica das *Beaux-Arts* em Portugal, consequente da Reforma de 1932, “foi inibidora de uma adesão plena ao moderno, prolongando, de um modo geral, o caráter eclético dos portugueses” (Moniz, 2011, p. 133). Em 1932, numa altura em que as correntes do Movimento Moderno já se afirmavam além-fronteiras, em Portugal vigorava o ensino por oficinas em Belas-Artes, implementado por José Marques da Silva na Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP) e por Luís Cristino da Silva na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (ESBAL).



Na ESBAL, na década de 1930, é de salientar o período em que João António Piloto foi diretor e a escola enveredava para um corpo docente envelhecido. Esta época, conturbada pela saída e entrada de professores, por concurso ou convite, acabou por dar origem à geração que implementou na ESBAL o ensino das Belas-Artes. Foi também marcante a presença de alunos dinamizadores e interventivos como Paulo Cunha e Keil do Amaral, que manifestaram de forma ativa o seu descontentamento perante os métodos de ensino da altura, reivindicando a implementação de um ensino moderno que pudesse aliar questões artísticas e construtivas (Moniz, 2011, p. 124). Quando Luís Cristino da Silva é nomeado professor de Arquitetura em 1933, promove o ensino das Belas-Artes até aos anos de 1950, valorizando aspetos coerentes com este pensamento, como as qualidades artísticas e estéticas do desenho, articuladas de forma disciplinar com o caráter do programa.

No Congresso de 1948, iniciativa do Sindicato Nacional dos Arquitetos onde foram debatidas várias perspetivas acerca do objetivo e método do ensino de arquitetura no país, Keil do Amaral realiza uma intervenção na qual critica a prática pedagógica da ESBAL, propondo uma transformação que teve como referência o quadro pedagógico das escolas modernas americanas. Como consequência das ruturas e discussões que antecederam o Congresso e que aí tomaram forma, Carlos Ramos, David Moreira da Silva, Luís Cristino da Silva, Paulino Montez e Pardal Monteiro organizaram uma comissão para elaboração de um relatório acerca da “Reforma do Ensino das Belas-Artes” (Moniz, 2011, p. 179), que foi apenas regulamentada em 1957.

Na ESBAP, a formação parisiense do diretor José Marques da Silva contribuiu para a valorização da formação artística na escola. Após a introdução de uma “cultura de escola” (Moniz, 2011, p. 39) e da renovação do corpo docente por parte de José Marques da Silva, seguiu-se a construção de uma reflexão teórica em torno da prática pedagógica e profissional, apenas efetivada pelos diretores que lhe sucederam. Embora a procura de um equilíbrio entre o humanismo, a arte e a técnica esteja presente desde José Marques da Silva na Escola do Porto, esta relação tendeu para lados diferentes em diferentes momentos da história da ESBAP e veio a alterar-se de forma consequente com a Reforma de 1957.

A mudança que se verificou com a Reforma de 57 assenta no conceito de ensino de pedagogos modernos como John Dewey (Moniz, 2011, p. 138), que defende uma aprendizagem pela experiência. Este sistema educativo baseado na liberdade individual, experiência e democracia contraria o método tradicional de aprendizagem passiva, promovendo o envolvimento do aluno e o desenvolvimento de espírito crítico. Os padrões que se viviam noutras escolas modernas de arquitetura foram também referência para a revisão do ensino em Portugal, tal como o trabalho experimental da Bauhaus e a consolidação de um modelo de escola moderna baseado no método de projeto que Harvard desenvolveu.



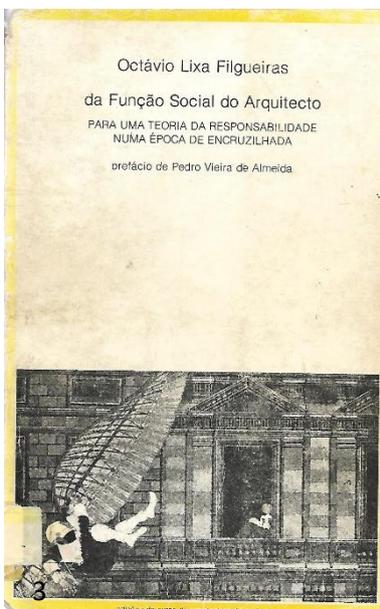
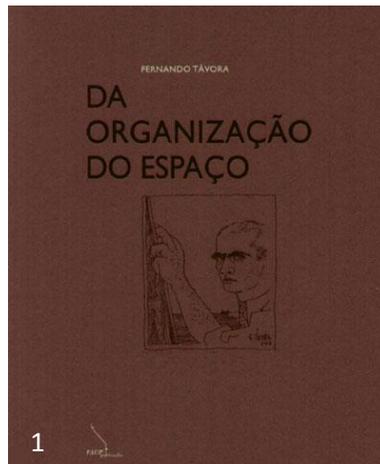
Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) contribuíram ainda para a discussão sobre o ensino a nível internacional com a criação de uma comissão de educação com o CIAM 6, em 1947. As preocupações desta comissão, relacionadas com o carácter do trabalho a desenvolver nas escolas de arquitetura, focavam-se em concluir sobre o que aprender e como aprender (Moniz, 2011). O debate de opiniões sobre o ensino praticado nas academias na comissão de educação dos CIAM, com a divulgação das metodologias da escola moderna de Walter Gropius em Harvard, gerou discussão sobre a formação, mas também acerca da sua articulação com a prática profissional.

A Reforma de 1957, envolvida no contexto destas referências de ensino moderno a nível internacional, permitiu consolidar a ideia de arquitetura moderna em Portugal e de um ensino moderno de arquitetura (Moniz, 2011). A ESBAL e a ESBAP sofreram alterações a nível curricular e este processo veio a ser implementado por alunos, professores e arquitetos, criticando a posição das *Beaux-Arts* e associando-se à pedagogia moderna, mais próxima de um ensino universitário. A formação do arquiteto passou a ter uma maior abrangência cultural, de educação técnica e social e não só artística. Em Portugal, surgiram novos currículos com diversidade de disciplinas artísticas, culturais e científicas, que aproximaram as escolas de Belas-Artes das escolas de arquitetura americanas visitadas e referenciadas, por exemplo, por Frederico George e Keil do Amaral.

As escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto foram-se transformando a partir deste momento, incorporando as várias dimensões do ensino moderno de arquitetura: “profissional, prático, real, humanista, democrático, universitário, técnico, científico, de investigação, social ou cultural” (Moniz, 2011, p. 204). Passam a associar à função pedagógica da escola a função de investigação e um carácter social e cultural, com um currículo mais técnico e científico do que anteriormente, mas também com inclusão de disciplinas das ciências sociais e humanas.

A dimensão humanista do ensino moderno de arquitetura em Portugal a partir da segunda metade do século XX, sobre a qual nos interessa refletir como ponto de partida para esta Dissertação, deu origem, com a Reforma de 1957, a momentos experimentais de relação e articulação entre o ensino, o arquiteto e a sociedade. Apresentamos de seguida alguns destes momentos e figuras importantes que lhes estiveram associadas até à década de 1970, por forma a que possamos entender melhor o seu contexto, significado e impacto na Escola do Porto, na Escola de Lisboa e no ensino de arquitetura português de modo global.

Na ESBAP, Carlos Ramos, diretor da escola entre 1952 e 1967, teve um papel relevante na transição para uma formação mais ligada ao humanismo. Este professor demonstrou uma preocupação com a atualização do ensino em relação às circunstâncias do tempo e sociedade (Moniz, 2012). A apropriação da matriz pedagógica de Walter



1. Capa do livro *Da Organização do Espaço*, de Fernando Távora (2008)
2. Capa do livro *Para uma cidade mais humana*, de João Andresen (1962)
3. Capa do livro *Da função social do arquitecto*, de Octávio Lixa Filgueiras (1985)

Gropius por parte de Carlos Ramos<sup>2</sup> demonstra o modo como ele se revê na formação moderna, prática e alicerçada na realidade que o arquiteto alemão defende. Este professor e pedagogo escreveu e discutiu acerca da Escola do Porto, construindo um pensamento sobre o ensino e renovação das práticas pedagógicas em vigor e acentuando a relevância do papel do arquiteto na sociedade.

A formação dos alunos de Carlos Ramos foi resultante do seu trabalho na Escola do Porto, como diretor e como professor. Alunos influenciados pelo seu sentido crítico como João Andresen, Fernando Távora e Octávio Lixa Filgueiras vieram mais tarde a ter uma preponderância notável na escola, como assistentes, professores e arquitetos que contribuíram para o pensamento crítico da época.

No contexto do concurso para o lugar de professor de Arquitetura da ESBAP, Fernando Távora (2008)<sup>3</sup> escreve *Da Organização do Espaço* (imagem 1), texto no qual defende a pertinência de o arquiteto conhecer os problemas do Homem no geral e não só daqueles com quem colabora. Fernando Távora reconhece a importância da formação especializada, mas considera que esta deve vir acompanhada de um “profundo e indispensável humanismo” (Távora, 1996, p. 75). Também no início da década de 1960, João Andresen (1962) revela este novo enfoque no papel humanista do arquiteto ao concorrer para professor efetivo da escola com *Para uma cidade mais humana* (imagem 2), no qual apresenta uma visão teórica acerca de um urbanismo moderno concentrado nas necessidades humanas. Estes autores expressam preocupações cívicas, questionando as fragilidades de uma arquitetura desligada da sociedade e que não se adequa ao seu contexto, nem responde às suas fragilidades.

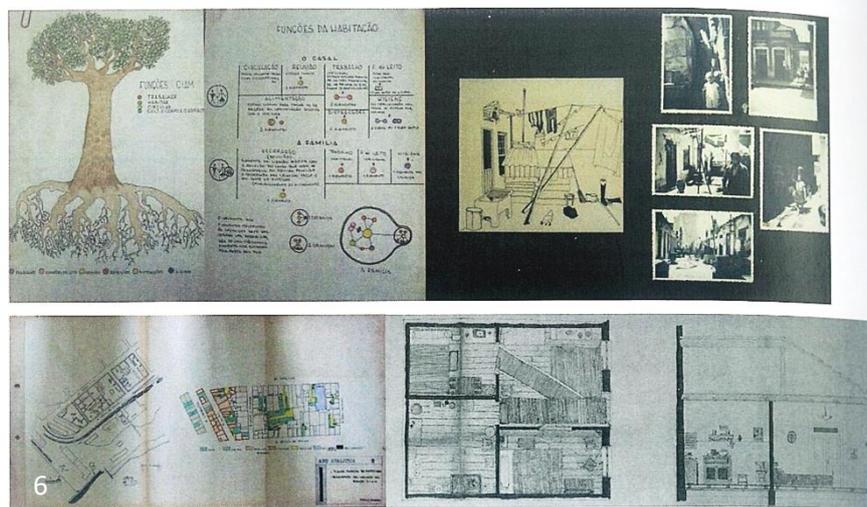
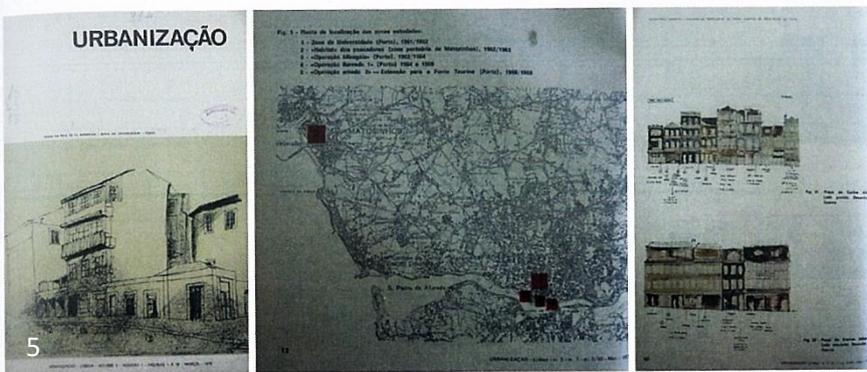
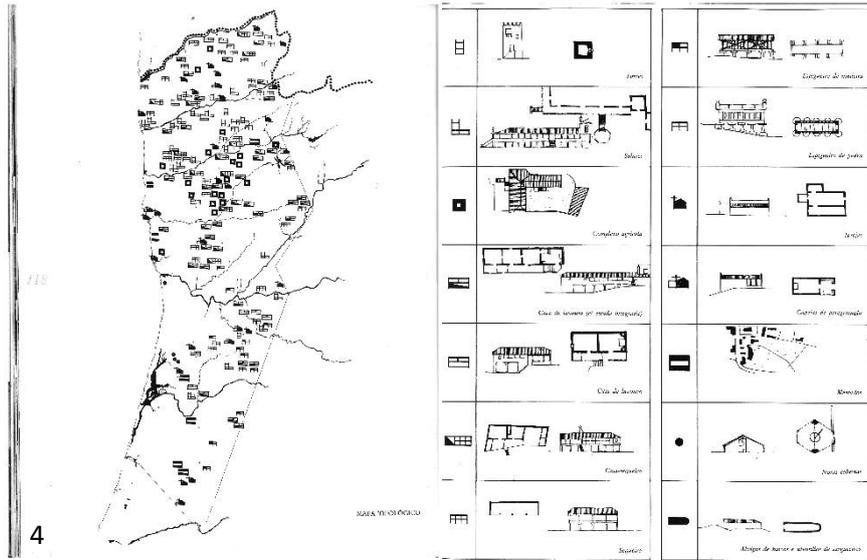
Quando Octávio Lixa Filgueiras (1985)<sup>4</sup> escreve *Da função social do arquitecto* (imagem 3), também reflete acerca da necessidade de uma nova abordagem do arquiteto face aos problemas da sociedade. Este autor desenvolve uma manifestação crítica relativa à “responsabilidade social” (Filgueiras, 1985, p. 93) que defende que os arquitetos deverão ter perante os utilizadores dos espaços e a realidade em que intervêm, condenando a artificialidade de uma arquitetura que não se relacione com a cultura do lugar ou que não aja com o propósito de dignificar a vida que a habita. No ensino, Octávio Lixa Filgueiras interroga os meios pelos quais se pode efetivar o diálogo da arquitetura com as ciências e com as humanidades, dando especial importância à coerência de valores entre o ensino e a prática da disciplina. Este autor nega defender

---

<sup>2</sup> Podemos verificar esta apropriação na tradução que Carlos Ramos faz do texto *Blueprints for an Architect's Training* de Walter Gropius (1950). Em *O Ensino Moderno da Arquitectura*, Gonçalo Canto Moniz (2011) apresenta a comparação entre os dois textos, descrevendo a orientação que Carlos Ramos pretende seguir, e que influencia o ensino moderno de arquitetura em Portugal.

<sup>3</sup> Note-se que a publicação original data de 1962.

<sup>4</sup> Note-se que a publicação original data de 1962.



4. Exemplo do mapeamento tipológico documentado em *Arquitetura Popular em Portugal* (1988), resultado dos inquéritos realizados por arquitetos como Octávio Lixa Filgueiras

5. Artigo de Octávio Lixa Filgueiras sobre os Inquéritos Urbanos publicado na revista *Urbanização* a 1 de março de 1970

6. Projetos da disciplina de Arquitetura Analítica 2 para a Operação Matosinhos, sob orientação de Octávio Lixa Filgueiras

um humanismo renascentista eclético e abstrato, mas argumenta a favor de um humanismo ancorado ao contacto com a realidade de forma analítica e sistemática (Moniz & Mota, 2015).

Entre 1955 e 1961, Octávio Lixa Filgueiras fez parte da equipa que realizou os inquéritos documentados em *Arquitectura Popular em Portugal* (1988)<sup>5</sup> (imagem 4), transpondo mais tarde para o ensino a sua vontade de reconhecer a realidade e o fenómeno humano como parte do projeto em arquitetura. Na aplicação desta ideia na formação, Octávio Lixa Filgueiras integra o método pedagógico dos Inquéritos Urbanos na disciplina de Arquitectura Analítica que leciona na Escola do Porto, com apoio de Carlos Ramos e de Arnaldo Araújo. Nestas estratégias que ficaram conhecidas como Operações, o seu objetivo foi o de “conhecer para compreender” (Filgueiras, 1985, p. 16), pretendendo que os alunos se confrontassem com diferentes matrizes da realidade quotidiana de grupos populacionais.

Numa aproximação à antropologia, sociologia e etnografia, nas práticas realizadas nos Inquéritos Urbanos (imagem 5), os alunos faziam uso da fotografia e do desenho, mas também de outros métodos como os exercícios da disciplina de construção e a aplicação de inquéritos individuais, sob uma perspetiva científica e analítica. Os alunos deslocavam-se para “áreas urbanas com forte identidade arquitetónica e social” (Moniz, 2012, p. 164) e isso permitia-lhes estudar a habitação popular urbana nos centros históricos. O prisma multidisciplinar sob o qual se desenvolveram estes exercícios foi coincidente com a ideia de Octávio Lixa Filgueiras de que o arquiteto moderno necessita de uma determinada rejeição da “autonomia disciplinar para promover um maior envolvimento da disciplina com o real” (Moniz & Mota, 2015, p. 387).

Em *Dissertação para a obtenção do título de Professor Agregado, pela Escola Superior de Belas Artes do Porto*, Alexandre Alves Costa (1982) reflete em retrospectiva sobre os eventos da Escola do Porto e suas consequências na construção do panorama pedagógico nacional e refere que, apesar das complexidades metodológicas encontradas, a Operação Matosinhos (imagem 6) foi “a primeira e mais radical tentativa de sintetizar uma concepção global do curso a partir de um núcleo central, tema de projecto” (Costa, 1982, p. 53). Alexandre Alves Costa afirma que as décadas de 1960 e 1970 constituíram uma época dinâmica e ativa da escola, pelas experiências pedagógicas em curso, mas também pelo ativismo na resistência política que se vivia. No entanto, a insatisfação que se foi gerando em torno da Reforma de 1957, da sua perspetiva de modernização tecnocrática e recusa do desenho (Costa, 2007) levou a uma condição de descontentamento e crise no ensino, que se prolongou nos anos seguintes, até à estabilização depois de 1974.

---

<sup>5</sup> Note-se que a publicação original data de 1961.



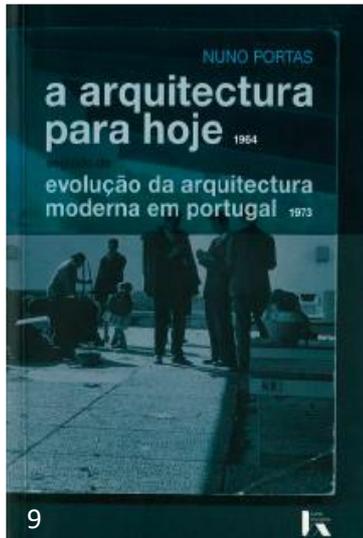
- 7. Artigo sobre as experiências pedagógicas na ESBAP publicado no jornal *O Primeiro de Janeiro* a 9 de julho de 1970
- 8. Artigos de Nuno Portas na revista *Arquitetura* em 1957 e em 1963, respetivamente

Em 1970, começaram a ser criadas as condições para a reformulação dos cursos de arquitetura em Lisboa e no Porto, após os conflitos instituídos pela crise do final da década anterior, que tinha resultado da contestação à Reforma de 1957. O Ministério da Educação aceitou um regime experimental que implicou “uma comissão paritária na gestão da Escola e total autonomia do processo pedagógico” (Figueira, 2002, p. 59). Neste ano, surge na Escola do Porto um regime conhecido por “Experiência” (imagem 7), sob o tema “Escola de Arquitectura” (Moniz, 2011, p. 537), que envolveu o trabalho e gestão em equipa numa comissão de professores e alunos, sob o tema único de trabalho carregado de simbolismo: a arquitetura.

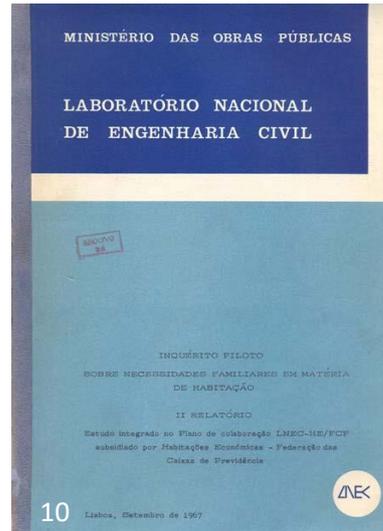
O objetivo da experiência de 1970 no Porto era a transformação do curso, no sentido de uma compreensão global da realidade e do território, mas que não se apresentasse como redutora. Podemos considerar que esta foi uma procura humanista de uma consciência dos problemas reais da sociedade, apoiada no debate da função social do arquiteto em discussão nos anos anteriores e marcada pela agitação política que antecedeu a Revolução de 1974. Contudo, esta nova orientação para a formação dos arquitetos em Portugal não foi continuada, em parte pelo afastamento de docentes e alunos, devido ao investimento que era necessário da parte dos professores, mas também pela evidente recusa do desenho, o que não estimulava os alunos (Moniz, 2011, p. 55).

Por outro lado, na ESBAL, a necessidade de novos métodos de ensino e de reforço do corpo docente que se sentia sob a direção de José Marques da Silva veio a ser colmatada a partir de 1957. Frederico George (1964) escreve *Considerações sobre o ensino da arquitetura*, para um concurso de provimento do lugar de professor, que acaba por ganhar. Nesta publicação, o autor reflete de forma crítica sobre as mudanças no ensino de arquitetura, caracterizando as sucessivas políticas educativas e suas consequências na formação do arquiteto e contexto social da prática profissional. Enquanto professor de Arquitetura Analítica, Frederico George propõe uma sistematização do processo criativo por fases, com a introdução de um método de projeto analítico que pensava trazer valores humanos para o ensino através de contributos multidisciplinares.

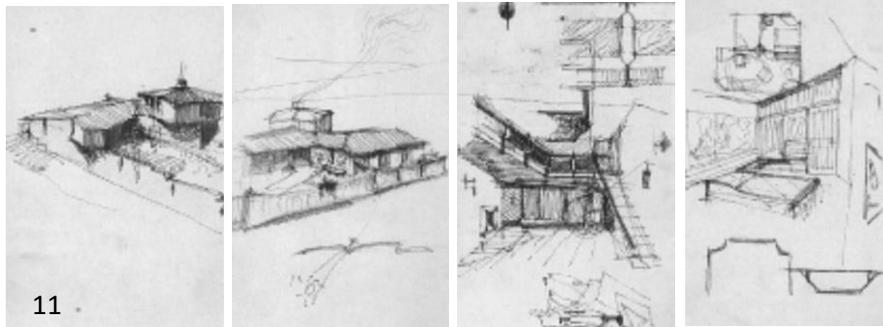
Nuno Portas, com o seu “método científico para uma didática humanista” (Moniz, 2011, p. 75), é outra figura importante que contribui para a problematização do ensino na ESBAL na segunda metade do século XX, refletindo sobre a reforma de 1957 e os debates que lhe sucedem, nomeadamente através de textos que publica. Os seus artigos, publicados por exemplo na revista *Arquitetura* (imagem 8), são propositivos e apresentam uma perspetiva de projeto pedagógico que acarreta referências ao debate do ensino que decorre a nível internacional, mas também na perspetiva das discussões nacionais que ele próprio promove (Moniz, 2011, p. 75). A dimensão social, da história e da cultura que Nuno Portas traz à ESBAL não descarta uma consciência económica e técnica, tal como no caso de Frederico George.



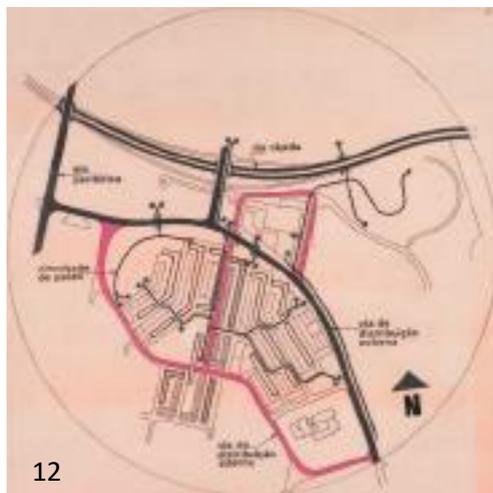
9



10



11



12



13

9. Capa do livro *A arquitectura para hoje*, de Nuno Portas (2008)
10. Capa de um relatório elaborado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, intitulado “Inquérito piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação”
11. Estudos de Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira para a Casa Dr. Barata dos Santos (1963) em Vila Viçosa
12. Plano de Pormenor da Urbanização do Restelo (1985), por Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira e Gonçalo Ribeiro Telles
13. Capa do livro *A cidade como arquitectura*, de Nuno Portas (2007)

Em *A arquitetura para hoje* (2008)<sup>6</sup> (imagem 9), Nuno Portas fala acerca da arquitetura como uma disciplina que deverá ser “de relações porque preocupada acima de tudo com a sua inserção no devir social” (Portas, 2008, p. 21). Esta conceção de arquitetura em diálogo com os seus agentes e as experiências humanas pressupõe a aplicação de conhecimento pluridisciplinar para uma intervenção efetiva na realidade.

Enquanto investigador no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) entre 1963 e 1974, Nuno Portas desenvolveu uma linha de pensamento acerca do papel do arquiteto e da profissão perante a industrialização e a evolução da sociedade, considerando “a cidade como forma de habitat” (Carvalho, 2012, p. 5). O trabalho de Nuno Portas no LNEC assentou na ideia do arquiteto enquanto agente social, apoiado na relação da arquitetura com outras disciplinas e na sua aproximação ao habitante (imagem 10).

Na sua pesquisa de índole sociológica, pela sistematização de inquéritos à população urbana, o professor da ESBAL procurou efetivar uma aproximação da arquitetura à sociedade (Carvalho, 2012). Nuno Portas procura, ao longo do seu percurso profissional, dar resposta a questões territoriais de várias escalas, desde o desenho de habitação (imagem 11) ao desenho da cidade (imagem 12), dando também importância ao desenho do espaço público.

No livro *A cidade como arquitetura* (2007)<sup>7</sup> (imagem 13), resultante do seu trabalho no LNEC, Nuno Portas permanece na defesa de uma responsabilidade da arquitetura que vai além das suas consequências físicas, mas que atenta nas suas incidências sociais, mesmo a nível urbano. Considerando as necessidades e aspirações humanas dos indivíduos e das comunidades como relevantes para a arquitetura, Nuno Portas procura um humanismo na cidade, na arquitetura e na pedagogia, salientando o carácter prático e real que esta última dimensão deverá tomar, embora alicerçada num suporte teórico: “a situação pedagógica terá, cada vez mais, de se transmutar em situação de trabalho” (Portas, 2007, p. 40).

Na sua crítica às visões do movimento moderno desta época, Nuno Portas, arquiteto, urbanista e professor, defende a necessidade da relação entre o ensino e a prática da profissão, sempre com a carga de uma responsabilidade política e social que defende fazer parte da arquitetura:

“Nuno Portas coloca o ensino como um problema cultural de relacionamento, ou falta de relacionamento com o pensamento da época e com a realidade social” (Moniz, 2011, p. 75).

---

<sup>6</sup> Note-se que a publicação original data de 1964.

<sup>7</sup> Note-se que a publicação original data de 1969.

## A INTERESSANTE EXPERIÊNCIA REALIZADA NA ESCOLA DE BELAS ARTES COM O CURSO DE ARQUITECTURA — OBJECTO DE UMA PALESTRA DO ARQ.<sup>o</sup> FERNANDO TÁVORA

Esta experiência quantitativa e qualitativa, realizada, sob a orientação do Sr. Dr. Carlos da Silva Garcia, uma palestra do Sr. Arq.<sup>o</sup> Fernando Távora sobre a experiência pedagógica desenvolvida no passado ano lectivo no curso de arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes do Porto.

Depois de mencionar as condições económicas que levaram à aprovação estatutária de um plano de estudos completamente novo na escola de arquitectura daquela estabelecimento de ensino, a qual se iniciou em 1 de Abril de 1970, tomados como objecto de referência de comparação, o Sr.<sup>o</sup> Fernando Távora, referenciando, com suas palavras, fundamentais, a criação e o desenvolvimento das disciplinas e a criação dos cursos, referiu-se, quando o curso foi concebido com base em anos e não em semestres, ao modelo de organização académica que é, no entanto, base nos conceitos básicos e princípios, dificuldades administrativas por falta de definição clara das atribuições da comissão coordenadora e das suas relações com a direcção da Escola.

Prosseguindo, o Sr.<sup>o</sup> Fernando Távora disse: «A experiência desenvolvida com êxito, serviu para nos revelar também grandes potencialidades. Percebeu-se, sobretudo, que tudo se passa de tal modo que mesmo o que foi negativo se pode, ao fim e ao cabo, considerar como positivo. Estes ti-

14

*O arquitecto Fernando Távora, conferindo a sua palestra.*

14. Artigo sobre as experiências pedagógicas na ESBAL publicado no *Jornal de Notícias* a 6 de janeiro de 1971

Na busca de metodologias de ensino que coloquem a “compreensão do ser humano” (Portas, 1965, p. 523) na base da formação, a ESBAL também desenvolve experiências de relação que rompiam com o paradigma da escola-atelier na década de 1970, após intensa contestação da Reforma de 1957. Em paralelo com Octávio Lixa Filgueiras na ESBAP e em semelhança à proporção analítica deste trabalho realizado no Porto, Frederico George propõe um regime experimental de aproximação científica ao ensino de arquitetura em Lisboa (imagem 14). Pela contratação de novos professores, Frederico George coordena uma experiência de articulação horizontal das disciplinas do mesmo ano, promovendo a elaboração de projetos concretos e trabalho de equipa. Frederico George propõe um humanismo moderno para o qual convergem “o Homem, a Ciência, a Arte, a Liberdade” (Moniz, 2011, p. 75), na procura da resolução de problemas específicos em arquitetura, mas com uma visão global das questões da sociedade e uma aproximação científica à formação dos arquitetos.

Após a Revolução de 25 de abril de 1974, a agitação resultante do processo revolucionário, as discussões políticas e sociais das décadas anteriores, as múltiplas experiências pedagógicas que vigoraram nas Escolas de Lisboa e Porto e a crise de 1969/1970, desencadearam “um processo de estabilização revolucionária” (Figueira, 2002, p. 60). A liberdade de expressão e a democracia conquistadas com a Revolução contribuíram para a continuação da reformulação da formação em arquitetura. A reestruturação dos cursos da ESBAP e da ESBAL partiu da memória e construção pedagógica já em desenvolvimento, no sentido de uma “inserção efetiva na realidade a partir das relações que se estabelecem com os processos urbanos” (Costa, 2007, p. 222). No período pós-Revolução, iniciou-se o processo de integração das escolas de arquitetura na Universidade e, num Decreto-Lei de 1979, instituíram-se as Faculdades de Arquitetura nas Universidades de Lisboa e do Porto.

Pela sua estrutura e conteúdos, as Belas-Artes em Portugal resistiram à implementação do ensino moderno de arquitetura no país. Aquando da Reforma de 1957, a reformulação das *Beaux-Arts* trouxe ao ensino um caráter mais humanista e de compromisso social, mas também uma matriz tecnológica. Foram referências como a Bauhaus, Harvard e os CIAM que ajudaram a construir um paradigma do ensino moderno de arquitetura, que Portugal começou a procurar com figuras como Carlos Ramos. Nas décadas seguintes, sucederam-se experiências pedagógicas que propunham repensar o desenho e o projeto segundo metodologias científicas e não só artísticas, para compreender e responder à realidade e aos problemas da sociedade em geral. Em especial, os concursos para o provimento do lugar de professor deste arco temporal geraram trabalhos teóricos sobre a formação do arquiteto. Numa visão crítica, social e interdisciplinar, isto sucedeu-se em Lisboa com Nuno Portas e Frederico George e no Porto com Octávio Lixa Filgueiras, Fernando Távora e João Andresen, por exemplo.

Na segunda metade do século XX, surgiram discussões, debates e experiências



efetivas que contribuíram para uma visão alargada da disciplina da arquitetura, o que a aproximou do ensino universitário. No constante debate em torno dos problemas de urbanismo, arquitetura e sociedade, procurou ancorar-se a formação na prática profissional da arquitetura, enquanto que a valorização da interdisciplinaridade e a intensificação da relação da arquitetura com as ciências sociais e humanas também fizeram parte dessas transformações. Procuravam-se meios para estabelecer uma relação entre a arquitetura e a sociedade, entre o arquiteto e o cliente, entre o aluno e o habitante.

Apesar das manifestas preocupações sociais e políticas que já vimos descritas por vários arquitetos, podemos refletir hoje sobre as limitações da sua materialização no ensino. A consciência social de professores e estudantes revelou uma forte intenção de aproximação ao real como objeto de estudo, mas a relação da arquitetura com a sociedade e a realidade foi efetivada de modo científico e analítico nas várias experiências pedagógicas da segunda metade do século XX. No caso das experiências de Octávio Lixa Filgueiras e de Frederico George, apesar de ser questionada a estrita autonomia disciplinar da arquitetura, estabelecida pelas Belas-Artes, os seus exercícios interdisciplinares eram analíticos. O mesmo se sucedeu na investigação conduzida por Nuno Portas no LNEC, com a racionalização da metodologia sociológica.

A procura de uma aproximação à realidade social em projeto, nas experiências referidas, era estabelecida de modo científico e sobre um prisma moderno, permitindo apenas acesso a resultados objetivos obtidos por inquérito. Nesta Dissertação, consideramos que o reconhecimento da subjetividade, da multiplicidade de práticas sociais, de significados e de experiências espaciais dos habitantes e agentes dos espaços poderão ser também conhecimentos válidos para o ensino de projeto, embora não fossem considerados como tal na discussão em torno da função social do arquiteto em 1960.

Como verificámos, a valorização da realidade social de um lugar de intervenção e a problematização da relação entre o arquiteto ou estudante de arquitetura e essa mesma realidade foram temas de discussão e experiência em todo o país na segunda metade do século XX. Para o trabalho a realizar, não só é relevante compreender estes antecedentes a nível nacional, mas também as suas consequências no ensino de Coimbra, escola de arquitetura onde os debates do Porto e de Lisboa se repercutiram nas décadas seguintes. De seguida, procuraremos compreender quais as suas consequências para o ensino de projeto em Coimbra, focando as especificidades do âmbito académico que se pretende estudar e sobre o qual se pretende refletir de forma propositiva.



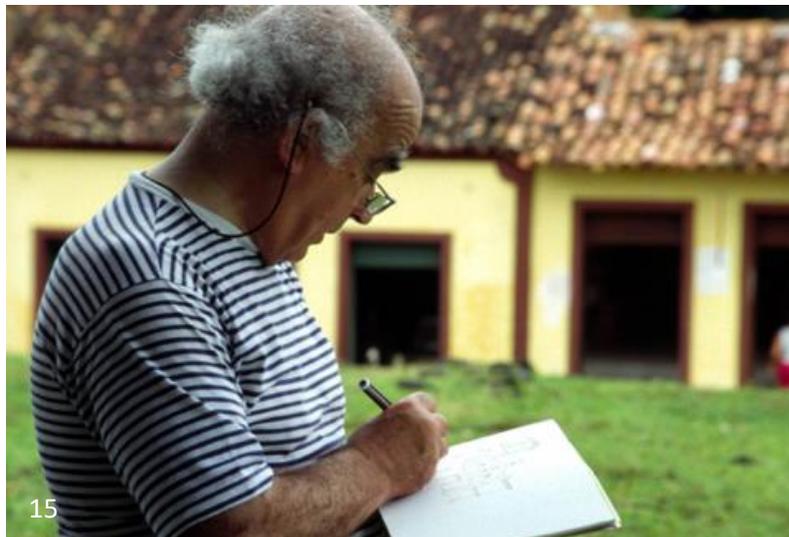
## 1.2

### DISCUSSÕES SOBRE O ENSINO DE ARQUITETURA E PROJETO EM COIMBRA NO SÉCULO XXI

As ruturas e continuidades decorrentes da atitude de desafio aos ideais do Movimento Moderno, da discussão sobre a ação social da arquitetura e dos tumultos no ensino na segunda metade do século XX influenciaram o panorama nacional da arquitetura até aos dias de hoje, quer na prática profissional, quer na formação. Como já foi referido, com a aproximação dos cursos de arquitetura ao ensino universitário em Portugal, a disciplina aproximou-se também das ciências sociais e humanas. No ensino, passou a valorizar-se o trabalho inclusivo, considerando que a formação humanística pode contribuir para o entendimento das necessidades humanas e da sociedade (Dias, 1987, p.7). As experiências pedagógicas que se verificaram e esta consciência da responsabilidade social do arquiteto evidente no país tiveram continuidade no ensino em Coimbra nas décadas que se seguiram.

A nova perspetiva de uma arquitetura que procura relacionar-se com as experiências do Homem e compreendê-lo para dar resposta às suas necessidades por meio da interdisciplinaridade veio a ter uma expressão característica dentro do âmbito académico em Coimbra. No Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, no qual escrevemos este trabalho, a relação entre os alunos e a realidade social dos lugares em projeto foi alvo de debate em várias ocasiões, desde a implementação do curso no final do século XX até à contemporaneidade, na segunda década do século XXI. Por este motivo, interessa-nos compreender as visões discutidas em Coimbra acerca da aproximação dos alunos de arquitetura ao contexto social dos espaços de intervenção, bem como meios pelos quais essa aproximação se pode efetivar, tais como a relação com outras disciplinas.

A ideia de criar em Coimbra uma terceira escola pública de arquitetura e a primeira no país a ser implantada desde o início numa Universidade pública, surge na década de 1980. Em setembro de 1988 é apresentada uma proposta para a criação de um curso de Licenciatura em Arquitetura na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra (FCTUC), por parte do professor Ribeiro Gomes, presidente do Conselho Científico da FCTUC, e, no ano letivo de 1988/1989, entram cinquenta alunos para o curso (Bandeirinha, 2013, p. 153). No entanto, a proposta que tinha sido apresentada nunca foi concretizada na totalidade. Por um lado, no início havia a ideia de se realizarem três especializações no curso, relacionadas com tecnologia, urbanismo e património, algo que nunca chegou a ser feito. Por outro lado, a criação de uma Licenciatura em Arquitetura na FCTUC presumia que, à semelhança de Lisboa e Porto, este curso poderia vir a dar origem a uma Faculdade de Arquitetura, algo que também ainda não se verificou.



15. Fernando Távora, professor que marcou a identidade e o legado da Escola de Coimbra

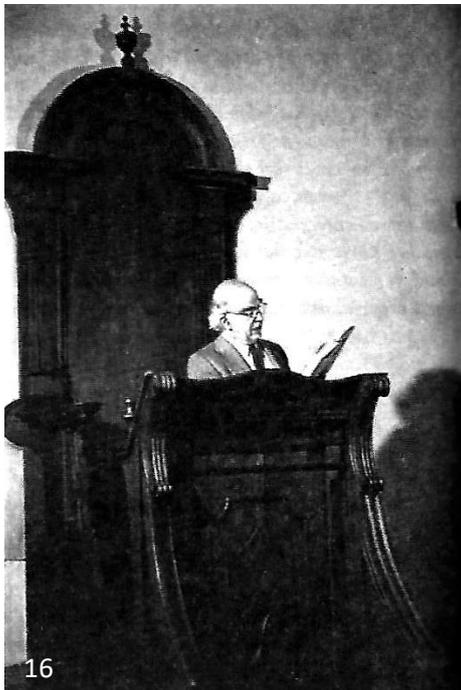
O curso de arquitetura em Coimbra, apresentado originalmente como curso técnico com um currículo de especializações, transformou-se rapidamente num curso cuja principal premissa era a “integração dos saberes num currículo centrado no Projeto” (Bandeirinha, 2013, p. 157), como se procurava fazer no Porto. Foram convidados para constituir a Comissão Instaladora do curso os arquitetos da Escola do Porto: Fernando Távora, Alexandre Alves Costa e Domingos Tavares, o que deu origem a grandes mudanças estruturais no curso. A importância do desenho em projeto veio também com estes arquitetos que trouxeram características da matriz da Escola do Porto para Coimbra.

Na Escola do Porto, a autonomia disciplinar da arquitetura era justificada pelo uso do desenho enquanto instrumento de projeto (Figueira, 2002). Ou seja, reforçar a relação da disciplina com o desenho era reforçar a sua relação com projeto e a sua própria autonomia. Os professores do Porto que integraram o ensino de Coimbra trouxeram consigo a centralidade do desenho na arquitetura e, conseqüentemente, a sua centralidade no ensino. Tal como na Escola do Porto, a Escola de Coimbra procurou, com o seu curso de arquitetura, a articulação de cadeiras como meio para fortalecer a prática do desenho e do projeto.

Com as mudanças de planos de estudos necessárias para uma conformação mais estável do curso, foram surgindo convites a novos professores, nomeadamente da Escola de Lisboa, como Manuel Tainha e Gonçalo Byrne. Aquando da conclusão da formação dos primeiros arquitetos a terminar o curso em Coimbra, em 1993, já havia uma Comissão Científica composta por Lusitano dos Santos, Alexandre Alves Costa, António Reis Cabrita, Fernando Távora, Maria Margarida Ramalho da Costa, Raul Hestnes Ferreira, José Carlos Teixeira, Domingos Tavares e José António Bandeirinha.

Nesta altura, as cadeiras de Projeto eram lecionadas por arquitetos de Lisboa e do Porto, o que permitiu ao ensino de Coimbra *absorver* aspetos identitários da formação em ambas as escolas. No entanto, podemos considerar que Coimbra não procurava ser nem uma escola nem outra, mas sim uma “terceira via” (Bandeirinha, 2013, p. 159), que se construiu a partir destas influências. A procura de identidade que começou pela fuga à especialização e pelo compromisso com a autonomia disciplinar originou, no ensino de projeto, uma procura de diálogo e de relação entre diferentes visões que foram construindo a singularidade de Coimbra.

O convite feito a Fernando Távora (imagem 15) para fazer parte do ensino de arquitetura na Universidade de Coimbra marcou particularmente a identidade e a história da escola. Numa época de estabelecimento das bases deste novo curso, Fernando Távora não vê a arquitetura como um atributo pontual e raro de uma elite iluminada, mas sim como um elemento intrínseco à condição humana (Bandeirinha, 2013, p. 115). Esta foi uma das marcas que o arquiteto deixou no legado da nova escola pública de arquitetura em Portugal. Fernando Távora é, ainda hoje, a grande referência



16. Fernando Távora no primeiro Encontro de Tomar, em 1995

17. Capa do livro *Encontros de Tomar* (1997), no qual se encontram documentadas as sessões do primeiro encontro sobre o ensino da arquitetura na Universidade de Coimbra

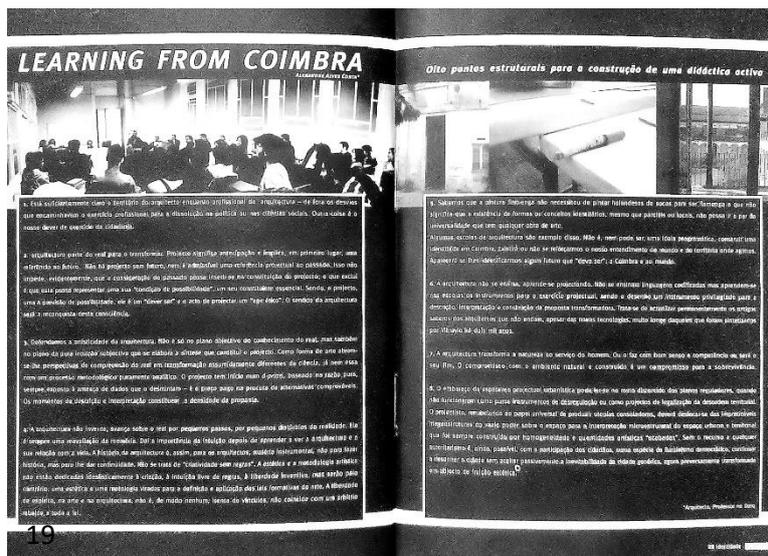
no ensino de arquitetura de Coimbra, tendo participado ativamente e conduzido a construção das suas matrizes. O humanismo na arquitetura, sobre o qual escreve nos anos anteriores e seguintes, é também transportado para a Escola de Coimbra, algo que ainda hoje vemos, por exemplo, nas publicações do Departamento e nos trabalhos de investigação realizados em conjunto com o Centro de Estudos Sociais.

Após a formação dos primeiros licenciados pelo Departamento de Arquitetura de Coimbra, o corpo docente começou a realização dos Encontros de Tomar, que se iniciaram em 1995, com uma junção dos professores do curso num encontro com a duração de dois dias. A partir da motivação para estes encontros, que se encontrava no desejo de consolidação da Escola de Coimbra, cumpriu-se, desde o início, o objetivo de realizar uma reflexão coletiva e discussão sobre o ensino e formação no Departamento de Arquitetura (imagem 16).

No primeiro Encontro de Tomar, foram debatidas as diversas áreas disciplinares do curso de arquitetura, conforme documentado em *Encontros de Tomar* (1997) (imagem 17): o desenho e o projeto, a construção e a técnica, a teoria e a história. Aqui, foi possível discutir a centralidade de projeto e a conseqüente “periferia” (Byrne, 1997, p. 32) inerente às outras disciplinas no curso. Foram apresentadas várias perspectivas acerca da interdisciplinaridade no ensino de projeto e na formação do aluno em geral, tema relevante para esta Dissertação. Além das conseqüências da autonomia do projeto, foi focada a “importância das áreas complementares [...] e da sua convergência fulcral na maturidade projectual dos alunos” (Figueira, 1997, p. 21).

Na leitura de bibliografia acerca do primeiro Encontro de Tomar, é possível compreender que há várias vozes na defesa de que o projeto enquanto síntese do curso de arquitetura, como é visto por Walter Rossa neste primeiro encontro (Figueira, 1997, p. 22), poderá ser enriquecido pelo investimento num diálogo interdisciplinar. No relato dos vários temas e diversos consensos e discórdias, é possível perceber que a valorização crítica da interdisciplinaridade em projeto é assumida como uma possível mais-valia na aproximação à realidade, seja pela relação com cadeiras da área de construção, ou das áreas de história, teoria, ou ciências sociais e humanas.

A afirmação da autonomia disciplinar da arquitetura com a criação da Escola de Coimbra manifestou-se a nível pedagógico e a nível da investigação, pelo ensino de projeto e investimento em projetos de investigação do corpo docente, num contexto que nos mostra que “a formação social do arquitecto poderá continuar a dar resposta a uma formação generalista a partir da centralidade do projeto” (Moniz, 2010, p. 175). O curso de arquitetura em Coimbra não veio, assim, recusar o conhecimento de outras disciplinas como a construção ou as ciências sociais, mas perceber o seu contributo para que o estudante de arquitetura e o investigador possam compreender a realidade como um todo.



18. Fotografia de uma das sessões dos Encontros de Tomar IV

19. Artigo de Alexandre Alves Costa sobre a estratégia pedagógica da Escola de Coimbra publicado na revista *NU: Identidade* em 2006, intitulado “Learning from Coimbra: oito pontos estruturais para a construção de uma didáctica activa”

No ano a seguir aos Encontros de Tomar IV (imagem 18), realizados a 27 de maio de 1999 em Coimbra, Gonçalo Moniz (2000) escreve na revista *Em cima do joelho 2* um comentário crítico à primeira sessão deste encontro, no qual refere que “a inter-relação disciplinar só foi possível quando as disciplinas exteriores à arquitectura se aproximaram do Colégio das Artes” (Moniz, 2000, p. 76). Nesta data, coincidente com os dez anos do curso de arquitetura em Coimbra, foi discutida de novo a valência da interdisciplinaridade no curso. Mais ainda, manteve-se a atenção no ensino de projeto, “espinha dorsal do curso” (Moniz, 2000, p. 77), nos seus conteúdos e estrutura.

Na mesma edição da revista *Em cima do joelho*, Paulo Varela Gomes escreve sobre a necessidade de haver na escola um “projeto integrativo” (Gomes, 2000, p. 50), ou seja, um ensino de projeto que saia do estirador e se envolva com a realidade, em visitas, conversas e debates. Por este meio, poderá ser possível uma relação em que o projeto não *domina* as outras disciplinas, vistas apenas como auxiliares, mas dialoga com elas de forma comprometida e inclusiva, procurando unidade e complementaridade.

É neste contexto de debate e de uma “composição irregular e heterogénea, experimental e improvisada” (Correia, 2000, p. 85) que a Escola de Coimbra entra no século XXI, continuando a construir a sua matriz identitária. Nas quase duas décadas que se seguiram até agora desde o início do século, houve ainda mudanças, discussões, debates e publicações que nos interessa referir, pois ilustram a abordagem do Departamento de Arquitetura quanto ao ensino de projeto e à relação entre os alunos e a experiência humana e social que caracteriza os espaços.

Relativamente ao plano de estudos, no ano letivo de 2008/2009, a integração do curso no Acordo de Bolonha teve como consequência a alteração de vários aspetos da sua estrutura (Bandeirinha, 2013, p. 175). A avaliação contínua, a uniformização de créditos e da duração dos cursos, o processo de standardização de qualificações e a introdução do Mestrado Integrado foram algumas das mudanças que Bolonha trouxe às universidades da Europa e ao Departamento de Arquitetura de Coimbra.

Mais recentemente, o curso de Mestrado Integrado em Arquitetura foi alvo de uma mudança interna do Plano de Estudos, com revisão de disciplinas, de atribuição de créditos e de cargas horárias. Esta mudança entrou em vigor no ano letivo 2015/2016 e um dos seus objetivos foi o de proporcionar aos alunos a oportunidade de terminarem o curso nos cinco anos previstos.

Quanto à matriz pedagógica da escola, em 2006, Alexandre Alves Costa escreve para a revista *NU* (imagem 19), publicação do Núcleo de Estudantes do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra: “a arquitetura não se ensina: aprende-se projetando” (Costa, 2006, p. 25). É sobre este mote que a escola vive, procurando construir, em projeto, o pensamento da arquitetura.



20



21

20. Capa da revista *Joelho 2* (2011), na qual se encontra documentado o Colóquio Internacional Intersecções: Antropologia e Arquitectura

21. Capa da revista *Joelho 4* (2013), na qual se encontra documentado o Colóquio Internacional Ensinar pelo Projecto

O Colóquio Internacional Intersecções: Antropologia e Arquitectura, cujas sessões se realizaram em novembro de 2009, trouxe o debate de perspetivas críticas e construtivas acerca da relação do projeto de arquitetura com as práticas de antropologia (imagem 20). Foram discutidas experiências e argumentos sobre o discurso antropológico e a prática arquitetónica no Movimento Moderno e na sua crítica. São referidos os anos 1950 e 1960, o desejo de uma arquitetura mais próxima da sociedade e do Homem, o Regionalismo Crítico e o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. O Departamento de Arquitetura motivou e participou numa experiência multidisciplinar em que se concluiu que as duas disciplinas que se podem encontrar num campo comum, “habitando o presente” (Holston, 2011, p. 93) pela experiência e pelo estabelecimento de um diálogo inclusivo, que venha a enriquecer as práticas e a autonomia de ambas.

No Colóquio Internacional Ensinar pelo Projecto, realizado em 2012 e documentado na revista *Joelho 4* (2013) (imagem 21), a Escola de Coimbra debateu, mais uma vez, o ensino de projeto. Este foi um evento de reflexão sobre a pedagogia em arquitetura num sentido global e abrangente, mas também numa ótica específica, relacionada com as particularidades do ensino que se pratica em Coimbra. A publicação que sucede a este colóquio demonstra a presença de uma grande variedade de temas relacionados com o ensino de projeto, desde a importância do desenho, ao papel do professor e à relevância da interdisciplinaridade. Relativamente ao debate acerca da relação entre projeto e outras áreas disciplinares, que importa referir, salienta-se a valorização da relação dos alunos com os agentes sociais do lugar de projeto:

“Ensinar projeto também tem o sentido de [...] arguir o quanto da arquitetura proposta tem a ver com a sua cultura, com a comunidade e o lugar em que ela se insere, fazendo presente os diversos agentes sociais” (Monteiro & Pina, 2013, p. 93).

Na revista *Joelho 4* (2013), vários autores escrevem sobre o conhecimento da complexidade da realidade em projeto e sobre o papel da arquitetura enquanto agente e articulador social, entre os quais se encontram José Fernando Gonçalves, Gonçalo Moniz, Nuno Miguel Seabra e Carolina Coelho. As diferentes abordagens a temas como a relevância dos usos do espaço para o projeto e a transformação social dos espaços através da arquitetura que resultaram do referido colóquio demonstram que projetar implica o conhecimento profundo do contexto dos lugares, dos seus utilizadores e das suas necessidades. Sobre a relação entre o ensino de arquitetura em Coimbra e as ciências e humanidades, foi sublinhada a importante ligação do Departamento de Arquitetura com a FCTUC, com o Centro de Estudos Sociais e com a própria Universidade.

No *Boletim Arquitetos: Ensino/Formação*, Gonçalo Moniz (2013) escreve acerca do legado de experiências, práticas, perspetivas e métodos que fomentaram o diálogo que



caracteriza a identidade da Escola de Coimbra. Nesta publicação, vemos uma continuidade do pensamento construído acerca do ensino de projeto em Coimbra. *Ensinar pelo projeto* revela a valorização das metodologias próprias da arquitetura e do desenho, e, no desafio da articulação das disciplinas de projeto com as disciplinas teóricas e com a investigação desenvolvida pelos professores, o projeto é um instrumento de pesquisa (Moniz, 2013). Esta estratégia pedagógica, que nos parece caracterizar a Escola de Coimbra no século XXI, reforça a autonomia da disciplina de arquitetura, mas promove o equilíbrio interdisciplinar em relação com as disciplinas de artes, ciências e ciências sociais. Coimbra mantém, assim, a relação entre ensino artístico e científico, entre teoria e prática, fazendo do projeto uma ferramenta de trabalho, de investigação, de conhecimento, de ensino:

“Hoje existe em Coimbra um Departamento que, ao longo de vinte e três anos de existência, várias vezes e de diversas maneiras confirmou que considera importante falar da escola, pensar nela, reestruturá-la e ser interventivo nos seus próprios rumos” (Bandeirinha, 2013, p. 177).

Questionar o rumo da escola e a projeção do seu futuro faz parte da identidade da Escola de Coimbra. O seu legado marcado por complexidades, contrariedades, paradoxos, discórdias e inconformismo traduz uma ideologia pedagógica democrática. Estas reflexões e valores que estão presentes ainda hoje no ensino de Coimbra vêm do envolvimento de professores de Lisboa e do Porto na construção do curso, mas também do seu carácter universitário e da constante procura de um diálogo com outras disciplinas. As figuras marcantes da Escola do Porto e da Escola de Lisboa que contribuíram para a construção de uma Escola de Coimbra trouxeram as suas experiências enquanto estudantes, professores e arquitetos, moldando o ensino neste novo curso. Coimbra carrega a marca das experiências pedagógicas da segunda metade do século XX, das sucessivas reformas e contestações de regimes, do desejo de uma aproximação da arquitetura à cultura e sociedade.

Outro elemento que caracteriza a construção da identidade do curso de arquitetura em Coimbra é a centralidade do projeto, que é clara na escola desde sempre. O projeto é visto como uma matéria que se aprende ao exercitar e não ao ser ensinado. Na construção pela experiência, a aprendizagem de projeto tem o carácter de uma atividade ativa, dinâmica, interpretativa e inclusiva. A relação “intemporal” (Moniz, 2011, p. 175) entre a arquitetura e outras disciplinas é debatida ao longo das décadas em Coimbra, considerando que projeto, nunca desligado da teoria, faz a síntese das outras áreas curriculares.

O Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra procura manter uma relação entre as partes e o todo (Bandeirinha, 2013), numa visão de equilíbrio perante



a desejada autonomia disciplinar e a relação com outras disciplinas. Mantém-se a procura do experimental, do democrático e do humanista, sendo relevantes para a construção da escola os seus momentos internos de debate, mas também os momentos de debate abertos a outras comunidades além do Departamento.

Desde a segunda metade do século XX que a relação da arquitetura com a sociedade tem vindo a ser alvo de discussão no contexto português, quer a nível da disciplina e sua prática profissional, quer a nível pedagógico. Encontramos hoje na Escola de Coimbra, um exemplo de rejeição da indiferença ao tema da função social da arquitetura. Com um enfoque cada vez maior no exercício de projeto, o Departamento de Arquitetura proporciona uma reflexão contínua acerca da relação do arquiteto e do estudante de arquitetura em particular, com a experiência humana. No entanto, apesar das discussões e debates realizados, ainda permanece a questão de como operacionalizar e materializar as intenções sociais e políticas que surgiram nas últimas décadas.

Para concretizar a intenção de desenvolver no ensino de projeto o conhecimento da experiência humana dos espaços, podemos considerar que, em contexto académico, “o conhecimento do território, na maioria das vezes, não é aprofundado devido à sua amplitude de conhecimento complementar” (Pio, 2013). Será possível a abrangência deste conhecimento em projeto como forma de aproximação à realidade? Poder-se-á introduzir hoje no ensino uma vertente humanista como a que Nuno Portas defendia nas décadas de 1950 e 1960, mas de forma prática, disciplinar, coerente e subjetiva?

Numa escola onde a junção de pensamentos heterogéneos proporcionou um “pensamento livre” (Bandeirinha, 2013, p. 199), esta Dissertação pretende que os conhecimentos a adquirir possam ser transpostos para o ensino de projeto, contribuindo para a concretização de uma resposta aos objetivos definidos através de um objeto de estudo no qual realizaremos uma proposta dirigida ao âmbito académico. Se o conhecimento das experiências espaciais, da complexidade das relações estabelecidas entre os agentes sociais de um lugar e das necessidades dos utilizadores de um espaço pode contribuir para o ensino de projeto e enriquecer a formação dos estudantes de arquitetura, como tem vindo a ser debatido no país e na Escola de Coimbra, pretendemos colaborar com mais um passo nesta discussão.

Contextualizados os pensamentos sobre a ação social da arquitetura na segunda metade do século XX em Portugal e as decorrentes reflexões sobre o contributo do conhecimento da realidade social para o ensino de projeto na Escola de Coimbra, apresentaremos de seguida o objeto de estudo desta Dissertação, o Bairro da Relvinha, para o qual será desenvolvido um *workshop* em âmbito académico, com o contributo do Departamento de Arquitetura. A análise das discussões realizadas no país e em Coimbra sobre a importância das vivências humanas e espaciais em projeto será a base para que se possa realizar uma proposta direcionada para o contexto académico a partir do objeto de estudo escolhido.



2

INTERVIR NO CONTEXTO DO BAIRRO DA RELVINHA



## 2.1

### IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E EXPOSIÇÃO DO CONTEXTO DO *WORKSHOP* A INFORMAR

Os temas da ação social da arquitetura em Portugal no século XX e de um ensino inclusivo *pelo projeto* na Escola de Coimbra cruzam-se no objeto de estudo deste trabalho, o Bairro da Relvinha, que estará inserido num *workshop* de âmbito académico a realizar a nível internacional, dinamizado em Coimbra pelo Departamento de Arquitetura da FCTUC. Com a escolha deste objeto de estudo pretendemos partir do exemplo particular da relação que os participantes do *workshop* poderão desenvolver com a realidade social do Bairro da Relvinha como forma de informar as suas propostas de projeto e, através disso, realizar uma reflexão mais global acerca das oportunidades pedagógicas que esse conhecimento pode trazer ao ensino de projeto.

A metodologia a adotar para concretização de uma proposta de reflexão sobre o *workshop* em questão engloba uma primeira fase de reconhecimento do lugar no contexto desta mesma Dissertação, numa aproximação de contacto direto que faremos com o Bairro da Relvinha. Nesta segunda parte do trabalho serão expostos o contexto do projeto a informar e os antecedentes históricos e políticos do bairro para que, no capítulo seguinte, possamos explorar metodologias para reconhecimento desse território, partindo de uma vertente teórica para a nossa própria aplicação prática e conclusões do que cada método pode contribuir para o conhecimento do lugar em arquitetura. Desta forma, poderemos, na última parte da Dissertação, realizar uma proposta informada para os contornos do *workshop* e a referida reflexão acerca do ensino de projeto em arquitetura, a partir da nossa própria experiência particular de contacto com o lugar.

A escolha deste objeto de estudo e a elaboração de uma proposta em âmbito académico possibilitam uma reflexão crítica apontada ao ensino de arquitetura e à concretização dos objetivos deste trabalho. Segundo as premissas apresentadas, identificamos o *workshop* a informar e o projeto em que se insere, para que possamos compreender o modo como esta investigação em Coimbra pode contribuir para uma reflexão sobre a ação social da arquitetura na contemporaneidade do ensino de projeto.

O *workshop* acerca do qual desenvolvemos este trabalho integra-se num projeto intitulado *Re-use of modernist buildings – Design tools for sustainable transformations* (RMB), uma parceria entre universidades de vários países e a organização sem fins lucrativos designada por *International Committee for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement* (Docomomo), uma associação internacional que conduz eventos e projetos que promovem a valorização e conservação dos edifícios modernos quanto herança cultural e arquitetónica de um lugar.



O projeto RMB foi iniciado em setembro de 2016 e tem final previsto para agosto de 2019, pretendendo-se que, durante este tempo, decorram *workshops* em universidades de diferentes países, segundo as mesmas matrizes e objetivos. A transformação sustentável de edifícios e espaços de arquitetura moderna que se pretende realizar neste projeto será desenvolvida a partir de uma parceria com as universidades em causa, envolvendo a participação de alunos e professores nos *workshops* a decorrer.

O projeto RMB pretende ser um programa único em que cada universidade poderá cumprir o objetivo de valorizar e repensar o edificado moderno, transpondo as especificidades do seu currículo para a abordagem ao tema nos *workshops* a realizar. A organização espacial, os aspetos construtivos, as relações sociais e relações culturais e a avaliação técnica dos edifícios são alguns exemplos de diferentes tópicos e temas a abordar de forma específica por cada universidade.

As universidades que participarão no projeto de investigação RMB serão: Hochschule Ostwestfalen-Lippe, na Alemanha; Istanbul Teknik Üniversitesi, na Turquia; Universiteit Antwerpen, na Bélgica; Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, em Portugal; e o Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra (FCTUC), em Portugal. Prevê-se que o *workshop* a realizar pelo Departamento de Arquitetura da FCTUC tenha lugar em fevereiro de 2018 e que seja concretizado no Bairro da Relvinha.

No projeto RMB, pretende-se que a metodologia a empreender em Coimbra possibilite uma associação entre projeto e teoria, numa reflexão sobre métodos educativos que proporcione um diálogo com o ambiente social do lugar de intervenção, em coerência com o *ensino pelo projeto* que a escola defende. A especificidade do trabalho da Universidade de Coimbra no projeto RMB poderá ser a experiência de realização de um trabalho multidisciplinar, integrando professores das ciências sociais e humanas no projeto e seguindo uma perspetiva social da arquitetura moderna. O contexto do *workshop*, partindo do Departamento de Arquitetura, poderá estar relacionado com as investigações de outros Departamentos e Faculdades da Universidade, mas também com o Centro de Estudos Sociais.

Apesar de as habitações do Bairro da Relvinha pertencerem a um arco temporal posterior ao que consideramos o Movimento Moderno, fazendo parte da produção arquitetónica que sucedeu a Revolução de 1974, o bairro insere-se numa zona industrial contemplada nos planos modernistas de expansão da cidade de Coimbra, como descreveremos no subcapítulo seguinte. Partindo de um caso em Coimbra no qual a operação SAAL se desenvolveu de modo bastante particular numa área de crescimento da cidade moderna de Étienne de Gröer e Antão de Almeida Garrett, é possível, no projeto de investigação a realizar, estudar um lugar carregado de história e memória social. No Bairro da Relvinha, este *workshop* poderá promover a proposta de projetos



que, conhecendo o contexto social do lugar, possam ter em consideração as experiências e necessidades dos seus habitantes aquando da elaboração de propostas de intervenção.

O *workshop* irá realizar-se em cinco dias e terá duas etapas: o reconhecimento do território e suas características físicas e socioculturais e a elaboração de projetos. Ao longo dos cinco dias, oito alunos de cada uma das cinco universidades que participam no projeto de investigação estarão divididos em cinco equipas de trabalho, fazendo um total de quarenta participantes envolvidos no projeto, a acrescentar ao número de professores orientadores e acompanhantes. A cada grupo de trabalho estará destinada uma área de intervenção no Bairro da Relvinha ou arredores, que os alunos procurarão conhecer e para a qual irão projetar uma intervenção a executar no tempo de duração do *workshop*.

Na presente Dissertação, pretende-se realizar uma aproximação ao Bairro da Relvinha, de modo a conseguir propor a metodologia pluridisciplinar a empreender pelos alunos para conhecimento da realidade social do bairro como contributo para os projetos que irão elaborar. Pretende-se ainda refletir de forma informada acerca da escala de intervenção que o *workshop* poderá abranger e de possíveis áreas de trabalho para cada um dos grupos de alunos, a partir da nossa própria análise do local. Os blocos de habitação, equipamentos sociais e espaços públicos da Relvinha e arredores serão alvo de descrição e análise para que se possa contribuir de forma efetiva para o *workshop*, mas também refletir criticamente, respondendo aos objetivos que se pretende atingir com este trabalho.

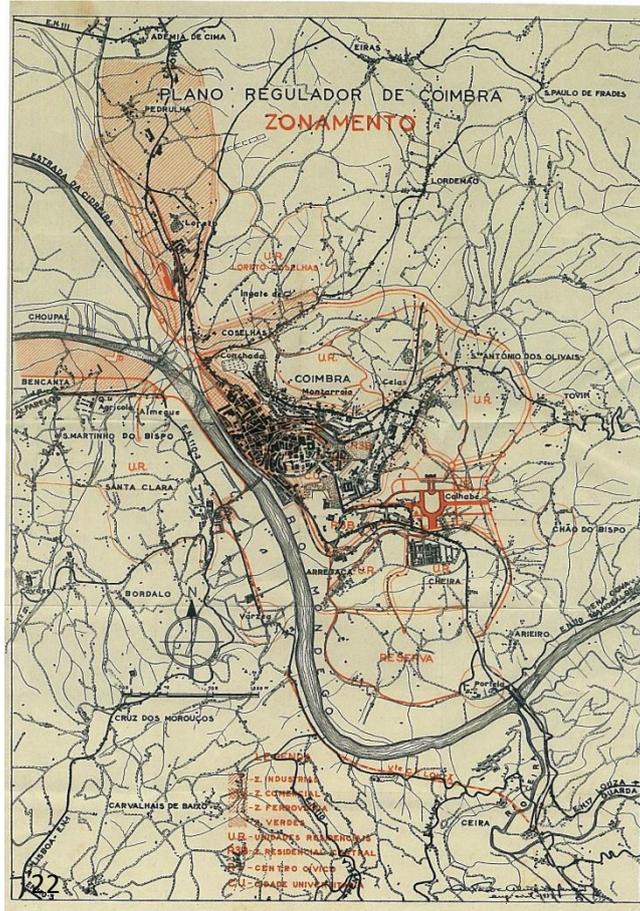
O empreendimento da metodologia proposta no contexto do projeto RMB terá que estar de acordo com as condicionantes do *workshop*, considerando fatores como o tema do projeto, o número de participantes, a constituição dos cinco grupos de trabalho, as cinco áreas de estudo e o tempo em que decorrerá o projeto, sendo que cinco dias é um limite temporal restrito. Como suporte da adequação da nossa proposta às restrições a considerar, elaborou-se uma construção metodológica para aplicar na investigação do nosso trabalho, ao longo de vários meses. A partir da realização do nosso próprio trabalho de campo e pesquisa, pretende-se que seja possível concluir acerca de métodos a aplicar no contexto do *workshop*, conhecendo a realidade e reconhecendo a importância de compreender as suas características para a elaboração de projetos de arquitetura.

A vertente académica do *workshop* do projeto RMB insere-se nos objetivos definidos para este trabalho e a ponderação de uma proposta relativamente aos seus contornos poderá contribuir para a reflexão que se pretende realizar em torno da questão de investigação apresentada. Concluímos, desta forma, que o facto de o Bairro da Relvinha ser objeto de uma investigação a realizar por professores e alunos em 2018 remeterá



esta pesquisa para o contexto acadêmico, permitindo refletir acerca do modo como os alunos podem conhecer a realidade social dos lugares do bairro e realizar propostas de intervenção adequadas ao contexto e às necessidades dos seus utilizadores a partir desse conhecimento.

Numa aproximação ao contexto quotidiano contemporâneo da realidade social em estudo, consideramos que a compreensão da realidade do bairro engloba a história e o tempo nas memórias sociais dos seus espaços. Nesse sentido, iremos, de seguida, realizar uma contextualização do Bairro da Relvinha enquanto objeto de estudo deste trabalho, incluindo a sua relação com a cidade de Coimbra, as várias fases de construção da habitação social do bairro antes e depois do 25 de abril e ainda a sua relação com figuras, eventos e projetos marcantes do legado dos seus espaços e da sua comunidade.



22. Plano de Embelezamento e Extensão da Cidade de Coimbra, de Étienne De Gröer, 1955.

23. Plano Regulador da Cidade de Coimbra, de Antão de Almeida Garrett, 1955.

## 2.2

### O PROCESSO SAAL, A AUTOCONSTRUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO BAIRRO DA RELVINHA

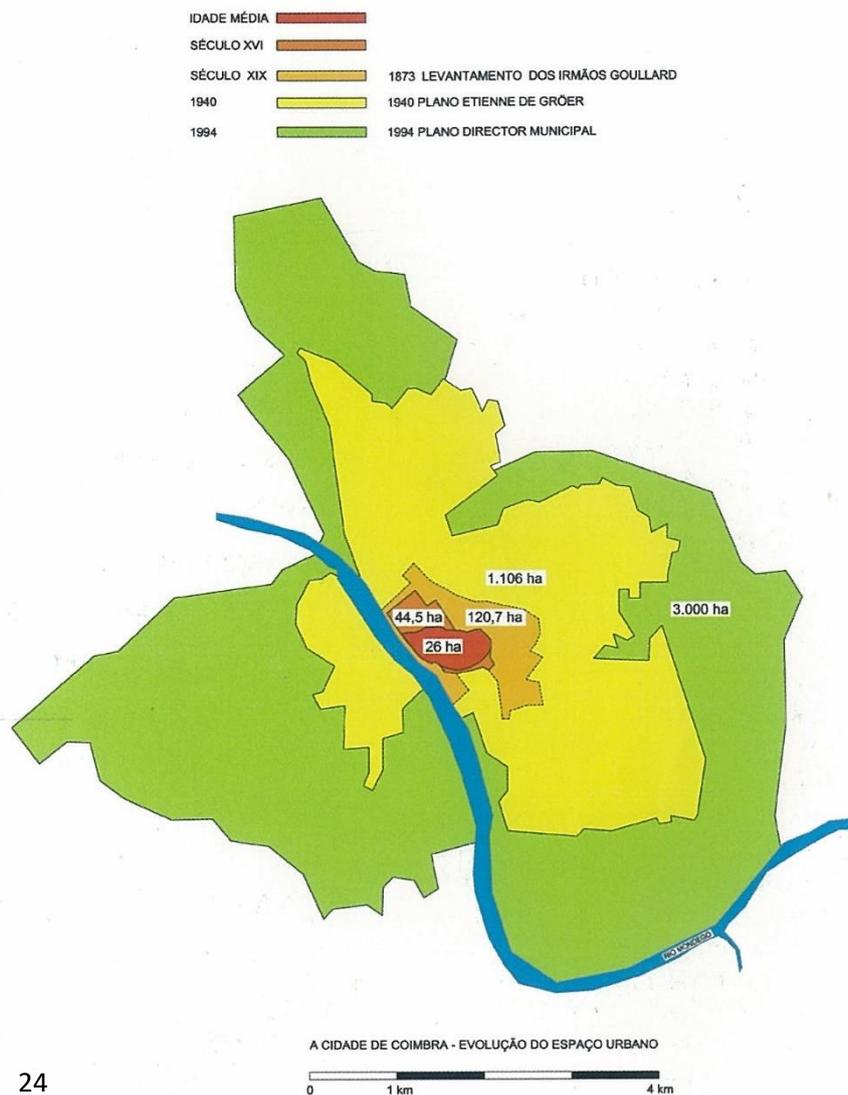
O conhecimento da realidade atual do Bairro da Relvinha, objeto de estudo desta Dissertação, inicia-se a partir da pesquisa bibliográfica dos seus antecedentes históricos e culturais. Procuraremos começar por analisar as várias mudanças políticas, sociais e espaciais associadas ao Bairro da Relvinha, por forma a compreender as implicações desses precedentes nas vivências espaciais do bairro hoje e qual a sua relevância para a realização de um projeto neste contexto.

Localizado na Freguesia de Eiras, o Bairro da Relvinha apresenta-se como um exemplo particular da produção arquitetónica associada ao 25 de abril, pois foi o único da cidade de Coimbra a aderir à autoconstrução e que conseguiu finalizar o projeto da operação SAAL, ainda que depois da extinção do processo. Para começar a compreender o contexto do bairro antes e depois da Revolução, importa investigar acerca da relação da Relvinha com a cidade de Coimbra, seus antecedentes históricos, geográficos e políticos.

Com o Plano de Embelezamento e Extensão da Cidade de Coimbra (imagem 22), apresentado ao município em 1940, Étienne De Gröer, tendo em conta o crescimento populacional verificado na segunda metade do século XIX, propõe o objetivo de “melhorar a saúde pública e moral dos habitantes de Coimbra e fazer aumentar o rendimento do seu trabalho” (De Groër citado por Santos, 1982, p. 18). A imagem apresentada no plano é a de uma *cidade jardim* envolvida por uma coroa verde, que conserva as condições estéticas naturais e históricas e que obedece ao princípio de zonamento característico do urbanismo moderno. Este Plano de Urbanização considera uma cidade-mãe Coimbra e quatro orientações para a sua extensão: sudoeste, englobando a Solum, estrada da Beira e Calhabé; sudeste, incluindo a zona de Santa Clara; nordeste, englobando Montes Claros, Celas e a Avenida Dias da Silva; e noroeste, na encosta da Estação Velha, Monte Formoso e Vale de Coselhas. É nesta última área que se encontra contemplada uma extensão da cidade para a zona da Relvinha, considerando-a uma área industrial potenciadora do seu crescimento.

Na década seguinte, Antão de Almeida Garrett apresenta o Plano Regulador da Cidade de Coimbra (imagem 23), em 1955, onde propõe acertar questões em falha no plano de Étienne de Gröer. São admitidas duas razões para a inadequação do plano anterior, que o engenheiro urbanista se propõe repensar: a definição da urbanização tipo *cidade jardim* em Coimbra, impraticável no seu território acidentado e escasso em terrenos adequados à edificação; e a interpretação ambígua do plano anterior que, pela sua escala, não deveria ter sido encarado como Plano de Urbanização definitivo, mas como sugestão a considerar a diferentes escalas (Santos, 1982, p. 41).

As condicionantes expressas no plano de Antão de Almeida Garrett consideraram,



24

24. Evolução do espaço urbano da cidade de Coimbra desde a Idade Média até ao Plano Diretor Municipal de 1994. Através desta imagem é possível compreender as consequências dos vários planos de urbanização na extensão da cidade, nomeadamente no seu desenvolvimento para norte, no sentido de Eiras, Pedrulha e do Bairro da Relvinha

mais uma vez, a extensão na cidade na direção do Loreto, Coselhas e Relvinha, como sendo zonas de indústria média. Estas áreas procurariam atender à crescente procura industrial em Coimbra e previa-se que a população que lá residia pudesse tirar partido da sua localização, mesmo apesar do desconforto em que viviam. Beneficiavam do facto de se localizarem perto das construções fabris, mas também da evolução das redes de transportes, o que os aproximava cada vez mais do centro da cidade com o passar do tempo (Pereira, 2010, p. 90), como acontecia com os moradores do Bairro da Relvinha.

O aumento das unidades industriais nas zonas do Loreto, Pedrulha e Relvinha a partir da década de 1940 intensificou a extensão da cidade para norte, verificando-se um elevado aumento populacional nestas áreas durante as duas décadas seguintes (imagem 24), em que já se considerava a população residente nos bairros referidos como parte integrante da cidade de Coimbra (Rosmaninho, 2006, p. 83). Pela forma indelével como esta medida mudou as vidas dos moradores da Relvinha e os seus espaços de habitar individual e comunitário, conhecer o Processo SAAL faz também parte do conhecimento do Bairro da Relvinha, pelo que introduziremos de seguida o seu contexto geral, impactos no país e nas cidades. No caso particular do Bairro da Relvinha, para conhecer este objeto de estudo, importa considerar como é que o Processo SAAL veio colmatar as carências habitacionais de uma população operária estabelecida precariamente numa área da cidade em crescimento, nomeadamente considerando os agentes responsáveis por essas mudanças, tais como as entidades gestoras do projeto e os arquitetos envolvidos na execução das operações a nível local.

Após a Revolução dos Cravos a 25 de abril de 1974, no desencadear de um período histórico único marcado por movimentos sociais e participação dos cidadãos, Nuno Portas foi nomeado Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do Primeiro Governo Provisório. Foi neste contexto e “com o intuito de dar apoio às populações que se encontravam alojadas em situações precárias” (Bandeirinha, 2007, p. 13) que o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) foi instituído, num Despacho a 31 de julho de 1974. Este serviço surgiu no âmbito do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) como um programa do estado, tendo sido mais tarde entendido como um processo. A dinâmica do SAAL veio questionar as atuais políticas de habitação e o próprio aparelho do estado (Coelho, 1993, p. 34), representando uma experiência única de projeto participativo no sector da habitação social.

A Revolução de 1974 procurou romper com o modelo de políticas de habitação do Estado Novo em que as intervenções neste âmbito davam respostas minimalistas às carências da população, sendo apenas usadas enquanto instrumento de controlo social e tendo por objetivo evitar possíveis ações de oposição ao regime (Nunes & Serra, 2003, p. 223). Os cidadãos viviam reprimidos, sem hipótese de se expressarem acerca das condições em que habitavam e sem possibilidade de se apropriarem do espaço urbano.



25. Fotografias de uma manifestação de moradores a 17 de maio de 1975 no Porto, pelo direito a melhores condições de habitabilidade

O SAAL veio contrariar este paradigma, no sentido em que passou a haver uma democratização dos processos de formulação de políticas e do empreendimento de operações urbanísticas. Os movimentos populares, cuja participação ativa resultou em intervenções políticas e sociais, puderam emergir e manifestar-se de forma espontânea e heterogénea, afirmando a dimensão ideológica de transformação social que veio a caracterizar todo o processo (imagem 25).

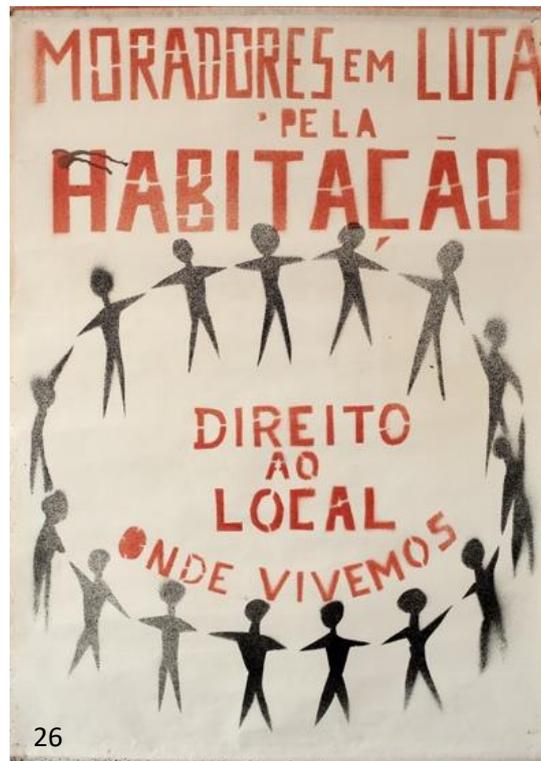
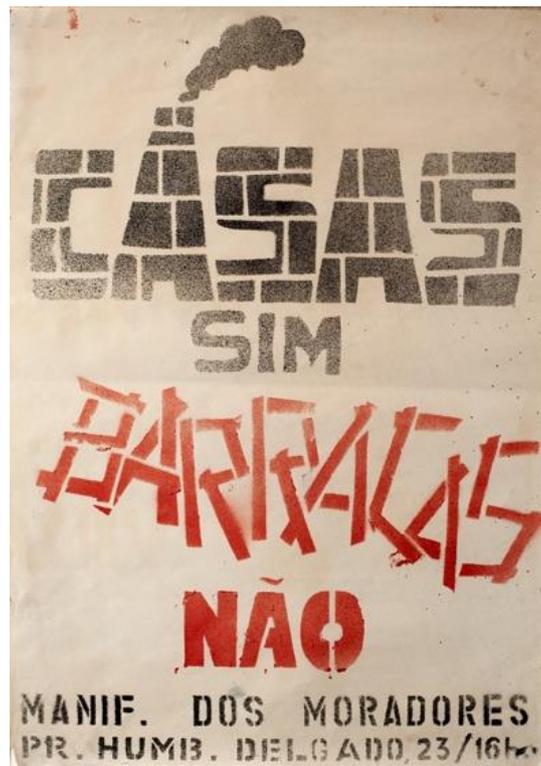
Apesar de ter produzido profundas alterações na morfologia dos tecidos urbanos, o SAAL estava muito próximo das preocupações internacionais da altura, relacionadas com a conservação do património, através do cuidado com o equilíbrio entre a memória e legados dos lugares e suas intervenções contemporâneas (Coelho, 1993, p. 34). Esta gestão urbanística integrada teve como preocupações a identificação das zonas e ações de intervenção, a constituição de equipas técnicas e seu acompanhamento e a coerência das ações executadas em relação com os objetivos do processo.

Ao serviço de estado FFH cabia dar resposta, pelas Câmaras Municipais, às exigências e necessidades do decorrer das operações SAAL e da sua gestão (Nunes & Serra, 2003, p. 232). As intervenções realizadas requereram investimento para melhoria da qualidade dos espaços a habitar, desde sistemas de esgotos, água ou eletricidade, a equipamentos urbanos públicos. Garantir recursos e meios para a execução das ações foi fundamental e foi, assim, assegurada a coordenação e acompanhamento dos projetos, quer de habitação, quer de espaços públicos ou de equipamentos sociais, que puderam depois ser alvo de apropriação pelos cidadãos.

A participação do próprio estado contribuía para atestar a coerência de todo o processo, mas o seu papel foi também o de potenciar a participação social a nível local. Cada operação necessitou de ser tratada com a especificidade que lhe era inerente. A respeito desta iniciativa do governo, Nuno Portas salienta mais tarde o seu “carácter experimental” (Portas, 1986, p. 637), pois, apesar de partir do estado, o SAAL dependia sobretudo das populações a que se destinava, estando condicionado pela sua vontade de envolvimento.

Durante todo o processo, não houve lugar para intervenções requeridas nem pelos arquitetos, pelos agentes sociais ou por vizinhos do bairro, pois tinham que ser os próprios moradores a solicitar a operação a decorrer (Bandeirinha, 2014, pp. 46-47). Para tal, era necessário que os moradores se organizassem, formassem uma associação e registassem os seus estatutos. Estes requisitos, institucionais e não só, foram relevantes para o processo democrático a decorrer, pois, apesar de a prática da arquitetura depender de encomendas vindas do estado, eram os moradores que controlavam e conduziam as obras.

As habitações construídas não eram genéricas, mas sim específicas e apontadas às necessidades de quem as ia ocupar e às condições de cada bairro, de cada pessoa. Eram



26. Cartazes pós-Revolução relativos ao direito à habitação e em defesa do Processo SAAL

os próprios indivíduos e comunidades que construíam os seus bairros, quer o tivessem feito literal ou simbolicamente (Bandeirinha, 2014, p. 57). Tal só poderia ser conseguido pela transmissão e diálogo constante de informações e conhecimentos entre os vários intervenientes do projeto. A reflexão acerca da arquitetura enquanto fenómeno social que Processo SAAL proporcionou em Portugal refletiu-se em projetos inclusivos e integrados, numa gestão partilhada por vários agentes:

“O programa SAAL deve ser visto e apresentado não como arquitetura “revolucionária” (o que não foi de todo) mas como uma forma de cogestão entre estado/técnicos/habitantes: aí reside a sua originalidade, o que é dizer muito” (Portas, 2016, p. 17)<sup>8</sup>.

No que concerne ao âmbito legislativo, este processo foi decorrendo também através de sucessivas experiências. O SAAL foi implementado sem que as brigadas ou os moradores estivessem à espera da produção de documentos legais que o iriam estabilizar. Os projetos eram iniciados assim que se constituíam as associações de moradores e os decretos para a consolidação das operações muitas vezes saíam mais tarde, ou não saíam de todo (Portas, 1986).

Construir com as pessoas e para as pessoas traduziu-se numa projeção das suas necessidades e prioridades, que foram atendidas com compromisso para com a cidade e consequências no seu tecido urbano (Lebre, 2016, p. 159). Em vez de dar uma resposta às necessidades mínimas dos cidadãos que necessitavam de apoio, o SAAL procurou responder de forma eficaz às carências verificadas, com consideração pelas realidades vividas (imagem 26). Esta atitude foi o oposto do que se verificava no regime anterior, causando uma mudança do paradigma político que tinha estado em vigor.

A urgência quanto ao início dos projetos era tal que se ignorava a sua cobertura legal e formal, com consciência de que era necessário tomar este risco para garantir que o processo se realizava. Contudo, Mário Brochado Coelho, que acompanhou a elaboração da documentação legal do processo, afirma que o SAAL demonstrou esforço “quer de criação de uma teoria para a acção a desenvolver quer de empenhamento no combate à resistência e impreparação dos serviços públicos existentes a nível central e local” (Coelho, 1986, p. 650).

Além da sua marca experimental política, o SAAL foi um processo experimental

---

<sup>8</sup> Citação original: “SAAL programme should be seen and presented not as “revolutionary” architecture (which it absolutely was not) but as a form of co-management between State/technicians/residents: in it lies its originality, which is saying a lot” (Portas, 2016, p. 17).



27. Fotografia de Álvaro Siza numa reunião do Processo SAAL

particular também a nível arquitetónico. Grande parte do movimento despertado em Portugal aquando do 25 de abril de 1974 foi dedicado às questões de habitação, do direito à cidade e dignidade dos espaços públicos. Por consequência, na saída de um regime que nunca tinha desenvolvido uma política social, era fundamental atender às carências habitacionais que se verificavam no país (Sardo, 2014, p. 27). Redefinir as condições de vida a partir da habitação implicou aceitar o desafio de fazer arquitetura assente nas dinâmicas ativistas e reivindicativas das populações, integrando-as em projeto.

A instabilidade social e económica que se verificava e a oportunidade de trabalhar do lado dos oprimidos numa experiência profissional que já não estava vinculada à vontade opressora do estado motivaram o envolvimento de técnicos de várias gerações nas operações SAAL (Bandeirinha, 2014). Por um lado, a escassez de mercado que se verificava teve por consequência a entrega dos arquitetos e de outros técnicos a estes projetos. Por outro lado, a continuidade apresentada em relação a “preocupações que (sobretudo em Lisboa e no Porto) se tinham vindo a adensar no sentido da discussão em torno das práticas da arquitetura, da sua autonomia disciplinar e da responsabilidade social do arquiteto” (Sardo, 2014, pp. 28-29) também fez com que o Processo SAAL fosse encarado com vontade de participação por parte dos arquitetos envolvidos.

Já em 2014, Alexandre Alves Costa considera que não houve, com a Revolução, uma rutura com as intervenções urbanas e de arquitetura portuguesas, mas sim uma ação projetual de continuidade em relação com os desenvolvimentos formais e ideológicos que precederam a crise revolucionária iniciada em 1974 (Costa, 2014, p. 79). O SAAL surgiu ancorado aos pensamentos políticos e sociais manifestados desde a década de 1950 por arquitetos como Nuno Portas, espelhando nas intervenções multidisciplinares e na preocupação com as condições do habitar e do habitar comunitário uma relação evidente com as discussões desenvolvidas nas décadas anteriores.

A “mudança de linguagem possível e necessária numa nova coincidência entre política e forma da arquitetura” (Gregotti, 2014, p. 92) que o SAAL trouxe a partir da vontade popular foi concretizada no envolvimento de arquitetos como Álvaro Siza, Raúl Hestnes Ferreira, Nuno Teotónio Pereira, Gonçalo Byrne e Fernando Távora, entre outros. Foram os próprios arquitetos a estar no centro da relação entre autarquias, moradores e outros técnicos, lidando ainda com os problemas legislativos e financeiros (imagem 27). No desafio de construir traduzindo desejos e especificidades expressas pelos futuros utilizadores e evitando ao mesmo tempo resultados redutores ou populistas, “pela primeira vez o trabalho dos arquitetos foi a par com um trabalho político que os obrigava a refletir permanentemente sobre o papel das instituições” (Portas, 2014, p. 257).

Acerca do papel de envolvimento que os arquitetos tomaram nas operações SAAL,



28. Fotografia da colocação de cartazes pelo direito à habitação

aquando das comemorações dos quarenta anos do processo, Raúl Hestnes Ferreira admite que esta foi uma oportunidade de contacto com as realidades quotidianas das pessoas, que o fez reconsiderar a questão da relação arquiteto-cliente (Ferreira, 2014, p. 261). O mesmo declara Manuel Vicente quando fala acerca da cidade enquanto elemento comum e projeto coletivo que relaciona o arquiteto com a população (Vicente, 2014, p. 261).

Porém, não podemos deixar também de considerar a posição de Gonçalo Byrne ao duvidar do modo direto e, a seu ver, “falso” (Byrne, 2014, p. 261) como alguns arquitetos se identificaram rapidamente com as populações. Esta visão crítica demonstra uma preocupação com situações em que os arquitetos se possam ter sobreposto às populações, ou ter sobreposto a sua condição intelectual e académica ao contexto do projeto em si.

Além da participação dos arquitetos, que se expressava pelo desenho de projeto, as operações SAAL, lançadas em diversas zonas urbanas de Portugal, envolveram técnicos de várias áreas, desde engenheiros a juristas ou estudantes, incidindo especialmente em bairros pobres ou degradados (Nunes & Serra, 2003). As escolas de arquitetura de Lisboa e do Porto tiveram também um papel preponderante no desenvolvimento do processo. Os alunos integraram brigadas e equipas de trabalho, participando na organização de associações e contribuindo ativamente para os projetos a decorrer.

Os projetos de habitação surgiram então como resultado do contributo projetual proveniente das brigadas técnicas pluridisciplinares, lideradas por arquitetos, em diálogo com as vontades expressas pelos moradores (Bandeirinha, 2001). A articulação estabelecida entre setores do estado, movimentos populares e profissionais de várias áreas permitiu estabelecer uma ligação entre a especificidade de cada território e de cada operação com os objetivos e projetos globais de transformação da sociedade portuguesa que o SAAL proporcionou.

Foi através do estabelecimento de cooperativas, comissões ou associações de moradores que se deu o envolvimento das populações e a luta por melhores condições de habitabilidade e pelo chamado “direito ao lugar” (Nunes & Serra, 2003, p. 221) ou “direito ao sítio” (Portas, 1986, pp. 639-640). A descentralização do problema do fomento da habitação que o Processo SAAL pretendia que se efetuasse viria a combater a marginalidade, acentuando a pertença dos habitantes ao lugar e permitindo-lhes participarem nessa conquista.

As movimentações que no início poderiam parecer atos de caráter “esporádico, localista ou meramente bairrista” (Coelho, 1986, p. 665), foram-se impondo de norte a sul do país, reivindicando as necessidades de várias comunidades. A experiência única de democracia participativa do Processo SAAL foi, em grande parte, resultado da expressão do movimento popular que se mostrava determinado em exigir condições de vida condignas para os cidadãos portugueses (imagem 28).



A participação promovida pelo SAAL integrou “a ideia de um processo aberto às práticas sociais, às vontades das populações interessadas e organizadas” (Bandeirinha, 2007, p. 119), permitindo que os movimentos de moradores se manifestassem e se organizassem para fazer parte da definição das suas novas condições de habitabilidade, tal como ocorreu no Bairro da Relvinha. As populações mal alojadas colaboraram diretamente na transformação dos seus próprios bairros, sendo capacitadas para viver uma experiência de participação popular sem precedentes. As lutas do pós-Revolução representaram para a sociedade portuguesa “a aprendizagem, por parte das classes trabalhadoras de formas alternativas de viver na cidade e de a transformar” (Canário, 2014, p. 209).

Ao longo de mais de dois anos, a base legal do Processo SAAL foi apenas o Despacho de julho de 1974, o que gerou alguma acumulação de conflitos<sup>9</sup>. Neste contexto, surgiram situações ambíguas e dúbias no decorrer dos projetos, tal como na relação entre o SAAL, o estado e as associações de moradores. Dentro das indefinições que se observavam, a ausência de regulamentação referente à relação entre as autarquias e o Processo SAAL foi talvez a mais grave, sendo um grande fator de asfixia do projeto (Pereira, 2014, p. 15).

Em 27 de outubro de 1976, a caminho dos dois anos depois do início do programa, os objetivos iniciais do SAAL foram profundamente alterados quando a condução do processo foi transferida para as Câmaras Municipais. O Despacho que rompeu com a intervenção do SAAL responsabilizava o processo pela “falta de assistência eficaz às populações mal alojadas, pela demora verificada nos processos de expropriações de terrenos e pela escassez de fogos construídos” (Pereira, 2014, p. 27).

Esta ação retirou ao SAAL o seu carácter global, pelo que muitos dos seus projetos ficaram paralisados e não chegaram a ser terminados, permanecendo algumas marcas de ruína no território (Costa, 2014, p. 85). A maior parte das brigadas técnicas foi desativada e apenas em casos de operações já a decorrer é que os trabalhos se mantiveram. As operações necessitaram de sofrer adaptações a nível administrativo e processual, mudando os locais de intervenção, as equipas ou até os projetos. Apesar do seu curto período de existência, o SAAL constituiu um “momento de grande reflexão sobre a cidade e sobre o modo de nela intervir” (Neto, 2005, p. 90). As associações de moradores pronunciaram-se com desagrado em resposta ao fim repentino do programa, organizando manifestações e protestos.

O Processo SAAL permitia ver a cidade não ao serviço da promoção imobiliária, mas como ator político e agente social. A propósito deste papel que a cidade assumiu na

---

<sup>9</sup> Consultar maior detalhe em Portas, N. (1986). O Processo SAAL: entre o Estado e o poder local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (18/19/20), 635–644.



época que se seguiu à Revolução, José António Bandeirinha afirma, quarenta anos depois do SAAL, que “talvez tenha sido essa a razão pela qual todo o processo foi abruptamente interrompido, sem apelo e com um significativo agravo” (Bandeirinha, 2014, p. 62). Terminou deste modo um tempo em que “a cidade foi protagonista de um pensamento coletivo de esperança” (Costa, 2014, p. 85), pela aprendizagem e desenvolvimento das classes mais desfavorecidas do país, pela crescente capacidade e vontade de luta pelo direito ao lugar e pela melhoria das condições de habitabilidade em diversas áreas urbanas de Portugal após um período político opressor.

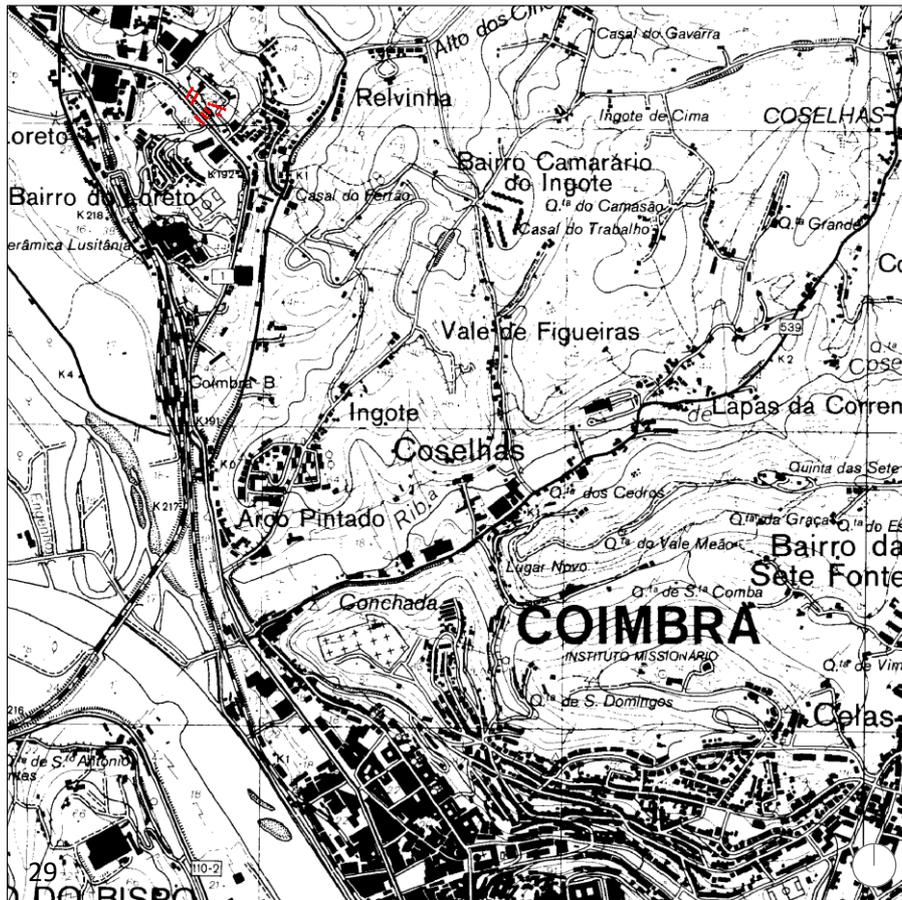
No Bairro da Relvinha, o SAAL envolveu não só a participação dos moradores, mas também a participação da brigada técnica do projeto, cujo compromisso para com a operação foi crucial para a conclusão das obras, destacando-se o envolvimento dos arquitetos Francesco Marconi e Carlos de Almeida.

Francesco Marconi, arquiteto italiano, esteve envolvido ativamente no decorrer do Processo SAAL em Coimbra, tendo coordenado a brigada técnica para a operação da Conchada e sendo o autor de uma primeira versão do projeto para as habitações unifamiliares do Bairro da Relvinha. A experiência vivida pelo arquiteto está publicada na revista de arquitetura *Casabella*, em 1976, e no livro *Política e Projecto: uma experiência de base em Portugal*, em 1977 (Bandeirinha, 2007). Francesco Marconi fez também parte da organização, em 1977, de um ciclo de conferências sobre o SAAL em Itália, demonstrando as consequências que o envolvimento neste projeto deixou no seu percurso. Nestes eventos e publicações, o arquiteto enfatiza a originalidade do Processo SAAL, as soluções encontradas no diálogo com as populações e ainda a importância da participação efetiva dos moradores na construção das próprias casas. Por incompatibilidade do seu projeto com as necessidades dos moradores do bairro<sup>10</sup>, Francesco Marconi deixou a operação da Relvinha, sendo o arquiteto Carlos de Almeida o seu sucessor na função de dirigir o projeto.

Aluno da Escola de Belas-Artes do Porto, o arquiteto Carlos de Almeida foi uma importante figura para Coimbra, produzindo uma obra que “marcou definitiva e incontestavelmente a imagem da cidade” (Faria, 1996, p. 4). Projetou edifícios de habitação, como as casas da primeira fase de construção na Relvinha, mas também equipamentos públicos que vieram a caracterizar a vida pública da cidade, como os centros comerciais Avenida e Girassolum. Autor de publicações como *A cidade e o Homem* (1966), *A urbanização fascista e os trabalhadores* (1974a) e *Nos cárceres do fascismo* (1974b), *Portugal: arquitetura e sociedade* (1978), Carlos de Almeida foi um arquiteto que deixou um legado de obra construída e bibliográfica coerente com as intenções de intervenção social na cidade.

---

<sup>10</sup> Consultar entrevista realizada a Jorge Vilas da Fonseca, disponível em anexo.



29. Localização da operação SAAL da Relvinha em relação com a cidade de Coimbra, com indicação dos edifícios do bairro a vermelho
30. Planta de implantação da operação SAAL do Bairro da Relvinha. A – Habitações da primeira fase de construção. B – Habitações da segunda fase de construção

Ainda enquanto estudante, na década de 1940, eram frequentes as análises que Carlos de Almeida partilhava acerca do Plano de Embelezamento e Extensão da Cidade de Coimbra de Étienne De Gröer (1940). Algumas das principais críticas apontadas a este plano por Carlos de Almeida nas décadas seguintes foram a colocação das zonas comerciais, serviços, escolas e centros desportivos longe das áreas residenciais; a conceção e localização questionável do “pulmão da cidade”, área circular verde em volta do centro de Coimbra; e o alojamento da população economicamente desfavorecida nos arredores da cidade (Almeida, 1974).

Mais tarde, aquando da implementação do Plano Regulador de Almeida Garrett (1955), Carlos de Almeida encontra-se de novo numa posição crítica quanto às escolhas tomadas para a cidade, tais como o facto de se manter a divisão por classes e as disposições estéticas do plano anterior. Nestas considerações, entre outros comentários publicados em artigos de urbanismo, o arquiteto Carlos de Almeida demonstra as suas reflexões constantes acerca dos problemas urbanísticos de Coimbra, nos quais procurava participar com sentido crítico, enquanto cidadão e enquanto arquiteto. Pelos seus contributos em projeto e na sua obra teórica acerca da sociedade portuguesa e da gestão urbanística em Coimbra, Carlos de Almeida trouxe, no século XX, uma arquitetura que viria a “marcar indelevelmente a cidade moderna” (Bandeirinha, 2010, p. 2).

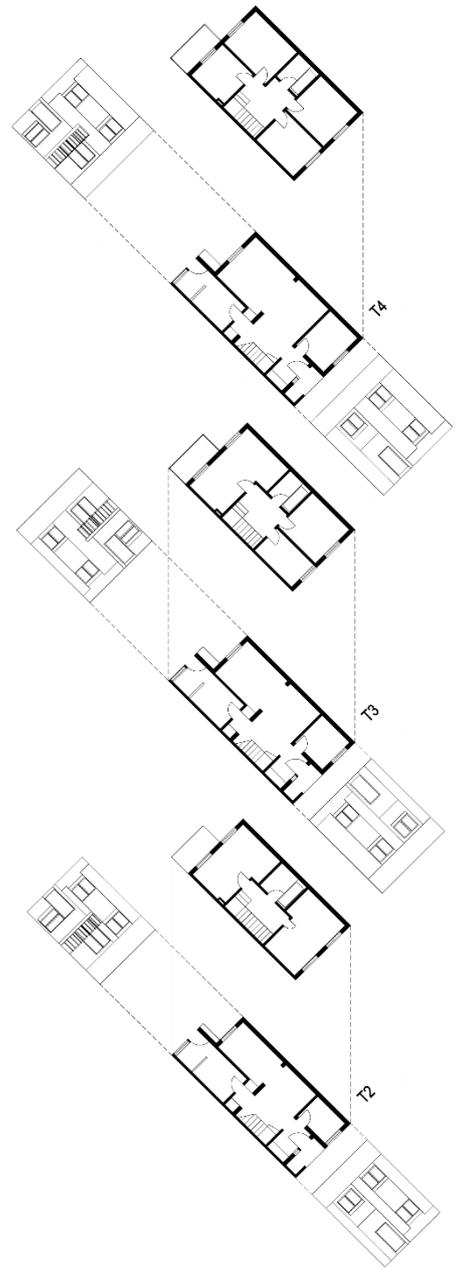
Em Coimbra, no âmbito do Processo SAAL, foram previstas operações na Conchada, Quinta da Nora, Fonte do Bispo e Relvinha, sendo que apenas este último projeto foi construído e concluído (imagens 29 e 30). No contexto do SAAL, o interesse e preocupação de Carlos de Almeida com o sentido ético e político da profissão manifestaram-se na sua participação na operação do Bairro da Relvinha, depois de Francesco Marconi ter deixado o projeto. Carlos de Almeida foi responsável por uma equipa pluridisciplinar encarregue da construção da primeira fase de habitações na Relvinha, unifamiliares e edificadas por autoconstrução.

Após o 25 de abril, a situação habitacional existente em Coimbra era ainda consequência da *cidade jardim* proposta por Étienne de Gröer (Oliveira, 2003). A classe operária alojada nas periferias, como era o caso dos moradores da Relvinha, sofria a segregação intensificada pelas alterações e corrupções dos planos de gestão do território, sendo este o tipo problemas habitacionais dos centros urbanos a que o SAAL procurou dar resposta.

Os moradores do Bairro da Relvinha viviam na chamada Zona da Estação Velha, perto da Rua do Padrão, tendo sido desalojados em 1954, devido às obras para extensão da Avenida Fernão de Magalhães. Por consequência, vinte e oito famílias foram alojadas em barracas de madeira na Relvinha, onde permaneceram em condições precárias até 1974. Durante este tempo, o contexto de pobreza e a memória comum contribuíram para a união do corpo de moradores (Baía, 2012a). A criação de identidade do conjunto



31



32

0 10m

31. Condições habitacionais no Bairro da Relvinha antes do 25 de abril

32. Plantas e alçados das habitações da primeira fase de construção da operação SAAL no Bairro da Relvinha

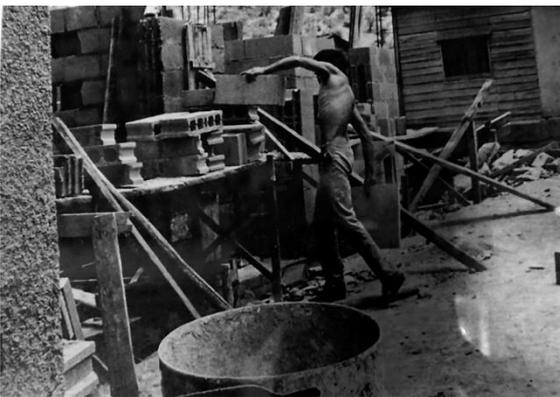
de moradores do bairro desenvolveu-se pela resiliência e resistência que as pessoas foram obrigadas a desenvolver como consequência da mudança para bairros camarários que decorreu no início da segunda metade do século XX e que afetou cada família e cada indivíduo.

A situação que se pensava ser provisória, mas que acabou por durar vinte anos, surgiu devido à gestão urbanística proposta por Étienne de Gröer e Antão de Almeida Garrett, em que uma das orientações da expansão da cidade se deveria à extensão do eixo industrial do Loreto e Pedrulha. A deslocação das fábricas e das habitações dos trabalhadores proletários para a periferia causou o alojamento insalubre e precário que impactou a vida dos moradores da Relvinha e do qual ainda podemos ver reflexos no bairro e em outros bairros vizinhos.

No período após as eleições de Humberto Delgado e até à Revolução, entre as décadas de 1950 e 1970, Coimbra foi marcada pelo movimento estudantil, desde crises académicas a manifestações e greves (Baía, 2011, p. 109). No entanto, apesar de esse ter sido o movimento social com maior notoriedade na cidade na época, os movimentos de moradores tiveram também a sua relevância e consequências, como iremos ver de seguida, pelo exemplo do Bairro da Relvinha.

Frequentando espaços onde conheceram membros de movimentos de oposição ao regime e onde discutiam política com estudantes e outros operários, cresceu nos moradores do Bairro da Relvinha a vontade de mudar as condições degradantes em que viviam. Depois de alguns gestos de protesto isolados, a luta pela reivindicação de melhores condições de habitabilidade na Relvinha começou de forma oficial junto da Câmara Municipal de Coimbra com a formação de uma Comissão de Moradores, que exigiu a reparação dos telhados das barracas de madeira. Deste modo, os moradores do Bairro da Relvinha já possuíam uma Comissão de Moradores ativa aquando do 25 de abril de 1974, tornando-se depois na Associação de Moradores do Bairro da Relvinha, fundada a 28 de fevereiro de 1975, sendo os estatutos da mesma publicados em Diário da República a 28 de março de 1975. Isto permitiu aos moradores ter bases legais, apoio financeiro e ganhar força para que se iniciasse uma operação SAAL que viria a mudar por completo a realidade do Bairro da Relvinha.

Em junho de 1975 iniciaram-se as obras da operação SAAL da Relvinha, lideradas pelo arquiteto Carlos de Almeida na primeira fase de habitação unifamiliar, como já foi referido, em que se construíram trinta e quatro casas. A participação deste arquiteto no processo foi crucial para que as obras se realizassem e para que a população se mantivesse motivada e acreditasse no projeto (Baía, 2012b, p. 126). Ao manter um diálogo com os moradores, Carlos de Almeida permitiu ajustes ao projeto, consoante as necessidades verificadas, e motivou o início das obras antes da conclusão da sua formalização. A tentativa de acelerar o processo mostrou-se vantajosa, pois a vontade



33. Autocolante desenhado por Francesco Marconi para angariação de fundos para a construção do Bairro da Relvinha

34. Autoconstrução das habitações unifamiliares no Bairro da Relvinha, processo em que os próprios moradores participaram na construção das suas casas

e organização dos moradores permitiu a conclusão das obras, ao contrário do que aconteceu na Conchada, Fonte do Bispo e Quinta da Nora, operações SAAL que não conseguiram passar da fase de projeto à execução. Como relata um morador do bairro:

“O Carlos de Almeida era um indivíduo mais dinâmico e queria que as coisas andassem para a frente. [...] Isto foi evoluindo naturalmente, e rapidamente também, porque a ideia do Carlos de Almeida era de que isto tinha que ser feito porque se previa que a curto prazo isto [o programa SAAL] desse uma reviravolta, como deu” (Fonseca, 2017, p. 233)<sup>11</sup>.

O SAAL previa que o estado entrasse com uma parte do custo da casa, a fundo pedido, e o restante caberia aos moradores mobilizar, sob a forma que entendessem, tal como a autoconstrução, autoinvestimento em dinheiro ou recurso a empréstimos bancários (Portas, 1986, p. 642). No caso do Bairro da Relvinha, a estrutura de suporte económico para a construção do bairro foi conseguida por várias estratégias, tais como a venda de autocolantes desenhados por Francesco Marconi para angariação de fundos com a frase “A casa do proletário não pode sair do seu salário” (imagem 33). Também para garantir maior estabilidade económica, o conceito de autoconstrução, apoiado por Nuno Portas (Bandeirinha, 2007), foi posto em prática pelos moradores da Relvinha aquando da construção das casas da operação SAAL no seu bairro (imagem 34).

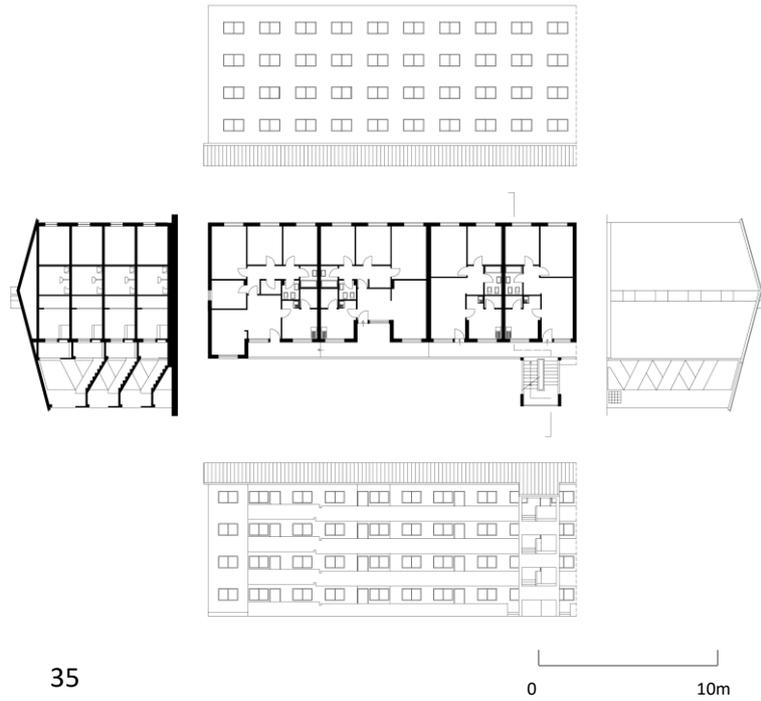
Apesar de a ideia de autoconstrução ter sido quase sempre inicialmente recusada pelos bairros das operações SAAL (Costa, 2014, p. 81), este foi um dos motivos que terá contribuído em grande medida para o facto de as construções da primeira fase terem sido terminadas no Bairro da Relvinha. As assembleias onde os todos os moradores participavam ativamente e apoiavam o trabalho da Associação de Moradores foram essenciais para a definição e cumprimento de objetivos no decurso do processo. A dedicação colocada neste trabalho trouxe à comunidade uma identificação com as obras e com o lugar, como afirma o presidente da antiga Associação de Moradores:

“Eu costumo dizer que as pessoas sentiram aquilo que fizeram. Enveredámos pelo programa de autoconstrução precisamente para que as pessoas sentissem na pele que o que estavam a construir era deles. Isso deu-lhes mais força para a continuidade” (Fonseca, 2017, p. 235).

Além de apelar à participação dos moradores em tomadas de decisão, o Processo SAAL promoveu um sentido de apropriação global e de longa duração (Dias, 2016, pp. 90-91). Esta foi uma consequência das soluções propostas pelo SAAL e cujas repercussões se sentem ainda hoje, ao contactar com a realidade de bairros como a Relvinha. A comunidade identifica-se com as habitações e com o bairro, numa

---

<sup>11</sup> As páginas indicadas referem-se à entrevista transcrita em anexo.



35. Plantas, corte e alçados das habitações da segunda fase de construção da operação SAAL no Bairro da Relvinha

36. Fotografias atuais das habitações da primeira fase de construção

37. Fotografias atuais das habitações da segunda fase de construção

apropriação que é resultante da luta vivida, mas também do processo de autoconstrução que implementaram. O envolvimento de moradores em obras que vão habitar “transporta a apropriação para o domínio coletivo” (Bandeirinha, 2014, p. 47), algo que sucedeu com o SAAL no Bairro da Relvinha, pela devoção dos moradores, do arquiteto Carlos de Almeida e de toda a brigada técnica.

Além do contributo dos próprios moradores e dos técnicos do SAAL, a operação da Relvinha contou com a ajuda e solidariedade de vários grupos e indivíduos exteriores ao bairro. O Bairro da Relvinha conseguiu envolver no seu trabalho grupos de estudantes, grupos culturais, empresas da região, movimentos internacionais e outras comunidades. Um exemplo desta ajuda foi o contributo de grupos corais, musicais, etnográficos e teatrais de estudantes da Universidade de Coimbra para a angariação de fundos, pela realização de espetáculos que reverteram a favor desta causa (Baía, 2008, p. 7).

A Associação de Moradores do Bairro da Relvinha apoiou o movimento estudantil, mas apoiou também outras associações de bairros da cidade, contribuindo para o fortalecimento do movimento de moradores em Coimbra. Este espírito de solidariedade vivido converteu-se, como refere João Baía, numa “aprendizagem mútua” (Baía, 2016, p. 182) de formas de organização, de ultrapassagem de dificuldades e de conhecimento de diferentes ideias e experiências políticas. As relações estabelecidas pelos moradores da Relvinha com outras comunidades ou indivíduos acabaram por se tornar em oportunidades de partilha e amizade de ambas as partes.

O arquiteto Rogério Alvarez deu continuidade à operação SAAL na Relvinha numa segunda fase, de habitação coletiva (Bandeirinha, 2007), com a construção de cinquenta e quatro fogos a terminar em setembro de 1982 (imagem 35). Os habitantes dos fogos da primeira e da segunda fase de construção têm memórias e experiências diferentes do que os trouxe até ao bairro. Enquanto que as famílias que residem nas habitações da primeira fase vieram da Rua do Padrão, as que residem nos blocos de habitação coletiva chegaram ao bairro por viverem na vizinhança ou terem ajudado no processo de autoconstrução das primeiras casas.

A adesão dos moradores da Relvinha ao SAAL mudou as suas vidas, pois permitiu melhorar as suas condições de habitação ao ponto de deixarem de viver em barracas de madeira degradadas e sobrelotadas e passarem a habitar em casas com condições adequadas (Baía, 2012b) (imagens 36 e 37). A capacidade de mobilização e de organização que se iniciou antes do 25 de abril de 1974 continuou com grande expressão durante o período revolucionário, sendo motor para a luta e resiliência que se seguiram. Esta mesma vontade foi instrumento para a conclusão das obras, mesmo que algumas casas apenas tenham sido concluídas após o término abrupto do Processo SAAL. Após a extinção do SAAL, os moradores do Bairro da Relvinha lançaram um comunicado a repudiar o Despacho de 27 de outubro de 1976, participando em manifestações e



38. Fotografias da pintura do mural no Bairro da Relvinha em 2010  
39. Fotografia atual do mural no Bairro da Relvinha

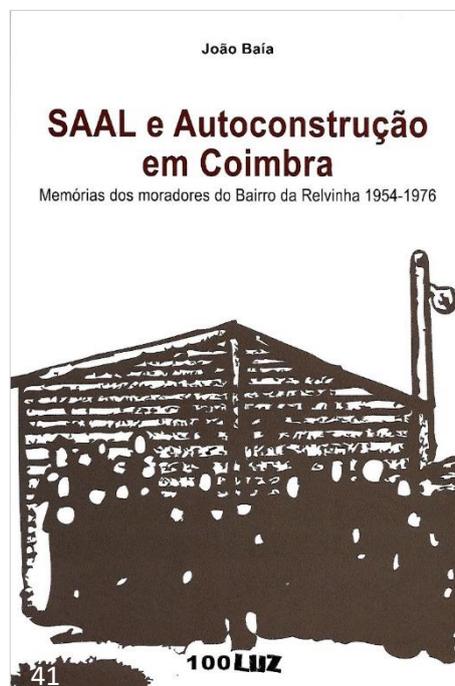
continuando a defender o programa nos tempos que se seguiram, enquanto decorriam as obras da segunda fase de construção.

Poucos anos depois da construção dos dois blocos de habitação coletiva, as funções antes assumidas pela Associação de Moradores da Relvinha passaram a estar a cargo da Cooperativa de Construção e Habitação Económica Semearrelvinhas, com estatutos publicados em Diário da República a 14 de junho de 1986 (Baía, 2012, p. 160). Apesar de ainda existir formalmente a Associação de Moradores, esta cooperativa foi fundada para facilitar questões jurídicas e financeiras, como o pagamento de impostos.

É a Cooperativa Semearrelvinhas que assume hoje o planeamento de assembleias, reuniões, gestão de recursos e eventos do Bairro da Relvinha e ainda outras questões de organização interna dos moradores e relações externas ao bairro. A cooperativa tem também desenvolvido algumas iniciativas de dinamização da vida do bairro, desde viagens turísticas a torneios desportivos e festas, tais como a comemoração do aniversário da cooperativa realizada nos últimos anos. Além disso, a cooperativa tem também sido parceira de outras atividades culturais, com as quais podemos perceber o envolvimento e compromisso da comunidade para com o legado dos espaços. Veremos de seguida alguns exemplos de iniciativas com premissas semelhantes ao *workshop* RMB, com os quais podemos perceber que a história do bairro conta com experiências de envolvimento da comunidade na valorização dos seus espaços.

Nos dias 5, 6 e 7 de setembro de 2003 decorreu o projeto *relvinha.cbr\_x*, que envolveu um *workshop* de teatro com o espetáculo: "Quando Estiver Lá em Cima Estará Completamente à Vontade!". No evento organizado pela ProUrbe, Câmara Municipal de Coimbra e Ministério da Cultura, a encenação e dramaturgia ficaram a cargo de Carlos Pessoa, enquanto que o espaço cénico e arquitetura foram responsabilidade de João Mendes Ribeiro. A "extrema cumplicidade" (Correia, 2003, p. 67) entre a peça e o lugar onde ela foi representada deveram-se à articulação entre os espaços e as cenas, mas também à relação entre a mensagem do espetáculo e a história do bairro. Os atores e público atravessavam a pé o Bairro da Relvinha, à medida que se desenrolava o teatro, interagindo com os espaços escolhidos e com instalações pelas quais iam passando. A Cooperativa Semearrelvinhas participou ativamente neste projeto e os moradores dialogaram com os artistas e técnicos, inspirando cenas do espetáculo com as suas memórias do bairro e histórias do quotidiano da zona ao longo dos anos.

Em junho de 2010 foi realizada a pintura de um mural que conta a história do Bairro da Relvinha, a sua luta e a as suas mudanças, desde o alojamento nas barracas de madeira às construções pela instituição do Processo SAAL (imagens 38 e 39). O mural foi pintado a partir de fotografias, ícones e memórias e contém algumas imagens facilmente reconhecíveis como a cara de José Afonso ou o autocolante desenhado por Francesco Marconi (João, 2013). Nesta atividade participaram amigos e simpatizantes



40. Fotografias exteriores da antiga oficina que dará lugar à nova sede da Cooperativa Semearrelvinhas, segundo o projeto do atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro  
41. Capa do livro *SAAL e Autoconstrução em Coimbra*, de João Baía (2012)

do bairro, que tiveram oportunidade de ouvir e contar histórias na partilha de experiências entre gerações aquando da pintura.

Por ocasião da iniciativa *Coimbra Capital Nacional da Cultura*, em 2003, que deu origem também ao *workshop* relvinha.cbr\_x, foi iniciada a conceção de um projeto para um centro social e cultural na Relvinha, pelo arquiteto João Mendes Ribeiro<sup>12</sup>. Este espaço de convívio e entretenimento partiria da reabilitação de uma antiga oficina existente no bairro (imagem 40) e viria a ser construído em várias fases. Contudo, apesar das múltiplas ações de solidariedade por parte de entidades que pretenderam contribuir para a concretização deste projeto, tal como no caso da oferta de materiais de construção, o projeto não se encontra ainda executado. As discussões com a Junta de Freguesia, com a Câmara Municipal e com o atelier de arquitetura, associadas à necessidade de fundos monetários e as burocracias a cumprir resultaram no adiamento das obras deste projeto, que se prevê vir a ser uma nova sede para a Cooperativa Semearrelvinhas e um ponto de encontro para a comunidade.

A partir de uma investigação para a elaboração de uma Dissertação de Mestrado, João Baía (2012a) publica o livro *SAAL e Autoconstrução em Coimbra*. Este livro veio também a marcar a história do Bairro da Relvinha, pois descreve as memórias dos moradores, desde a mudança da Rua do Padrão para a Relvinha até à luta por habitações condignas e à autoconstrução a partir do Processo SAAL. O livro referido enfatiza o impacto do movimento de moradores gerado na Relvinha após o 25 de abril, demonstrando a força da sua comunidade. Através do contacto com os moradores, João Baía permite-nos compreender que estas vivências permanecem na sua memória, fazendo parte do contexto social e identidade do bairro.

Desde a conclusão da construção das habitações, o espírito de comunidade e união dos moradores da Relvinha manteve-se sempre presente no dia-a-dia do bairro. A memória coletiva que une os moradores relaciona-os também com os espaços onde vivem e circulam e é transmitida entre gerações. É relação entre lugar e legado na vida da comunidade hoje que torna estes fatores relevantes para um projeto no presente. O legado dos lugares que fazem parte da identificação e caracterização do bairro torna-os importantes para os moradores, demonstrando a pertinência da adequação de eventuais projetos a realizar às dinâmicas e significados sociais do Bairro da Relvinha.

---

<sup>12</sup> Consultar subcapítulo 3.2 para maior detalhe.



3

METODOLOGIAS DE APROXIMAÇÃO AO TERRITÓRIO COMO MEIO DE  
INFORMAR UM PROJETO DE ARQUITETURA



### 3.1

#### METODOLOGIAS QUALITATIVAS PARA APROXIMAÇÃO AO CONTEXTO DE UM TERRITÓRIO

Conhecendo as vivências políticas, históricas, culturais, sociais e espaciais do Bairro da Relvinha, antes e depois da Revolução e até aos projetos mais recentes dos dias de hoje, torna-se pertinente uma investigação teórica acerca de metodologias que nos permitam realizar uma aproximação ao contexto atual do bairro.

Para uma aproximação ao Bairro da Relvinha hoje, objeto de estudo que, como vimos no capítulo anterior, apresenta uma complexidade de relações entre espaço, memória, comunidade e projeto, será apresentada uma construção metodológica que permita informar o projeto de arquitetura. A escolha da análise de determinadas metodologias nesta Dissertação é consequente da sua pertinência para informar diretamente a disciplina de arquitetura, pelo que introduzimos aqui o conhecimento sobre as metodologias, suportado pela pesquisa teórica patente no subcapítulo anterior e por exemplos da sua aplicação como contributo para o projeto.

Propositadamente, a metodologia a empreender não foi predefinida antes dos primeiros contactos com o lugar, de modo a que pudéssemos optar pela abordagem a tomar consoante essa aproximação. Neste capítulo, apresentamos a ponderação de várias metodologias possíveis que, conjugadas com um conhecimento prévio da realidade em questão, nos permitiram construir a metodologia a aplicar na nossa própria aproximação ao Bairro da Relvinha. Não se pretende apresentar hipóteses fechadas ou limitadas, mas sim a construção de uma proposta de trabalho que nos parece operativa, face ao nosso conhecimento adquirido sobre o contexto em estudo.

Na perspetiva de tentar compreender que metodologias poderíamos utilizar como meio de reconhecimento da realidade social de um território para informar o exercício de projeto em arquitetura, foi realizada uma pesquisa de âmbito pluridisciplinar. Procurou-se, nomeadamente, explorar o potencial da relação da arquitetura com as ciências sociais, cujo “campo de observação, designadamente a realidade social, tem um significado específico e uma estrutura relevante para o ser humano que vive, atua e pensa nele” (Schutz citado por Burgess, 2001, p. 85). Por consequência, para a construção metodológica a descrever neste capítulo, exploramos instrumentos e técnicas próprios da disciplina de arquitetura, tais como o desenho ou a fotografia, mas suportamo-nos ainda em referências de outras disciplinas, que consideramos contribuírem para uma aproximação à relação entre os *homens* e os *espaços*.

Na sequência da leitura bibliográfica para construção metodológica, consideram-se duas estratégias de investigação diferentes: a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa. Segundo o autor Bruce Berg (1998), a pesquisa qualitativa refere-se a significados, conceitos, características, metáforas, símbolos e descrições, enquanto que a pesquisa quantitativa se refere à contagem e medição de algo (Berg, 1998, p. 2). Mais



recentemente, Alan Bryman (2008) diz-nos que, apesar de haver uma tendência para que a distinção entre as duas seja que a pesquisa quantitativa envolve a medição de dados e a qualitativa não, há uma diferença mais substancial do que a recolha de dados mensuráveis e que está relacionada com o modo com é conduzida a pesquisa (Bryman, 2008, p. 21).

Na ótica de Alan Bryman (2008), a estratégia quantitativa enfatiza a quantificação na recolha e análise de dados, relaciona a pesquisa e a teoria segundo uma abordagem dedutiva que procura testar teorias, incorpora práticas das ciências naturais e objetiva a realidade social, olhando-a como um elemento concreto e externo. Por outro lado, para este autor, a estratégia qualitativa pressupõe uma abordagem indutiva que procura gerar teorias, rejeita o modelo das ciências naturais e vê a realidade social em mudança constante, resultado de ações dos indivíduos que a compõem.

Conhecendo a necessidade de determinar o que se quer saber acerca do objeto de estudo para conduzir uma investigação científica de modo a construir a metodologia a utilizar, optou-se pelo desenvolvimento de uma estratégia de pesquisa qualitativa para esta investigação.

Na investigação de carácter qualitativo produzem-se dados empíricos, provenientes da experiência do próprio observador. O investigador tenta compreender um contexto específico ao interagir com ele, conhecendo vivências a partir do ponto de vista de quem as vive, tanto relativamente a ações individuais, como a interações sociais. Este tipo de investigação é especialmente eficaz na obtenção de informação cultural acerca de “valores, opiniões, comportamentos, e contextos sociais de populações particulares”<sup>13</sup> (Mack, Woodsong, MacQueen, Guest & Namey, 2005, p. 2).

Em vez de envolverem o controlo de variáveis, os estudos qualitativos são *open-ended*, criando oportunidades de pesquisa em áreas que o investigador poderia não ter previsto antes (Holliday, 2005, p. 5). Os agentes sociais em estudo não têm que dar respostas de forma padronizada como na metodologia quantitativa e podem, em vez disso, pronunciar-se acerca de dimensões significativas para si, evocadas por perguntas abertas. Esta característica permite ao investigador deixar-se surpreender no decorrer da sua pesquisa e não ficar restringido por ideias predeterminadas ou variáveis que possam limitar a compreensão do seu objeto de estudo.

Quando a investigação a conduzir está relacionada com o quotidiano das pessoas ou dos seus comportamentos, é favorável o uso da pesquisa qualitativa (Silverman, 2000, p.1), visto que os dados produzidos se aproximam da vida de cada indivíduo e da sua própria experiência no contexto que vivencia. É este o caso na compreensão dos usos

---

<sup>13</sup> Citação original: “values, opinions, behaviors, and social contexts of particular populations” (Mack, Woodsong, MacQueen, Guest & Namey, 2005, p. 2).



do espaço e dos significados que lhe são atribuídos. Em arquitetura, a investigação qualitativa pode permitir esta aproximação às relações espaciais de um ponto de vista émico, ou seja, construído a partir de dentro, na perspetiva dos agentes.

As metodologias qualitativas permitem também uma aproximação à identidade dos lugares, de que a arquitetura faz parte e que também ela constrói. Esta identidade é algo partilhado, comum, permanente, que “assegura a unidade de um conjunto de elementos e está na base dos processos de reconhecimento social” (Veloso, 2005, p. 85). Esta pesquisa permite-nos ter acesso aos processos de reconhecimento geradores de identidade, em que a memória fornece pontos de referência e continuidade que alicerçam a identidade dos sujeitos e comunidades. No caso da Relvinha ou de outros territórios marcados pela memória, será relevante um conhecimento desta dimensão para que a sua influência quotidiana possa ser tomada em consideração em projeto.

Sabendo que neste estudo pretendemos conhecer relações culturais, sociais, de legado, identidade e memória das pessoas e do espaço para informar a arquitetura, descrevem-se, de seguida, algumas técnicas e instrumentos de carácter qualitativo, bem como exemplos de possibilidades de aplicação dos mesmos na disciplina.

Um exemplo de processo passível de implementação é a etnografia, metodologia de investigação das ciências sociais, sobretudo característica da antropologia, em que se destaca o papel do investigador e a sua relação com os sujeitos em estudo. O trabalho de campo, principal instrumento da etnografia, envolve o estudo de grupos de pessoas no seu quotidiano. Isto traduz-se em duas atividades principais: a participação na rotina diária dos sujeitos e o registo regular e sistemático acerca das observações resultantes dessa participação (Emerson, Fretz & Shaw, 1995). O investigador procura perceber e interpretar uma realidade social que não é a sua através de uma aproximação física e social às vidas, espaços e atividades de um meio que lhe é alheio.

Na pesquisa etnográfica, apesar de a sua intervenção ser ativa e não neutra, o investigador não deixa de ser um “estrangeiro” (Silva, Pinto & Costa, 2014, p. 155), observando um objeto de estudo. O investigador aprende tentando colocar-se na perspetiva dos indivíduos do grupo em estudo, mas, por mais envolvido que esteja, ele próprio não chega a fazer parte do contexto que está a estudar e mantém-se exterior ao mesmo. Ainda que imerso num quotidiano, procurando compreender a vida da perspetiva de um *insider*, o investigador permanece um *outsider* (Mack et al., 2005, p. 13; Spradley, 1980, p. 57) em relação ao mundo vivido por aqueles que estuda.

A partilha das rotinas quotidianas do contexto em estudo na etnografia, associada às relações com os agentes sociais e à experiência do próprio observador, é frequentemente designada por observação participante. Com a observação participante procura-se conhecer uma cena social e os seus constituintes, pessoas, espaços e eventos. Podemos considerar que este é um método específico do trabalho de campo



antropológico que pressupõe uma experiência das dinâmicas socioculturais do lugar, que permite conhecer, registrar e analisar os elementos subjetivos da vida social. A consciência da existência de múltiplas perspectivas dentro de qualquer comunidade torna possível a procura de conhecimento numa abordagem subjetiva e qualitativa, considerando a procura da realidade como diversificadora e não redutora.

Uma afirmação que parece ser transversal na bibliografia das ciências sociais de autores que praticam a pesquisa de terreno, é que o investigador é o principal instrumento de pesquisa na investigação de trabalho de campo. Considera-se a importância das relações estabelecidas entre o investigador e os sujeitos não como disruptivas, mas como contributos para a compreensão da realidade social, pois apresentam um meio de conhecer aspetos tácitos dessa realidade, a que possivelmente não se teria acesso por mera observação ou por meio de entrevistas (Emerson, Fretz & Shaw, 1995). Assim, não há lugar para situações artificiais ou artificialmente construídas pelos investigadores, como nas pesquisas de inquéritos, por exemplo.

No entanto, relativamente às desvantagens a ter em conta na aplicação desta metodologia e subjetividade dos dados obtidos, Carlos Fino, apesar de defender que o êxito da investigação etnográfica e da observação participante depende em grande parte do envolvimento e capacidade interpretativa do investigador, admite que a investigação se encontra sempre “à mercê dessa capacidade interpretativa” (Fino, 2003, p. 106). No caso da sua aplicação na arquitetura, os resultados a obter com estas metodologias dependem dos objetivos dessa mesma aplicação, por exemplo no conhecimento da realidade de espaços e lugares.

No trabalho de campo das ciências sociais, bem como de outras disciplinas tais como a arquitetura, demonstra-se essencial o registo do que se experiencia e observa no contexto em estudo. O registo das observações e vivências no trabalho de campo etnográfico, composto por eventos e comportamentos detalhados acompanhados das reflexões do investigador, apresenta as dimensões-chave do que se escuta ou observa. A este registo escrito empírico, feito no local como resultado do trabalho de campo e/ou de observação participante, podemos chamar notas de campo etnográficas. “[As notas de campo] incluem com carácter central experiências da vida de todos os dias” (Burgess, 2001, p. 182), não se focando só em atividades fora do vulgar, mas refletindo conhecimentos relativos ao quotidiano.

Em *Writing Ethnographic Fieldnotes* (1995), os autores apresentam as notas de campo como um elemento essencial para a compreensão do modo como as ações e relações dos sujeitos podem ser interpretadas. Nesta publicação, compreendemos que as notas de campo permitem o entendimento de subtilezas e complexidades das rotinas e significados (Emerson, Fretz, & Shaw 1995, p. 12), mas apercebemo-nos também de que a escrita nunca é passiva. Nesta ação está envolvido um processo ativo e seletivo,



que reflete a parcialidade do autor e o modo como ele escolhe descrever as pessoas e situações. O registo de anotações semelhantes a estas poderá, em arquitetura, fornecer conhecimentos acerca da realidade social que possam complementar o desenho, meio comum de registo para os arquitetos.

Enquanto metodologia de imersão no quotidiano dos participantes por parte do investigador, a etnografia, observação participante e registo de notas de campo podem contribuir para o envolvimento dos vários agentes sociais no decorrer do projeto de arquitetura. No contexto académico, Ema Pires, professora que leciona a disciplina de Antropologia do Espaço a estudantes de arquitetura na Universidade de Évora, desafia os seus alunos a observar e descrever espaços públicos, a partir de uma perceção e participação quotidiana nos mesmos. Com o objetivo de “educar o olhar para a compreensão das dimensões socioculturais do espaço” (Pires, 2014), apesar de não associar diretamente este exercício à prática de projeto, a autora introduz no currículo pedagógico o desenvolvimento de um nível de análise e registo do espaço sensível às práticas da realidade social.

Eleftherios Pavlides e Galen Cranz (2012) defendem que as metodologias de pesquisa etnográfica podem ter lugar na investigação em arquitetura e em projeto, sobretudo considerando que a etnografia procura identificar a diversidade das experiências humanas nos espaços. O seu contributo, particularmente no que diz respeito ao trabalho de campo, poderá ser o de fornecer ao arquiteto informação útil acerca de aspetos culturais e sociais na fase de reconhecimento do lugar, que podem vir a contribuir para as tomadas de decisão em projeto (Pavlides & Cranz, 2012, p. 315). Neste sentido, os autores defendem que os métodos descritos anteriormente podem ser úteis em projeto, por proporcionarem ao arquiteto uma aproximação à perspetiva do utilizador em diferentes contextos culturais.

É possível considerar também a área de *design anthropology*, fusão da disciplina académica de antropologia com o exercício da profissão de *design* (Askland, Awad, Chambers & Chapman, 2014), como referência para este trabalho. Numa terminologia anglo-saxónica, o termo *design* aplica-se a várias áreas, tais como as artes, engenharias e, em arquitetura, a projeto. Neste sentido, *design anthropology* procura relacionar o projeto com a experiência humana, numa perspetiva de responsabilidade social e sensibilidade cultural. A aplicação da ideia de *design anthropology* em arquitetura, nomeadamente pelo uso de metodologias características da antropologia, como a etnografia, promove uma avaliação de práticas e comportamentos em que as pessoas são vistas como sujeitos que habitam os espaços e também reflexões críticas acerca dos contextos sociais dos lugares. Mais ainda, em arquitetura, este conceito propõe uma abordagem participativa em projeto, quer na fase de reconhecimento do lugar, quer na construção conceptual e material do projeto (Smith, 2015, p. 75).



Em âmbito acadêmico, no curso descrito por Fernando Moreira (2016) em *Training in the Conservation of Modern Architecture*, um grupo de alunos e professores realizou um projeto em Recife com o objetivo de intervir e conservar a arquitetura moderna em questão sem comprometer a identidade, integridade e valores sociais dos lugares. Este programa incluiu uma primeira fase de aprendizagem à distância, seguida de um mês no terreno, *in situ*. Alguns dos princípios deste curso estavam relacionados com a consciência de que os edifícios e lugares têm significados culturais para os grupos sociais cujo reconhecimento deve envolver a comunidade e os agentes sociais em questão e com a ideia de que as intervenções deveriam ser um processo interdisciplinar, com pontos de vista profissionais e não-profissionais (Moreira, 2016, p. 841). No local, estas ideias foram postas em prática, tendo os alunos comunicação direta com as comunidades, mas também com profissionais de outras áreas que não a arquitetura.

Esta ideia de projetos colaborativos interdisciplinares e de introdução de metodologias como a etnografia no trabalho de alunos e profissionais em arquitetura é apresentada de modo inclusivo por Albena Yaneva (2012). Esta autora defende que a arquitetura não é produto de uma só pessoa ou autor, mas que é um processo composto por vários elementos, numa construção partilhada por diversos atores (Yaneva, 2012).

Não minimizando o valor do que o arquiteto ou estudante de arquitetura pode aprender com a aplicação direta da etnografia e observação participante, refletimos, ainda assim, acerca da possibilidade de associar à prática da arquitetura a aplicação dessas metodologias por profissionais de outras áreas, por exemplo da antropologia. Pela longa duração e necessidade de envolvimento contínuo que estes processos pressupõem, a sua aplicação por parte de ateliers de arquitetura, por exemplo, seria extremamente árdua. A partir dos exemplos de inclusão apresentados, questionamos a possibilidade de um trabalho de projeto com base em trocas de informação e contributos partilhados entre várias disciplinas.

A entrevista qualitativa, outra metodologia de investigação que poderá ser aplicada em arquitetura, é baseada no diálogo e enfatiza o processo de pergunta, escuta e resposta, com o propósito de que essas respostas possam ser interpretadas. Na aplicação da entrevista qualitativa é sempre relevante a perspetiva dos participantes para o processo, pois a interpretação dos “perfis substantivos e sociais”<sup>14</sup> (Warren, 2002, p. 83) que se manifestam faz parte da análise a realizar.

A entrevista procura “a obtenção de informação através de questões que são colocadas ao inquirido pelo entrevistador” (Coutinho, 2014, p. 141) e apresenta a vantagem de se poder pedir esclarecimentos adicionais caso a resposta dada não tenha sido esclarecedora, o que não acontece noutras formas de interrogação como questionários ou inquéritos. O discurso da entrevista permite apreender práticas e fornece uma imagem da realidade correspondente à perceção do entrevistado,

---

<sup>14</sup> Citação original: “substantive and social contours” (Warren, 2002, p. 83).



podendo obter-se conhecimentos sobre uma situação que o investigador não presenciou e informações acerca dos indivíduos participantes que não são imediatas.

A entrevista qualitativa é uma ferramenta que permite obter informações que, ainda que possam ser apontadas como subjetivas, podem ser consideradas como um meio objetivo de conhecer a experiência humana (Brinkmann, 2013, p. 4). A subjetividade a que se submetem os resultados é relativa à visão e pensamentos do participante, mas também à subjetividade do próprio entrevistador que, construindo e conduzindo a entrevista, a torna parcial ao que ele próprio quer saber. Por outro lado, a objetividade referida pode associar-se à necessidade de, no estudo de um ambiente humano, o empreendimento de ferramentas de investigação familiares a esse ambiente ser natural, como é o caso da entrevista qualitativa e, por isso, mais favorável.

Apesar de se poder realizar mais ou menos informalmente, não podemos afirmar que uma entrevista seja a mesma coisa que uma conversa informal. Na entrevista existe sempre um acordo mútuo entre os interlocutores e o entrevistador tem que optar por um determinado registo e uma atitude a tomar no contexto espaço-temporal (Albarello et al., 1997, p. 109), ao contrário do que acontece em conversas de índole espontânea.

Consoante a informação que se espera recolher, o investigador pode optar por uma entrevista mais ou menos estruturada. Na pesquisa qualitativa, a abordagem tende a ser menos estruturada, com possibilidade de generalização e espontaneidade, enquanto que na pesquisa quantitativa se prefere uma abordagem estruturada com perguntas bem delineadas, específicas e que conduzam a respostas fáceis de validar (Bryman, 2008, p. 437). Nas entrevistas qualitativas, tendencialmente mais abertas e menos padronizadas, as questões podem não se desenrolar segundo uma ordem fixa, pois o entrevistado tem uma grande influência no decorrer da conversa. O entrevistador pode também fazer perguntas que originalmente não estavam previstas, mas que surgem no seguimento de algo que foi dito inesperadamente.

A definição prévia de um plano de entrevista, compreendendo um guia de entrevista e o modo de intervenção que se deseja (Albarello et al., 1997, p. 109), é útil para conduzir a conversa de modo coerente. O guia de entrevista é composto por um conjunto de pontos a explorar no decorrer da entrevista e pode conter questões ou tópicos a que o participante deve responder. O modo de intervenção está relacionado com o emprego desse mesmo guia, com o que se espera do discurso a realizar e com a atitude e postura que o entrevistador deve tomar. A consciência e definição destes pontos potenciará a entrevista e permitirá resultados mais coesos.

As entrevistas podem também encontrar-se num meio-termo, sendo semiestruturadas. O papel do entrevistador, numa ótica semiestruturada, ou semidiretiva, segue o pensamento do seu interlocutor, preocupando-se com a pertinência das afirmações para a sua pesquisa e procurando garantir um clima de



confiança. É importante que a interação entre o investigador e o participante promova abertura e honestidade que permitam obter respostas precisas quanto ao tema a tratar. Enquanto que nas entrevistas não estruturadas o tipo de construção frásica, o nível de linguagem e as questões a colocar não estão claramente definidos, nas entrevistas semiestruturadas estes parâmetros são definidos, mas podem sofrer alterações no decorrer da entrevista (Berg, 1998, p. 79).

Em arquitetura, a realização de entrevistas poderá ser um meio de encontro com os agentes sociais dos locais de intervenção que permita um conhecimento operativo dos espaços através de camadas de informação subjetiva e pessoal. Por serem mais apontadas do que as entrevistas não estruturadas, mas promoverem a participação dos entrevistados, as entrevistas semiestruturadas poderão ser úteis para o conhecimento da realidade social de um lugar. As entrevistas semiestruturadas aproveitam a liberdade dada ao participante no diálogo estabelecido, sendo possível produzir conhecimento que vai além das perguntas fechadas e pré-definidas das entrevistas estruturadas.

No trabalho de campo para a sua Dissertação de Mestrado em Arte e Design para o Espaço Público que envolvia o estudo sociológico do Bairro Social de Aldoar, Filomena Nascimento (2011) elaborou uma “sequência de itens que ia introduzindo na conversa e que representavam os temas a serem focados” (Nascimento, 2011, p. 31). Em entrevistas semiestruturadas deste tipo, embora o entrevistador tenha uma lista de temas ou perguntas para seguir, a sua ordem pode ser alterada e as respostas são abertas. A aplicação deste tipo de entrevista permitiu à autora não limitar as intervenções dos participantes, mas, ainda assim, obter respostas disciplinares, focadas nos usos dos espaços. Num esquema como este aplicado em arquitetura, poder-se-á evocar respostas a partir da perspectiva dos participantes, ganhando um entendimento de contextos e significados, mas moderando a conversa e seguindo os temas previamente selecionados, evitando dispersão. Associada à observação participante, esta pode ser uma forma de se compreender tanto os significados como as práticas dos sujeitos, o que fazem e o que pensam e sentem em relação aos espaços, quer em entrevistas individuais ou de grupo.

A fotografia pode ser outro meio útil para o levantamento e interpretação de camadas de informação socioespacial no âmbito da arquitetura. As fotografias podem ser consideradas como “documentos visuais e representações artísticas, obtidas de forma pragmática e subjetiva” (Figueiredo, 2012, p. 87), ou seja, um exercício empírico de representação de uma realidade submetido à ótica do sujeito que o executa. Além de proporcionar a possibilidade de representação de uma imagem e da técnica que lhe pode estar associada, a fotografia “é uma prática do sujeito que a utiliza” (Cidade, 2002, p. 34). O processo fotográfico é dependente do sujeito que fotografa, do seu movimento e da sua perspectiva, da sua relação com os espaços.



42. Fotografias do estudo *Arquitetura e Fotografia – Mapeamento Fotográfico: apropriação, percepção, momento*, de Sofia Augusto (2016)

É relevante compreender que os registos fotográficos podem ser interpretados não só pelos investigadores, mas também pelos informantes (Schwartz, 1989, p. 119), independentemente do autor da fotografia. Entende-se, assim, que olhar a fotografia enquanto obra artística não é a mesma coisa que olhar a fotografia como memória ou testemunho de uma época. Embora as qualidades estéticas de uma imagem não estejam dissociadas do uso da fotografia como recordação, pretende-se aqui considerar que o significado adjacente a qualquer fotografia pode ser construído pelo espectador. Tanto o processo de fazer uma fotografia como o processo de a interpretar podem ser válidos para uma investigação acerca de uma realidade social quando a metodologia da fotografia adquire significado no contexto em estudo (Schwartz, 1989, p. 120).

O uso da fotografia é comum na prática da arquitetura, quer em fase de reconhecimento do lugar, quer no registo fotográfico de um projeto já realizado. Contudo, pretendemos aqui enfatizar que a fotografia pode representar mais do que um conhecimento de aspetos físicos de um lugar, como ocorre frequentemente na disciplina de arquitetura, mas também relações entre espaços, cultura e sociedade. De facto, a fotografia pode facilitar a compreensão do lugar ao permitir o registo de informação socioespacial com grande rapidez e precisão (Nascimento, 2011, p. 29).

No estudo intitulado *Arquitetura e Fotografia – Mapeamento Fotográfico: apropriação, percepção, momento* (AF-MF), Sofia Augusto (2016) apresenta um trabalho teórico-prático que procura retratar o edifício da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto na sua rotina diária, registando momentos de apropriação, criando uma narrativa visual contrária ao usual formalismo da *fotografia de arquitetura* (imagem 42). Ao abordar a arquitetura, a paisagem urbana e o lugar como objeto fotográfico, a autora adota uma estratégia de pesquisa que lhe permite compreender de forma geral a vivência e experiências dos espaços que estuda. Desta forma, a fotografia pode dar acesso à interpretação da paisagem e construção cultural dos lugares, levando-nos a “perceber que os espaços e a sua apropriação são entendidos como produto social” (Augusto, 2016, p. 30).

A narrativa que se pode construir através da representação e percepção fotográfica faz com que a fotografia não seja só um “meio de registo, mas também um instrumento de procura, análise e exploração do espaço” (Augusto, 2016, p. 30), das suas práticas e significados sociais. Explorar relações interpessoais no espaço e relações de cada sujeito com esses espaços revela sempre um ponto de vista particular da realidade que vai muito além da técnica fotográfica.

A análise da relação entre arquitetura, imagem e ato fotográfico demonstra-nos que a fotografia nunca é neutra, mas é sim uma forma de instrumentalização do olhar (Cidade, 2002, p. 26). A utilização do olhar enquanto instrumento, materializada na fotografia, pode ser uma mais-valia no conhecimento do território e das suas características físicas, mas também das vivências humanas.



No contexto do ensino de arquitetura em particular, a fotografia tem um grande potencial enquanto método de interpretação crítica do ambiente social. Embora seja mais frequentemente utilizada como registo ilustrativo de atributos materiais e físicos dos lugares, o uso criativo da fotografia nos cursos de arquitetura pode fornecer aos alunos um meio de aferir e avaliar os espaços enquanto ambientes sociais (Kaplan, Taneli & Tok, 2010, p. 2583), levando-os a explorar a sua própria sensibilidade, capacidade de análise e contributos subjetivos.

Inserida no campo do processo fotográfico, propomos o estudo de uma metodologia particular que associa a fotografia à entrevista, designada de *photo elicitation*. Esta metodologia consiste fundamentalmente na introdução de fotografias ou imagens em entrevistas como forma de representação simbólica para discussão entre o entrevistado e o entrevistador, proporcionando uma resposta diferente do que se obteria utilizando apenas palavras (Harper, 2002, p. 13).

A maior parte dos estudos na área de *elicitation* utilizam a fotografia, embora possam ser utilizados desenhos, pinturas, arte urbana, cartazes ou vídeos. Praticamente qualquer representação visual pode ser considerada para estes estudos, desde fotografias instantâneas de ambientes familiares a obras de arte, descentralizando a importância da autoria e focando a imagem em si (Harper, 2002, p. 13).

Este método distingue-se por conjugar a experiência visual com categorias verbais (Pavlidis & Cranz, 2012, p. 303) podendo evocar experiências físicas como sons, cheiros, ou outros elementos do espaço que não foram capturados na fotografia, mas também sociais, como conversas que se estabeleceram ou atividades que se desenvolveram. As fotografias *congelam* momentos, capturam eventos passados e coisas e pessoas que podem já não existir. Esta característica que faz com que aquilo que está representado numa fotografia esteja apenas contido nela e já não faça parte do presente – o que pode desencadear conversas interessantes e de profundidade em estudos de *photo elicitation* (Harper, 2002, p. 23). A evocação da memória através da fotografia faz com que seja mais fácil para o investigador compreender contextos culturais passados, ou compreender as suas diferenças face ao contexto presente.

Acerca das fotografias a utilizar nos estudos, estas podem ser pertencentes ao entrevistado, podem ter sido tiradas por outra pessoa ou até mesmo pelo próprio investigador no contexto da sua pesquisa. Independentemente da sua origem, as representações fotográficas podem fornecer a ambas as partes intervenientes no processo – investigador e interlocutor – uma base comum para o desenvolvimento da conversa a estabelecer, partindo de um mesmo contexto significativo apresentado pela imagem (Bryman, 2008, p. 448).

Os estudos de *photo elicitation* têm maior aproveitamento quando se realiza uma pesquisa informada acerca das fotografias a utilizar e também dos significados que elas



43. Fotografias feitas pelos participantes do estudo de Victoria Alexander (2013) caracterizando os seus bairros, utilizadas posteriormente em entrevistas verbais

podem ter para os intervenientes. Nas conversas geradas por fotografias, a discussão pode atingir significados mais profundos e o contacto entre o entrevistador e o entrevistado torna-se um fator muito relevante (Van Auken, Frisvoll, & Stewart, 2010, p. 374). O investigador pode conhecer o indivíduo e compreender mudanças sociais, culturais, económicas, ou identitárias. Esta relação promove a empatia do investigador e permite que ele se aproxime mais das experiências e pontos de vista do sujeito entrevistado, que, por sua vez, tem maior oportunidade de participação.

Na contemporaneidade, época em que a imagem é algo acessível, democratizado e presente no quotidiano, as pessoas estão cada vez mais habituadas a compreender ou formular ideias e receber informação através de elementos visuais. Nos dias de hoje, utilizar representações gráficas como estímulo para uma reflexão ou partilha, como se faz no uso de *photo elicitation*, torna-se um desenvolvimento natural para as ciências sociais e também para o planeamento participativo (Van Auken, Frisvoll, & Stewart, 2010, p. 373).

Victoria Alexander (2013) é autora de um estudo do ambiente construído de três bairros, em que discutiu com os moradores a sua visão do local onde habitavam por forma a que mais tarde se realizassem intervenções cujos projetos respondessem às necessidades dos seus utilizadores. Através de entrevistas com recurso a *photo elicitation* numa primeira fase e entrevistas verbais semiestruturadas numa segunda etapa, a autora procurou compreender o modo como as pessoas viam as características físicas e sociais do seu meio, tirando partido das qualidades de cada um destes métodos em momentos diferentes. Neste exemplo específico, a autora adotou a estratégia de entregar câmaras fotográficas aos entrevistados para que eles próprios pudessem fazer fotografias para gerar discussões, às quais chamou "*photo-interview*" (Photo-Elicitation, para. 5) (imagem 43). Esta metodologia provou ser positiva num ambiente que se desejava colaborativo e participativo, pois a investigadora deu aos participantes um papel ativo, trabalhando diretamente com eles.

Semelhante a este processo e tradicionalmente usada como ferramenta de estudo de grupos sociais marginalizados, a metodologia designada de *photovoice* é uma estratégia em que os participantes do grupo em análise utilizam câmaras fotográficas para documentarem as suas vidas diárias, produzindo fotografias que podem ser empregues em entrevistas (Novak, 2010, p. 291). Aqui, são os próprios agentes sociais que são desafiados a expressar a sua visão da realidade, as suas necessidades e a sua perspetiva crítica sobre a comunidade em que se inserem.

Apesar de a maioria das investigações envolvendo a aplicação de *photovoice* serem do campo da saúde pública e relacionados com o combate à marginalização, esta técnica é muito flexível e facilmente adaptável a outros contextos (Wang & Burris, 1997, p. 370), podendo permitir às pessoas serem catalisadores de mudança nas suas comunidades



também quando é aplicada noutras disciplinas. Os indivíduos podem identificar e representar os seus grupos e as necessidades que sentem, partilhando essas representações com o investigador de um modo imediato através de imagens.

São os participantes que decidem o que fotografar, ou seja, o que salientar ou considerar relevante. Ao ter acesso a fotografias feitas de forma desinibida pelos agentes sociais que pretende estudar, o investigador aproxima-se das experiências dos participantes (Palibroda, Krieg, Murdock & Havelock, 2009, p. 15). Assim, o processo de *photovoice* democratiza a pesquisa, pois afasta-a de um modelo em que o investigador domina e controla toda a investigação. Além da produção de fotografias, o diálogo crítico produzido ao discutir esses elementos pode ser uma oportunidade de participação e manifestação de necessidades por parte dos participantes (Wang & Burris, 1997, p. 370). A discussão das fotografias feitas para este contexto específico pode ser mais apontada aos assuntos que os membros do grupo consideram importantes e pensam que é efetivamente relevante discutir.

Na disciplina de arquitetura, o uso de *photovoice* também pode ser considerado um método operativo de conhecer a realidade de um lugar para informar um projeto, sobretudo em contextos de comunidades particulares. Acerca de um estudo com aplicação de *photovoice* envolvendo a população de uma comunidade predominantemente constituída por imigrantes idosos num bairro de Seattle, Jeffrey Hou (2005) refere que “o *photovoice* apresenta-se como uma técnica simples e direta que pode produzir uma compreensão valiosa acerca das necessidades e preferências dos participantes”<sup>15</sup> (Hou, 2005, p. 6). Neste estudo em que os participantes fizeram fotografias do seu bairro e as discutiram com os investigadores, foram compilados os contributos dos moradores acerca das condições existentes e de possíveis melhorias nos espaços. Isto resultou na capacitação dos residentes e numa autoridade partilhada entre os investigadores e os moradores quanto aos projetos a executar.

Como vimos, tanto o uso de *photo elicitation* como mais especificamente de *photovoice* podem ser aplicados em entrevistas individuais ou entrevistas de grupo para aferir necessidades, opiniões ou outro tipo de participações que os utilizadores de um espaço possam fornecer como contributo para o exercício da arquitetura. A fotografia pode ainda permitir uma aproximação e conhecimento da realidade social através do seu uso pelos próprios arquitetos ou estudantes de arquitetura.

Em *Photography in architectural education: A tool for assessing social aspects about the built environment*, os autores Ian Kaplan, Yavuz Taneli e Selay Tok (2010), explicam como a fotografia pode ser um meio de consciencializar os alunos de arquitetura para

---

<sup>15</sup> Citação original: “photovoice serves as a simple and direct technique that can yield rich understanding of the needs and preferences of participants” (Hou, 2005, p. 6).



44. Fotografias feitas pelos alunos de Ian Kaplan, Yavuz Taneli e Selay Tok (2010), discutidas e interpretadas em âmbito acadêmico para conhecimento dos espaços

as várias dimensões da realidade. Num estudo realizado com alunos, os autores pediram-lhes que fizessem fotografias de um lugar de modo rápido (abordagem *snapshot*), para posteriormente analisarem as narrativas construídas e interpretarem essas imagens (imagem 44). Um dos aspetos mais interessantes das fotografias e interpretações dos alunos foi que eles não se limitaram a chamar a atenção só para os aspetos materiais e físicos, nem para os aspetos sociais apenas, referindo-os em conjunto, revelando assim várias camadas de significados dos lugares e a relação entre essas dimensões (Kaplan, Taneli & Tok 2010). O processo rápido de *snapshot* proporcionou uma partilha de perspetivas que não tomou muito tempo à pesquisa e que não interferiu excessivamente com a experiência de relação com o espaço que se pretendia que os próprios alunos desenvolvessem.

O registo de vídeo é outro meio que, tal como a fotografia, produz dados não-verbais que podem facilmente ser consultados depois do ato do seu registo, permitindo o acesso a momentos que se localizam no passado. O registo de vídeo pode ser utilizado em semelhança à fotografia em investigação acerca da realidade de um lugar, embora vá além das limitações do registo fotográfico, pois introduz o *tempo real* dos acontecimentos, em vez de os *congelar* numa imagem. Outra vantagem adjacente ao registo de vídeo é que permite documentar uma grande quantidade de informação que pode ser revisitada mais tarde, permitindo aos investigadores ou participantes voltarem a envolver-se nos contextos vividos ou conhecê-los pela primeira vez de forma complexa. Isto significa também que cada vez que nos encontramos com esse contexto registado o podemos reinterpretar (Pink & Morgan, 2013, p. 358).

A perceção temporal e espacial que se tem de um momento ao visualizar um vídeo é, à partida, mais complexa e mais completa do que a que se experiencia ao analisar uma fotografia, devido ao registo do tempo. O fator do *tempo real* introduzido pelo vídeo pode ser facilitador na documentação de relações espaciais ou movimentos (Nascimento, 2011, p. 29), o que é útil na perceção de espaços ou relações de espacialidade estabelecidas entre sujeitos e a sua envolvente. Além disso, o vídeo pode ser usado como objeto de reflexão, pode ajudar a perceber “perspetivas, valores, práticas e experiências que sustentam as interações sociais”<sup>16</sup> (Jewitt, 2012, p. 10). Com isto entende-se que o registo videográfico é subjetivo e não deixa de ser parcial, estando moldado às decisões tomadas durante a sua produção.

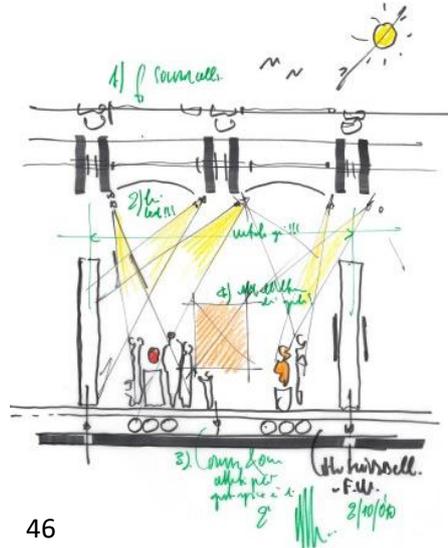
Em investigação qualitativa, o registo de vídeo pode ser utilizado de vários modos, tais como a análise de videografia (seja existente ou produzida para a pesquisa em questão), entrevistas em vídeo, *video elicitation* (método idêntico à *photo elicitation*, mas com vídeo em vez de fotografia), ou trabalho de campo com base no registo de

---

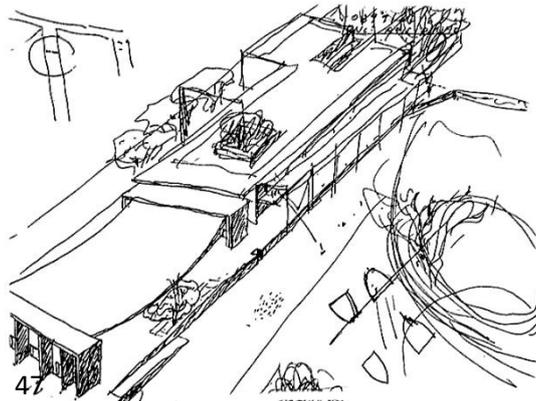
<sup>16</sup> Citação original: “perspectives, values, practices and experiences that underpin social interactions” (Jewitt, 2012, p. 10)



45



46



47



48

- 45. Desenho de Renzo Piano para o Museu da Ciência em Trento (Itália)
- 46. Desenho de Renzo Piano para o *Kimbell Art Museum* (Estados Unidos da América)
- 47. Desenho de Álvaro Siza para o Pavilhão de Portugal da Exposição Mundial de 1998 (Expo'98), em Lisboa
- 48. Desenhos de viagem de Álvaro Siza

vídeo (Jewitt, 2012, p. 3). As valências apresentadas para o uso desta ferramenta apresentam o registo de vídeo como um recurso que reúne muitas camadas de informação e que cujas diferentes possibilidades de utilização demonstram a sua adaptabilidade e eficácia em projetos de vários âmbitos, tal como na arquitetura.

Compreendendo que a comunicação gráfica possível através do desenho e a dimensão estética e artística que lhe pode estar associada fazem desta ferramenta um elemento essencial do pensamento arquitetónico a vários níveis, exploraremos também os seus contributos para o conhecimento das várias matrizes da realidade de um lugar.

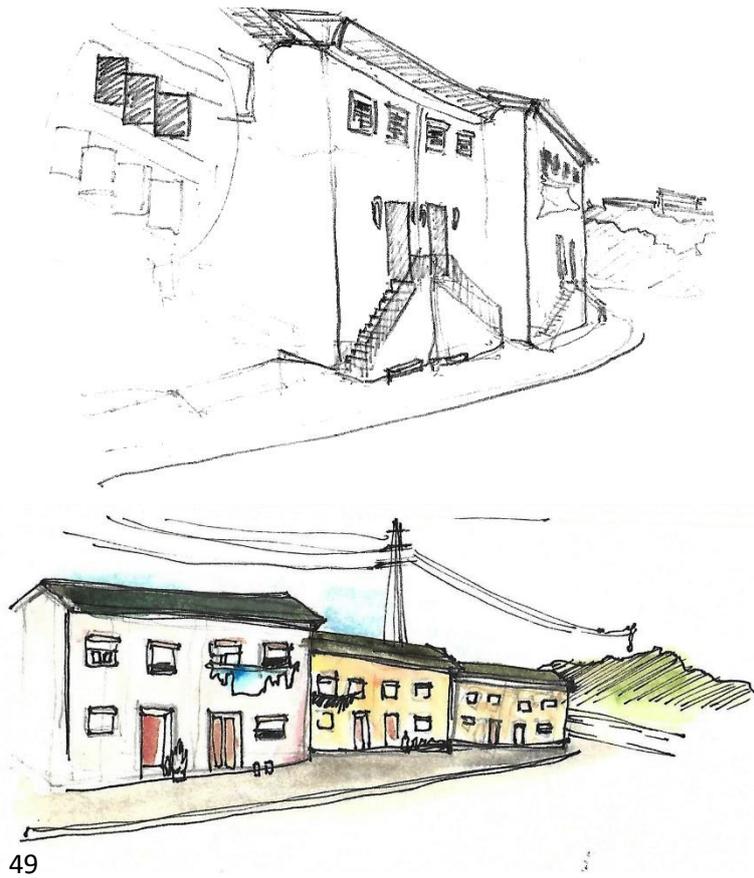
A indissociabilidade entre a arquitetura e o desenho é assumida universalmente, pois a sua utilidade para comunicar ideias, intenções e sentimentos faz do desenho um “objecto comunicante” (Rodrigues, 2003, p. 23), com o qual o arquiteto pode pensar e expressar-se. Considerando esta ligação com o pensamento cognitivo, mas também com o mundo afetivo, Renzo Piano diz-nos que “a não ser que se desenhe algo, não é possível compreendê-lo”<sup>17</sup> (Piano, 1997, p. 127). A estrutura conceptual presente na estrutura material do desenho oferece possibilidades de pensamento e representação de uma qualquer realidade através de códigos estabelecidos – como por exemplo a linha, o ponto, ou o uso da cor (imagens 45 a 48).

O uso do desenho é sempre subjetivo, pois é uma expressão do indivíduo que desenha, do contexto em que se desenha, do que escolhe deliberadamente desenhar ou não e da linguagem que opta por utilizar. Cada pessoa valoriza aspetos diferentes no ato de desenhar e no desenho em si (Büchler, 2008), seja a valorização do pensamento criativo, da reflexão crítica, ou da estética envolvida. Podemos verificar particularmente esta subjetividade dentro da disciplina de arquitetura na conceção projetual da qual resulta o desenho de espaços, equipamentos ou objetos.

Em projeto, o desenho funciona não só como memória descritiva, mas como uma extensão do pensamento do arquiteto. O desenho materializa e torna visuais ideias e conceitos que se formulam ao longo do processo projetual, quer no reconhecimento do lugar de intervenção, ou na fase de elaboração do projeto em si. Sendo sempre uma interpretação do arquiteto, o desenho é essencial no desenvolvimento de um projeto. Esta é uma ferramenta disciplinar que não permite apenas expressar algo já idealizado pelo arquiteto, mas que é também geradora de novo conhecimento (Lima, Godinho, Biggs & Büchler, 2010, para. 1). Desde a brevidade e espontaneidade dos primeiros esboços que se desenhavam num local onde se quer intervir, até à complexidade envolvida na representação rigorosa e precisa de plantas, cortes ou axonometrias de um projeto, a arquitetura relaciona-se intimamente com o desenho e dele depende para se relacionar com a realidade.

---

<sup>17</sup> Citação original: “unless you draw something, you do not understand it” (Piano, 1997, p. 127).



49



Figure 2-5: By Karl Mosig.

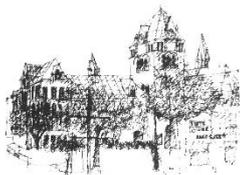


Figure 2-6: By Ronald Margolis. Old Main Building, Wayne University.



Figure 2-7: By Patrick O. Nall.

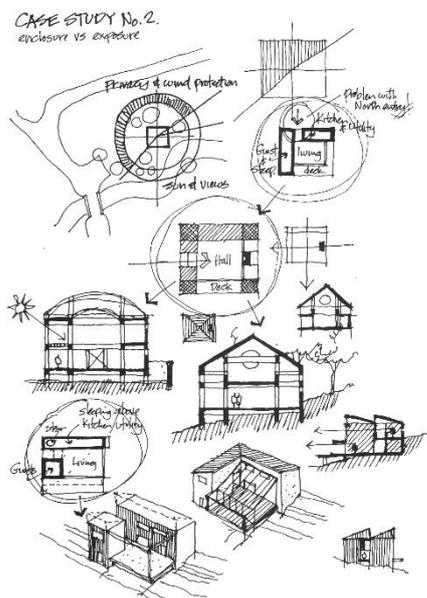


figure 6-57

50

49. Desenhos elaborados nas visitas ao Bairro da Relvinha para conhecimento do caso de estudo

50. Páginas do livro *Graphic thinking for architects and designers*, de Paul Laseau (2001), ilustrativas das possibilidades de desenvolvimento de pensamento através do desenho, por exemplo, por desenhos de observação, plantas ou esquemas e diagramas

No ensino de arquitetura em específico, o desenho tem uma importância crucial, pois “ao forçar um olhar para o exterior e sobre os outros, vai estabelecer um contacto autêntico com o mundo onde a arquitectura se constrói, bem como os habitantes desse mundo e dessa arquitectura” (Rodrigues, 2003, p. 192). A formação e ensino de desenho desenvolvem nos alunos de arquitetura a flexibilidade de se servirem desta ferramenta para pensar, refletir e interpretar a realidade, mas também para comunicar as suas ideias. Podemos considerar que a capacidade de iniciar e progredir nas diversas etapas de projeto depende da presença e influência do desenho no ensino de arquitetura (Rice & Purcell, 2004, p. 324). As intenções iniciais que mais tarde podem dar origem a espaços e formas podem ser potenciadas pelo investimento no desenvolvimento de competências de desenho. Assim, o estímulo da criatividade através do desenho em âmbito académico permite aos alunos explorar meios para expressar e desenvolver pensamentos e conceitos desde as primeiras etapas do processo de projeto.

No reconhecimento de um espaço onde se pretende intervir, o desenho pode ser um modo de mapear e representar referências e relações espaciais. Este instrumento pode ser utilizado na aproximação a uma realidade não só como um meio de registar e documentar observações, mas também como uma ferramenta que pode gerar conhecimento relativo à compreensão dos sujeitos e objetos em estudo (imagem 49). A representação gráfica da realidade através do desenho pode ser proveitosa para a sua compreensão, pois, por mais fiel que esteja ao que foi observado, é sempre uma interpretação e, por consequência, uma tentativa de explicação dessa realidade (Massironi & Brito, 1989, p. 69).

Noutra perspetiva, o desenho também pode ser útil como forma de “pensamento gráfico”<sup>18</sup> (Laseau, 2001, p. 1), ou seja, no desenvolvimento de ideias através da associação entre o pensamento e o desenho, expressa em esboços. O pensamento gráfico elaborado na procura de conhecimento de uma realidade permite conceber, materializar e desenvolver ideias (imagem 50).

Tanto o desenho à mão livre como o uso de diagramas conceptuais podem ter um papel significativo no desenvolvimento de um pensamento arquitetónico ou na resolução de problemas a nível de projeto (Do & Gross, 1996). A interação sempre presente entre o olhar, o intelecto e as mãos faz com que estes níveis de desenho sejam métodos de comunicação gráfica eficazes para o suporte de ideias e interpretação de experiências espaciais ou sociais.

Podemos também considerar o uso do desenho aliado a outras metodologias referidas anteriormente, como na introdução do desenho em entrevistas qualitativas como estímulo para a técnica de *elicitation*, ou enquanto meio de expressão dos

---

<sup>18</sup> Citação original: “graphic thinking” (Laseau, 2001, p. 1).



entrevistados. Pedir aos sujeitos entrevistados que se sirvam do desenho para representar o seu meio ambiente pode permitir ao investigador desenvolver uma compreensão mais complexa e multidimensional das situações e espaços descritos (Wezemael, 2012). O enriquecimento de uma entrevista com uso do desenho por parte do entrevistado liga as palavras às representações desenhadas, complexificando os tópicos em discussão e dando ao investigador o acesso à percepção visual e individual de um sujeito. Este uso dá aos entrevistados uma hipótese de ultrapassarem a linearidade do método de entrevista verbal, introduzindo uma extensão material e possivelmente mais tangível do seu pensamento.

Introduzidas as metodologias que consideramos aplicáveis na disciplina de arquitetura para conhecimento do território, descrevemos ainda exemplos de metodologias qualitativas que fizeram parte da pesquisa realizada mas que não se adequam aos objetivos a atingir e que optamos por referenciar como meio de suportar a disciplinaridade dos instrumentos e métodos que iremos aplicar. Concluiu-se que não seria pertinente explorar estas metodologias em detalhe nem aplicá-las na prática, mas apresentamo-las como meio de corroborar a proposta de aplicação que escolhemos elaborar para o *workshop* no Bairro da Relvinha.

Os *focus groups* são uma metodologia qualitativa que envolve a interrogação de sujeitos por comunicação verbal. Esta é uma ferramenta de recolha de dados das ciências sociais e humanas referida como um “estilo de entrevista projetado para grupos pequenos”<sup>19</sup> (Berg, 1998, p. 123), com temas específicos a explorar em profundidade.

Na aplicação deste método, é relevante a interação dentro do próprio grupo, com base nos tópicos lançados pelo entrevistador, com o papel de facilitador ou moderador (Morgan, 1988, p. 9). Os *focus groups* possibilitam o acesso a várias perspetivas dentro de uma comunidade, permitindo recolher muita informação num curto espaço de tempo. Esta técnica implica um número substancial de participantes, envolvendo contactos com os mesmos e gestão das suas disponibilidades. Para realizar uma sessão, é preciso garantir alguém que modere a discussão, mas também alguém que assegure o seu registo e ainda as qualidades logísticas do ambiente físico e conforto dos participantes. Após uma sessão, segue-se a sua transcrição e a análise dos dados, que é bastante demorada e densa. O tempo de preparação, realização e análise que está associado aos *focus groups* é outro fator que acresce dificuldade à sua aplicação, sobretudo no contexto de um *workshop*.

Devido à complexidade inerente à aplicação da técnica dos *focus groups*, pelas suas condicionantes metodológicas e logísticas e resultados muito específicos obtidos, a relação custo-benefício torna-se muito frágil quando consideramos a sua aplicação no

---

<sup>19</sup> Citação original: “an interview style designed for small groups” (Berg, 1998, p. 123).



conhecimento da realidade social de um lugar para informar um projeto. Concluímos, assim, que a aplicação de entrevistas mais abrangentes realizadas com pequenos grupos poderá ser mais útil no âmbito de um *workshop* académico.

Outra metodologia que se considera não ser relevante para o estudo a desenvolver são os relatos ou histórias de vida. Na investigação sociológica, a história de vida é um meio de conhecimento da vida de um indivíduo contada na primeira pessoa (Burgess, 2001). Este processo permite entender eventos passados, influências histórico-culturais e singularidades do percurso de alguém. O conhecimento sobre a construção da identidade do participante é feito por entrevista, aprofundando a informação recolhida, e os dados recolhidos são individuais, pormenorizados e particulares. Em arquitetura, pode ser relevante o conhecimento global de uma comunidade e de interações sociais e espaciais estabelecidas. No entanto, no contexto de um *workshop*, a análise específica do passado de indivíduos com esta metodologia poderia tornar-se dispersiva e ocuparia muito tempo de pesquisa, pelo que não nos parece um instrumento favorável neste âmbito.

Apresentados os conceitos e objetivos adjacentes a metodologias que podem potenciar, em arquitetura, uma aproximação à realidade de um território, pretende-se, a partir dos conhecimentos apreendidos, estudar o potencial da sua aplicação para reconhecimento do objeto de estudo: uma proposta de projeto no Bairro da Relvinha. Contudo, antes de concluir a proposta de metodologia a aplicar para os projetos do *workshop*, definiremos as matrizes da nossa própria construção metodológica para conhecimento da realidade do bairro no âmbito específico desta Dissertação de Mestrado, em que se reconhece um contexto de aproximação diferente do de um *workshop*.

Com base nas metodologias expostas anteriormente, apresentaremos de seguida algumas opções de abordagem consideradas para o trabalho de campo a desenvolver no âmbito desta Dissertação. Este estudo pretende contribuir para a definição da metodologia aquando da nossa aproximação ao lugar, considerando que, como já foi referido anteriormente, se optou por definir os métodos a aplicar apenas após um primeiro contacto espontâneo com o Bairro da Relvinha, podendo tomar isso em consideração na construção metodológica.

Em *O lugar do outro na investigação sociológica: novas propostas metodológicas* (2014), os autores apresentam algumas perspetivas de como a “participação e envolvimento mútuo nas atividades de investigação e dos contextos de ação social” (Abrantes, Henriques, Pereira & Veloso, 2014) pode contribuir para o trabalho realizado em várias disciplinas, através da participação e mediação do sociólogo. No caso da arquitetura, Abrantes et al. refletem acerca da possibilidade de envolvimento das populações no processo de conceção dos programas e espaços, através de reuniões em



que os arquitetos possam aproximar-se dos futuros utilizadores dos espaços e em que estes se possam familiarizar com as ferramentas da arquitetura, para que possa ser pensada uma construção mútua do projeto. Poderá ser este tipo de interdisciplinaridade a realizar no Bairro da Relvinha, proporcionando aos moradores uma oportunidade de participação, com recurso a metodologias qualitativas.

A definição daquilo que se quer esclarecer ao realizar uma investigação é em si um momento importante (Spradley, 1980, p. 32) e a construção metodológica para recolha de dados beneficia de um esclarecimento prévio da cultura que se pretende apreender, pois esta poderá ser mais pertinente quanto menos exterior ao contexto estiver o investigador. No caso do nosso trabalho, a investigação deverá ser apontada à intervenção a realizar no âmbito da arquitetura e também às limitações temporais e de recursos humanos e materiais envolvidas. Como tal, iremos começar por realizar uma aproximação informal ao contexto do Bairro da Relvinha, que nos permita validar as metodologias que pretendemos empreender.

Ao considerar a aplicação de metodologias específicas, deparámo-nos com a grande fragilidade da aplicabilidade da investigação etnográfica e observação participante no contexto em estudo, que é o facto de estes serem métodos de participação continuada e de longo termo. Como vimos, a observação participante é caracterizada pela presença repetida no maior número e maior variedade de atividades possível, pelo diálogo permanente com as pessoas que pertencem ao contexto social em estudo e pelo envolvimento no maior número possível de locais associados a esse contexto social. Compreender os processos sociais e caracterizá-los exige tempo e a própria documentação e análise de tudo o que se observa e experiencia é um procedimento demorado.

A pesquisa etnográfica, por norma, pressupõe que o investigador se envolva num grupo ou comunidade durante longos períodos de tempo. No entanto, há situações em que o tempo reduzido que se passa em trabalho de campo faz com que a etnografia possa ser considerada de “curto prazo”<sup>20</sup> (Pink & Morgan, 2013) ou “micro-etnografia”<sup>21</sup> (Bryman, 2008, p. 403), em que a imersão do investigador no contexto social se processa apenas num curto período de tempo, de uma forma mais intensa e apontada ao que pretende estudar. Mesmo não sendo possível criar um contacto direto com as pessoas, as situações e os acontecimentos que dure o tempo adequado para uma imersão etnográfica no Bairro da Relvinha, talvez seja possível explorar um nível de trabalho de campo que procure, “no conjunto da informação sobre o presente e o passado, contextualizar as relações sociais que observa” (Silva, Pinto & Costa, 2014, p. 149). Num local em que a memória do passado pesa intensamente no presente, a nossa intrusão

---

<sup>20</sup> Citação original: “short-term” (Pink & Morgan, 2013).

<sup>21</sup> Citação original: “micro-ethnography” (Bryman, 2008, p. 403).



em atividades do dia-a-dia do bairro poderá dar acesso a temáticas de trabalho que conjuguem o seu legado e a história com as vivências atuais.

Neste sentido, a etnografia de curto prazo poderá ser um conceito a examinar para o trabalho a desenvolver, pela adaptação e conjugação de diferentes técnicas entre si, de modo a revelar significados aos quais não se teria acesso tão rapidamente de outra maneira. O uso conjugado de várias metodologias ajustadas ao contexto e a atenção dos investigadores a conhecimentos implícitos podem fazer com que seja desenvolvido um tipo de etnografia de modo operativo em pouco tempo. Mesmo num curto período temporal, a compreensão do lugar é mais completa quando se prefere ir além da mera observação e quando os investigadores procuram intensidade e empatia nos seus encontros com os agentes sociais (Pink & Morgan, 2013).

Apesar de não haver regras estabelecidas quanto ao modo como se fazem notas de campo, registar tudo e o que se quer descrever é um processo complexo, pelo que os conteúdos a apresentar nas anotações deverão ser selecionados conforme a sua relevância para o estudo (Burgess, 2001, p. 182). O recurso a notas de campo pode ajudar no processo de compreensão das dimensões socioculturais de um lugar no nosso trabalho de campo ao contribuir para o desenvolvimento de um pensamento crítico e coeso acerca das experiências observadas e vividas. Vendo os investigadores como instrumentos de pesquisa, o ato de detalhar tanto observações objetivas como sentimentos subjetivos poderá desencadear considerações pessoais que levem a hipóteses de trabalho e ideias que se pretendam discutir e investigar em projeto.

Para o nosso trabalho, será útil o investimento num “diário de trabalho de campo”<sup>22</sup> (Spradley, 1979, p. 69) ou um “diário de pesquisa”<sup>23</sup> (Silverman, 2000, p. 193). O resultado esperado não será a elaboração de registos etnográficos coesos, mas sim a produção de anotações rápidas que permitam compreender a fluidez da vida social dos atores em estudo e os nossos próprios pensamentos.

Outra metodologia que se pretende adotar para reconhecimento da realidade do Bairro da Relvinha é a realização de entrevistas individuais e de grupo. Ultrapassando as limitações das entrevistas estruturadas, que se encerram num guia de entrevista fechado, e das entrevistas não estruturadas, que se apresentam como pouco precisas e apontadas, a entrevista semiestruturada permitirá não só aproveitar os contributos do entrevistador de forma pouco condicionada, como conduzir uma conversa que não se disperse do seu propósito. É considerando estas vantagens do modelo de entrevista semiestruturada que se pretende explorar o seu potencial enquanto método de investigação acerca da realidade social de um lugar de intervenção em arquitetura.

---

<sup>22</sup> Citação original: “fieldwork journal” (Spradley, 1979, p. 69).

<sup>23</sup> Citação original: “research diary” (Silverman, 2000, p. 193).



Poderá ser realizada uma abordagem qualitativa e semiestruturada, com o objetivo de concluir acerca das vivências espaciais e relações dos sujeitos e da comunidade com os espaços e com o seu legado, sem condicionar ou limitar o seu pensamento. Na pesquisa que se pretende realizar, em vez de um questionário ou inquérito de respostas fechadas, poder-se-á elaborar um guia de entrevista que permita algo semelhante ao exemplo já apresentado do trabalho de campo da autora Filomena Nascimento (2011).

Quanto à interação com os agentes sociais em estudo, pretender-se-á estabelecer uma relação verbal e direta nas entrevistas que decorram. Na seleção de participantes para estas entrevistas que, como é próprio dos estudos qualitativos, envolvem um número restrito de pessoas, é importante ter em conta que a diversificação dos sujeitos é relevante, mas que a questão da representação não se coloca, visto que “o critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objetivos da investigação” (Albarello et al., 1997). Considerar variáveis como a data em que os moradores vieram para o Bairro da Relvinha poderá ser um modo de obter resultados mais específicos na investigação e de compreender se esse fator influencia a sua relação com os espaços do bairro.

A aplicação de entrevistas de grupo acerca de um tema comum, neste caso o Bairro da Relvinha, será também um método específico a adotar, desde que construído consoante os primeiros contactos informais com o contexto. A interação observada e a partilha de opiniões poderão ser vantagens desta metodologia, mas, numa perspetiva menos favorável, podemos referir as dificuldades que podem surgir por questões logísticas no planeamento das sessões. Para colmatar estas dificuldades, procurar-se-á realizar entrevistas com grupos pequenos e o guia de entrevista a elaborar terá que ser mais apontado do que o das entrevistas individuais, para evitar dispersão na interação com várias pessoas.

As entrevistas de grupo planeadas de um modo moderadamente estruturado e flexível dão oportunidade aos participantes de se expressarem, mas permitir-nos-ão manter algum controlo sobre o decorrer da sessão. No estudo a desenvolver no Bairro da Relvinha, a associação de entrevistas ou conversas em grupo e de momentos de interação e envolvimento no quotidiano do bairro poderá ser uma estratégia válida a aplicar e que permita conhecer tanto as vivências efetivas do bairro, como as opiniões e significados que os moradores atribuem a essas experiências de relação com o espaço. Este tipo de abordagem poderá ser passível de implementação, desde que se controle e modere as sessões de modo a que as conversas sejam sempre focadas no objetivo do trabalho e não haja dispersão por parte do grupo.

A fotografia, uma ferramenta a que temos fácil acesso, mas que é também acessível aos agentes sociais do bairro, poderá ser utilizada de vários modos no decorrer do trabalho de campo. Como já foi explorado, o ato de fotografar implica um envolvimento com o que se fotografa, uma série de escolhas que decorrem do seu carácter subjetivo.



Poderemos começar por utilizar a fotografia como meio de familiarização com a realidade, fazendo fotografias do bairro e arredores, tanto de zonas com as quais sabemos à partida que os moradores se relacionam, como de zonas que poderão não vir a fazer parte das áreas de intervenção do *workshop*. A fotografia pode ser um meio de assimilação, quer da arquitetura e elementos construídos do bairro, como das suas práticas sociais. Este processo permitirá uma fase de interpretação, quando forem produzidas as fotografias, mas também um registo para consulta relativamente imediata da perceção dos espaços mais tarde, mesmo estando longe do bairro.

Outro uso possível da fotografia será a aplicação das técnicas de *photo elicitation* e de *photovoice*, em que a introdução de fotografias em entrevistas se pode mostrar uma mais valia para o conhecimento da realidade. Estas metodologias podem ser aplicadas para obter respostas individuais ou criar discussão em entrevistas de grupo acerca do decorrer de atividades ou das características que os moradores consideram mais positivas ou negativas num lugar. Sendo o uso de *photovoice* uma combinação da interpretação de imagens e de palavras, tanto o ato fotográfico praticado pelos participantes como o discurso que pode gerar serão componentes de análise.

Quando combinado com entrevistas individuais ou de grupo, o *photovoice* conjuga imagens e palavras de um modo indissociável, em que a comunicação verbal e visual contam em conjunto as histórias dos participantes (Novak, 2010, p. 308). Quanto ao uso desta metodologia, poderá ser viável elaborar um guião orientador e pedir aos moradores para fazerem eles próprios fotografias do bairro segundo orientações gerais, para depois se poderem discutir as imagens em entrevista.

Para evocar as memórias dos moradores sobre as suas vivências antes do 25 de abril, o uso de fotografias dessa época em entrevistas poderá permitir-nos um maior entrosamento com essa realidade. Por outro lado, o uso de fotografias contemporâneas, quer da nossa autoria como da autoria dos participantes, poderá gerar partilha acerca do que é a realidade do Bairro da Relvinha hoje, sendo que também pode ser realizada uma análise das mudanças que foram decorrendo nas várias épocas ao comparar fotografias.

O desenho, instrumento mais próximo da disciplina de arquitetura, também será utilizado enquanto ferramenta de conhecimento do espaço a vários níveis. O desenho permite desenvolver um conhecimento do lugar, mas também desenvolver um pensamento de projeto. Enquanto manifestação de ideias, o desenho permite aos arquitetos materializar os seus pensamentos e construções conceptuais. Este instrumento poderá estar presente em várias fases da aproximação ao bairro, começando no início do reconhecimento do lugar, através de esboços e esquemas para compreensão dos espaços, mas também associado a outras metodologias, como é o caso da entrevista.



Usualmente, referimo-nos aos esboços e desenhos de arquitetura como estando mais relacionados com o nível material e físico de um contexto, mas o seu uso poderá ir além disso. Procuraremos introduzir desenhos em entrevistas com os agentes sociais da Relvinha, desenvolvendo a técnica de *photo elicitation* a partir de plantas do bairro e arredores, com aproximações a diferentes escalas. Será ainda elaborado um diário de campo, como referido nas considerações sobre notas de campo etnográficas, mas que contenha também os registos gráficos produzidos no trabalho de campo. Este pode ser um elemento em que as anotações sobre ações observadas são acompanhadas por esboços de lugares visitados ou de permanência. Associando a escrita ao desenho, ambos elaborados com descrição e interpretação, pretendemos obter uma ferramenta que auxilie o entendimento da realidade de forma mais complexa.

Analisadas várias metodologias qualitativas para reconhecimento de um território, concluímos que há processos e instrumentos com diferentes níveis de relevância para o projeto de arquitetura. Perante o conhecimento de métodos de aproximação à realidade social de um lugar pertinentes em arquitetura e perante a reflexão elaborada acerca do que poderá ser concluído com cada um deles na sua aplicação no Bairro da Relvinha, seguiu-se o contacto direto com o lugar. Na aproximação ao objeto de estudo, descrita seguidamente, a abordagem adotada foi consequente da pesquisa teórica presente neste subcapítulo, sendo exploradas na prática as metodologias estudadas.

Pretende-se, com uma primeira aproximação a nível espontâneo e informal, que o conhecimento do lugar associado ao estudo da relevância dos diferentes métodos permita a elaboração de uma sequência da metodologia a aplicar. De seguida, descreveremos todo o processo desse mesmo contacto com o lugar, desde os primeiros encontros espontâneos à construção metodológica e à aplicação efetiva da metodologia e conclusão acerca dos dados obtidos.



51



52



53

51. Atuação de um grupo musical nas comemorações do 42º aniversário da Cooperativa Semearrelvinhas, na futura sede da cooperativa

52. Painel de convidados das comemorações do 42º aniversário da Cooperativa Semearrelvinhas que partilharam sobre a sua relação com o bairro e perspetivas futuras

53. Presidente da Cooperativa, Jorge Vilas da Fonseca, a discursar sobre a identidade e necessidades a comunidade do Bairro da Relvinha

### 3.2

#### APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA RECONHECIMENTO DO BAIRRO DA RELVINHA

Após o estudo do Processo SAAL e contextualização das questões da habitação social no Bairro da Relvinha por meio de pesquisa bibliográfica sobre o objeto de estudo e tendo sido realizada também a pesquisa e análise de metodologias para reconhecimento do território, seguiu-se o empreendimento de algumas dessas mesmas metodologias. A partir dos conhecimentos apreendidos no subcapítulo anterior, o processo de construção metodológica desenvolveu-se após um primeiro contacto espontâneo com o lugar, por forma a podermos adequar a escolha das metodologias à realidade em questão, desenvolvendo um conhecimento prévio acerca da mesma em vez de predefinir as metodologias a aplicar. O trabalho de campo que se descreve de seguida e com o qual se pretendeu obter informação através de contactos informais e da aplicação de metodologias específicas, desenvolveu-se ao longo dos meses de março e abril de 2017.

A aproximação à realidade do local em estudo, Bairro da Relvinha, começou por ser feita de forma informal. O primeiro contacto estabelecido foi através da participação nas comemorações do 42º aniversário da Cooperativa Semearelvinhas, no dia 4 de março de 2017. Este evento, destinado a moradores e simpatizantes do bairro, começou com uma manhã de jogos, seguida de um almoço em conjunto e de atuações de grupos culturais durante a tarde (imagem 51). No final da tarde, houve oportunidade para uma conversa com um painel composto por figuras representativas da história e do presente do bairro (imagem 52), nomeadamente: Dra. Carina Gomes, Dr. Carlos Cidade e Dr. Francisco Queirós, vereadores da Câmara Municipal de Coimbra; Fernando Abel, presidente da Junta de Freguesia Eiras/S. Paulo de Frades; Dr. José Manuel Pureza, vice-presidente da Assembleia da República; Dr. José António Bandeirinha; João Baía, autor do livro *SAAL e Autoconstrução em Coimbra (2012a)*; e Jorge Vilas da Fonseca, presidente da Cooperativa Semearelvinhas. Compreendemos, logo aí, que o passado, presente e futuro do Bairro da Relvinha têm um lugar de relevância a nível institucional para a freguesia e para a cidade, bem como para um leque alargado de pessoas presentes a título individual no evento.

Destaca-se a relevância deste momento e das intervenções que decorreram para um conhecimento mais alargado da história da Relvinha, das suas condições atuais e das suas perspetivas futuras, transmitido não só por quem ali viveu e vive, mas também por entidades externas ao bairro. Jorge Vilas da Fonseca (imagem 53) falou resumidamente sobre o contexto histórico do bairro e sobre as características que fazem parte da identidade da comunidade. Enfatizou o percurso de luta que ali se viveu, marcado pela solidariedade para com o bairro, mas também da parte dos moradores para com todos, fazendo parte do bairro ou não. A realidade atual do bairro e o atual envelhecimento da



54



55

54. Bolo de aniversário da Cooperativa Semearrelvinhas, com fotografias alusivas à história do Bairro da Relvinha, tais como as barracas de madeira, a construção das habitações do Processo SAAL e o autocolante desenhado por Francesco Marconi para angariação de fundos  
55. Fotografia exterior da antiga oficina que dará lugar à nova sede da Cooperativa Semearrelvinhas, segundo o projeto do atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro

população residente foram também referidos, bem como a necessidade de melhores condições para a comunidade no futuro.

José António Bandeirinha falou acerca de algumas atividades que já fizeram parte da vida do bairro e da sua relação com a cidade, como o projeto relvinha.cbr\_x. A respeito das necessidades do bairro, José António Bandeirinha sublinhou que já não se trata de sobreviver ou de garantir necessidades básicas, mas sim de assegurar a melhor qualidade de vida possível: “[O que falta] não são as condições mínimas, é o melhor que pode haver. E os cidadãos da Relvinha merecem o melhor que pode haver”. João Baía referiu as saudades que sente do tempo em que estudou o bairro e começou a conhecer os moradores, salientando a valor do movimento de moradores na Relvinha a nível nacional: “Este bairro e esta cooperativa entraram para a história do país”. Com estas intervenções compreendemos que o Bairro da Relvinha marca aqueles que se envolvem na sua luta e que mesmo quem não mora no bairro vê potencial no futuro da sua comunidade, através do investimento nos espaços que para ela são importantes.

Na sua globalidade, as intervenções do painel nas comemorações do aniversário da cooperativa foram de admiração, solidariedade, incentivo e estima para com o bairro. Todos os convidados falaram sobre o investimento futuro de que o Bairro da Relvinha necessita e merece. Em particular, Carlos Cidade, vereador da Gestão Urbanística e Fiscalização da Câmara Municipal, afirmou que: “ninguém fica indiferente àquilo que é a história da Relvinha, àquilo que ela conquistou e àquilo que ainda há para conquistar”. O dia terminou com um bolo de aniversário da cooperativa (imagem 54) e com um jantar que proporcionou o convívio entre os grupos culturais que atuaram, os convidados presentes e toda a comunidade de moradores e amigos do Bairro da Relvinha. Estes momentos finais das comemorações do aniversário da cooperativa realizaram-se numa antiga oficina (imagem 55), para a qual existe um projeto de arquitetura do arquiteto João Mendes Ribeiro que prevê a construção de uma nova sede para a Cooperativa Semearelvinhas<sup>24</sup>. A participação nas comemorações do aniversário da cooperativa foi uma mais-valia para o conhecimento do bairro, pois pudemos compreender um pouco a importância da dimensão da identidade dos seus moradores e dos espaços que frequentam, ainda algumas das suas necessidades atuais, tais como um espaço de convívio e sede para a cooperativa.

Estabelecido o primeiro contacto com o bairro, as semanas seguintes foram cruciais para a construção metodológica, pois começámos por tentar compreender o quotidiano dos moradores da Relvinha através de conversas coloquiais e passeios pelo bairro com os moradores. Em simultâneo com a realização das primeiras visitas, pudemos realizar uma análise mais cuidada aos instrumentos metodológicos e à sua adequação ao contexto do lugar, mesmo antes de os empreender. A primeiras visitas foram realizadas

---

<sup>24</sup> Consultar páginas finais do subcapítulo para maior detalhe.



56. Área entre os dois blocos habitacionais construídos na segunda fase de construção do SAAL. Fotografia de uma das primeiras visitas ao bairro com os moradores
57. Fontanário perto das habitações da primeira fase de construção do SAAL. Fotografia de uma das primeiras visitas ao bairro com os moradores
58. Espaço a nascente da futura sede da Cooperativa Semearrelvinhas e habitações da primeira fase de construção do SAAL. Fotografia de uma das primeiras visitas ao bairro com os moradores

sem registos formais, o que permitiu conhecer os espaços do bairro e os moradores, podendo também esclarecer à comunidade o objetivo da nossa aproximação de forma simples e desinibida. O ponto de contacto estabelecido com a população foi através da Cooperativa Semearrelvinhas e todas as pessoas com quem se contactou neste estudo fazem, ou já fizeram, parte dos órgãos sociais da cooperativa. O presidente da Cooperativa Semearrelvinhas, Jorge Vilas da Fonseca, foi o primeiro a apresentar-nos a realidade do bairro e a facilitar-nos os contactos com outros moradores.

Ainda numa das primeiras visitas realizadas, foi possível reunir vários moradores de ambas as fases, atuais e antigos membros da direção e do conselho fiscal da cooperativa, que se disponibilizaram para nos mostrar o bairro e as suas perspetivas pessoais sobre as vivências da comunidade. Ao apresentar o bairro, os moradores levaram-nos às habitações de ambas as fases e espaços envolventes (imagem 56), tais como o mural pintado em 2010, o parque infantil e a fonte existente na mesma zona (imagem 57) e ainda um jardim existente à junto à Rua Manuel de Almeida e Sousa. Outro local que foi visitado foi a antiga oficina que virá a ser a nova sede da cooperativa (imagem 58), que não tem atualmente as condições necessárias para a realização de eventos e reuniões.

Desde o início da investigação que se tornou bem presente o problema atual do bairro relativo ao envelhecimento dos moradores e à sua permanência dentro das suas casas durante todo o dia. No entanto, tornou-se também claro que o espírito de colaboração característico desta comunidade se mantém, evidenciado no modo como acolheram o trabalho que realizámos. De acordo com José Gonçalves, membro da cooperativa, numa conversa informal aquando de uma visita ao local, os próprios moradores prezam a união e cortesia de todos: “É como se fosse uma família toda completa, mas cada um tem a sua casa”.

Compreendemos também que, nas habitações construídas na primeira fase, residem moradores que viveram nas barracas de madeira antes do 25 de abril, enquanto que os moradores das habitações da segunda fase de construção têm diversas histórias de contacto com o bairro. Nem todos os moradores das habitações coletivas se mudaram para a Relvinha nas mesmas datas e alguns vieram de zonas perto do bairro, como a Adémia ou o Bairro do Brinca. Outros vieram de áreas mais afastadas da cidade, como um morador que vivia na Cova do Ouro e conheceu o bairro por ter vindo ajudar na autoconstrução das primeiras casas, havendo até quem tenha vindo de fora do país<sup>25</sup>.

Para além do contexto histórico das barracas de madeira e da construção das casas com o Processo SAAL, os moradores destacaram também, logo nestas primeiras conversas, um momento de rutura no final da década de 1990, quando as fábricas de toda a zona industrial de Eiras começaram a fechar. Como já referimos anteriormente,

---

<sup>25</sup> Consultar entrevista realizada a João Fernandes, disponível em anexo.



59. Relação entre habitações unifamiliares da primeira fase de construção na mesma rua
60. Fachada de um dos blocos de habitação da segunda fase de construção
61. As ruas e os espaços públicos do Bairro da Relvinha encontram-se frequentemente desertos

muitos moradores do bairro trabalhavam nas fábricas dos arredores, pelo que houve famílias inteiras que ficaram desempregadas com o fecho das fábricas e a desertificação da zona industrial. Hoje em dia, a emigração dos jovens devido à atual crise económica provocou o envelhecimento do bairro, de tal modo que a maioria da população está reformada e é escassa a presença de crianças e jovens na Relvinha.

À medida que se estabeleceram os primeiros contactos com o bairro, foi sendo definida a metodologia a aplicar para um conhecimento aprofundado da sua realidade. Os contactos espontâneos demonstraram-se importantes na adequação da construção metodológica ao contexto da realidade, pois permitiram-nos determinar os moldes em que seria possível empreender as metodologias, considerando fatores como a disponibilidade de participação dos moradores, as condições logísticas disponíveis e a pertinência de temas como os traços da identidade do bairro e o legado dos espaços. Após uma análise das suas condicionantes e possíveis contributos para a arquitetura e de acordo com o estudo já realizado patente no subcapítulo anterior, determinámos aplicar no conhecimento da realidade do Bairro da Relvinha o uso da fotografia, a gravação de vídeo, o desenho e a entrevista individual e de grupo com recurso a *photo elicitation* e *photovoice*.

Face ao seu carácter imediato, a fotografia revelou-se um dos instrumentos mais acessíveis e de utilização mais simples e rápida. Este foi o primeiro meio utilizado para registar o que se observou no trabalho de campo (imagens 59 e 60). O uso da fotografia permitiu registar uma descrição da paisagem do lugar, a nível construído, mas também humano. Concluimos que, ao optar subjetivamente aquando da realização do ato fotográfico, escolhendo o que fotografar, foi necessário um olhar incisivo e crítico sobre a realidade observada e experienciada, que nos aproximou dessa mesma realidade.

A maioria das fotografias foram feitas em visitas realizadas com o propósito de observar e fotografar o lugar, sem que fosse programado o contacto com os moradores. A partir destas observações e presença nos espaços do bairro em diferentes instantes, com o auxílio de anotações de campo realizadas no momento, podemos concluir que os moradores não frequentam os espaços públicos do bairro e dos arredores. As ruas encontravam-se frequentemente vazias e poucas vezes se viam pessoas a sair de sua casa (imagem 61).

Por outro lado, as fotografias feitas pelo bairro que coincidiram com conversas com os moradores foram um meio eficaz de registo. Ao longo destas conversas, em que nos deslocámos por várias zonas do bairro para o conhecer e partilhar os seus usos e significados para os moradores, foi possível fotografar a relação dos moradores com os espaços. As fotografias retratam o percurso realizado e os locais visitados, mas também os espaços de permanência e diálogo.

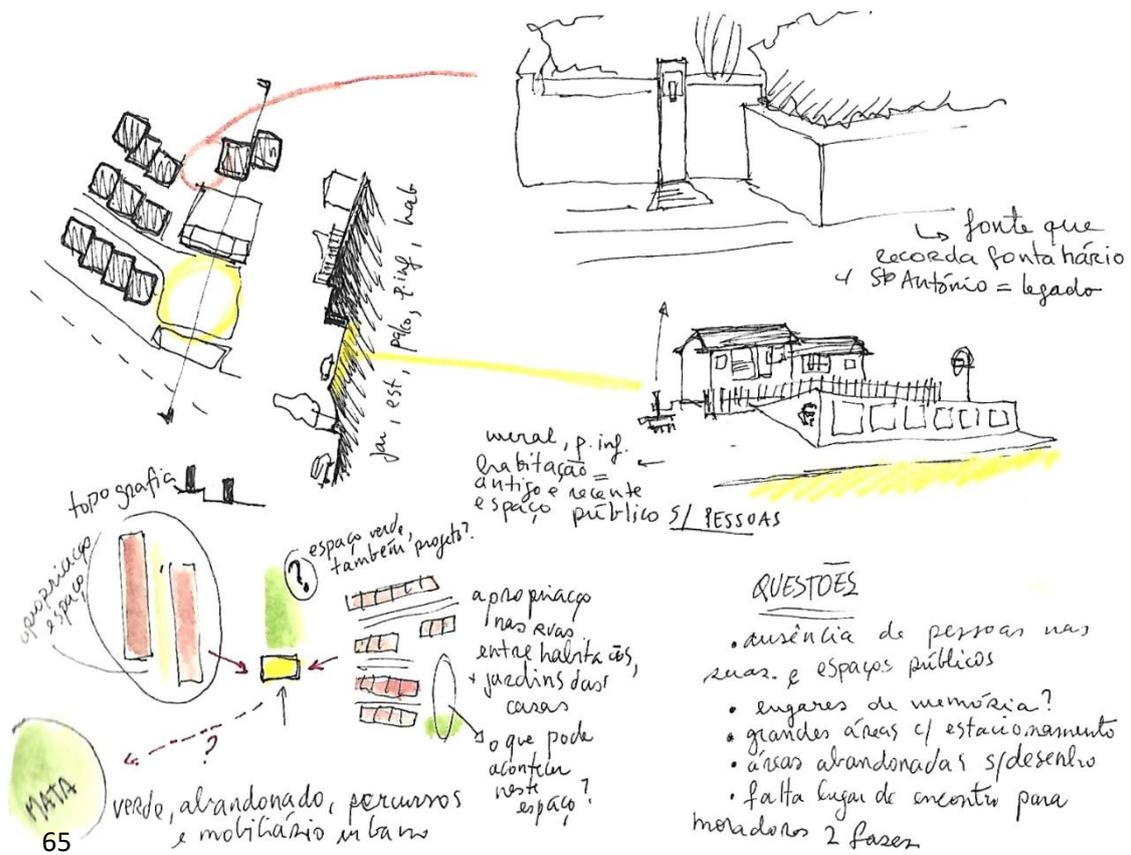


A gravação de vídeo também foi útil para o registo de percursos realizados, que, neste caso, ficam gravados em tempo real. Nas visitas aos espaços do bairro, o vídeo permitiu-nos registar o que os moradores disseram, onde estavam quando o disseram, bem como a sua relação corporal face aos espaços. Através do vídeo foi também possível realizar a captação de movimentos, de automóveis e de pessoas e ainda a ausência desses mesmos movimentos, demonstrando a desertificação muitas vezes instalada no bairro (imagem 62). A documentação feita através de fotografia e de vídeo permitiu, mais tarde e repetidas vezes, uma reaproximação ao lugar, mesmo sem uma deslocação física ao Bairro da Relvinha. Estes instrumentos foram úteis para lembrar circunstâncias e situações vividas, mas também relações espaciais observadas. A sua análise posterior aos momentos registados constituiu também um meio de observação mais detalhado dos aspetos retratados.

O desenho foi um instrumento que contribuiu sobretudo para a compreensão das qualidades físicas dos espaços e para o registo de muitos dos pensamentos formulados nas visitas ao Bairro da Relvinha. Através do desenho, sintetizado em diário gráfico, pudemos desenvolver um pensamento crítico e pessoal acerca das relações entre os espaços e as pessoas, nomeadamente por desenho de observação, diagramas e esquemas decorrentes das nossas próprias experiências espaciais (imagens 63 e 64). O acesso a plantas de várias escalas do local foi também relevante, pois contribuiu para uma compreensão mais global da escala do bairro e da sua inserção no contexto envolvente. O desenho sobre as plantas demonstrou-se ainda relevante para o registo de notas e apontamentos acerca de percursos feitos e características observadas em determinados espaços, pois permitiu-nos entender a relação espacial e de escala entre vários elementos pertencentes e exteriores ao bairro, como as habitações, os espaços públicos e outros bairros vizinhos.

Para complementar os registos gráficos por meio do desenho, foi desenvolvido um processo de escrita sistemática, à semelhança à metodologia estudada relativa às notas de campo etnográficas. Consoante as atividades de observação desenvolvidas, foram registados apontamentos de pequena escala e anotações rápidas, associados ao desenho ou não (imagem 65). Estas notas que foram sendo escritas no decorrer das visitas, observações, encontros e entrevistas foram fundamentais para o desenvolvimento de um pensamento crítico e coeso acerca dos contactos estabelecidos. É também com base nesses apontamentos que podemos agora avaliar os contributos dos instrumentos e ferramentas aplicados e que poderemos, no capítulo seguinte, apresentar uma proposta de trabalho para o *workshop* RMB, a realizar no Bairro da Relvinha.

O uso das metodologias associadas às entrevistas foi um dos últimos processos a aplicar, pois os guias das entrevistas foram construídos com base numa estratégia definida tendo em conta os primeiros contactos com o bairro. As primeiras



- QUESTÕES
- ausência de pessoas nas ruas e espaços públicos
  - lugares de memória?
  - grandes áreas c/ estacionamento
  - áreas abandonadas s/ desenvolvimento
  - falta lugar de encontro para moradores 2 fases



65. Registo da perceção dos espaços por meio de desenho e escrita  
 66. Condições habitacionais no Bairro da Relvinha antes do 25 de abril

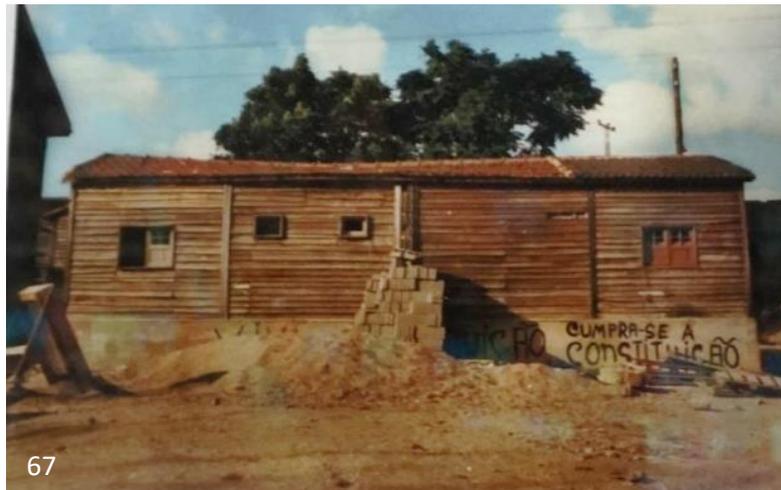
aproximações ao bairro contribuíram para a construção das entrevistas, na medida em que as perguntas realizadas já foram feitas com base em conversas anteriores e em manifestações já demonstradas pelos moradores. A construção das entrevistas foi também condicionada por um julgamento subjetivo já estabelecido por nós acerca dos espaços e da viabilidade do tipo de entrevista e do tipo de perguntas a realizar, conforme os nossos contactos com a realidade do lugar.

Neste sentido, consideramos que as entrevistas foram a metodologia mais complexa que se desenvolveu em trabalho de campo, dependendo muito do estabelecimento de uma relação antecipada com o lugar e com as pessoas que o habitam, por exemplo no caso da obtenção prévia de fotografias a utilizar em entrevistas com *photo elicitation*. Considera-se que esta relação e conhecimento do lugar permitiu enriquecer as entrevistas e adequar os instrumentos a utilizar à realidade efetiva e identidade dos moradores do Bairro da Relvinha com quem contactámos. Sabendo, através de conversas informais e por observação, que os moradores do Bairro da Relvinha passam grande parte do seu tempo dentro de casa, as entrevistas possibilitaram um conhecimento sobre as relações estabelecidas entre os sujeitos e os espaços e sobre as necessidades da comunidade, que outras metodologias não permitiriam alcançar.

Foram conduzidas quatro entrevistas, cada uma com especificidades e objetivos diferentes: três entrevistas individuais e uma entrevista de grupo. Primeiramente, foi realizada uma entrevista individual a um morador da primeira fase de construção e outra a um morador da segunda fase, ambas com recurso à técnica de *photo elicitation*. Foi também realizada uma entrevista de grupo com uso de *photo elicitation* a duas moradoras e ainda uma entrevista individual com recurso à mesma técnica, mas a partir de *photovoice*. Optou-se pelo uso de *photo elicitation* pois nos primeiros contactos com o bairro os moradores revelaram uma grande relação com a sua imagem, nomeadamente nos momentos em que nos possibilitaram o acesso a fotografias antigas, mas também nos percursos que realizámos a pé pelo bairro.

Como justificámos anteriormente, pareceu-nos pertinente a opção de conduzir entrevistas semiestruturadas. Os guias de entrevista foram aplicados de forma relativamente flexível e concluímos que esta estratégia nos permitiu garantir respostas apontadas aos tópicos predefinidos e relacionadas com a disciplina de arquitetura.

Na entrevista individual a um morador da primeira fase de construção, Jorge Vilas da Fonseca foi questionado acerca do legado e memória dos espaços em que viveu, antes e depois do 25 de abril, acerca das vivências contemporâneas do bairro e ainda acerca de possíveis mudanças futuras. Jorge Vilas da Fonseca comoveu-se ao falar sobre a sua infância, desde a mudança da Rua do Padrão para a Relvinha à relação significativa que mantinha com os espaços do Choupal e do rio. O participante realçou as más condições em que viveu na Rua do Padrão e as condições ainda mais degradantes com que se confrontou ao mudar-se para as barracas de madeira na Relvinha (imagem 66).



67. Antigo espaço de convívio da comunidade da Relvinha no tempo das barracas de madeira e da autoconstrução, referido na entrevista em anexo
68. Habitações da primeira fase de construção e espaço público nos arredores
69. Parque infantil na área das habitações da primeira fase de construção
70. Área dos dois blocos de habitação da segunda fase de construção
71. Mata e Centro Escolar do Loreto

Segundo Jorge Vilas da Fonseca, foram as fracas condições de habitabilidade que conduziram à grande união entre o corpo de moradores da Relvinha antes do 25 de abril de 1974: “Aí começou realmente a nossa luta e a nossa união, forjada precisamente na degradação em que nós vivíamos” (Fonseca, 2017, p. 231)<sup>26</sup>. Foi esta força coletiva que lhes permitiu, mais tarde, abraçar a operação SAAL com a determinação necessária para concluir as obras. Através do uso de *photo elicitation*, introduzindo na entrevista fotografias do tempo das barracas e da autoconstrução às quais tínhamos tido acesso, o participante descreveu algumas histórias e memórias sobre espaços de convívio da comunidade e também sobre a grande mudança no modo de vida da população, desencadeada pelo processo da construção das casas.

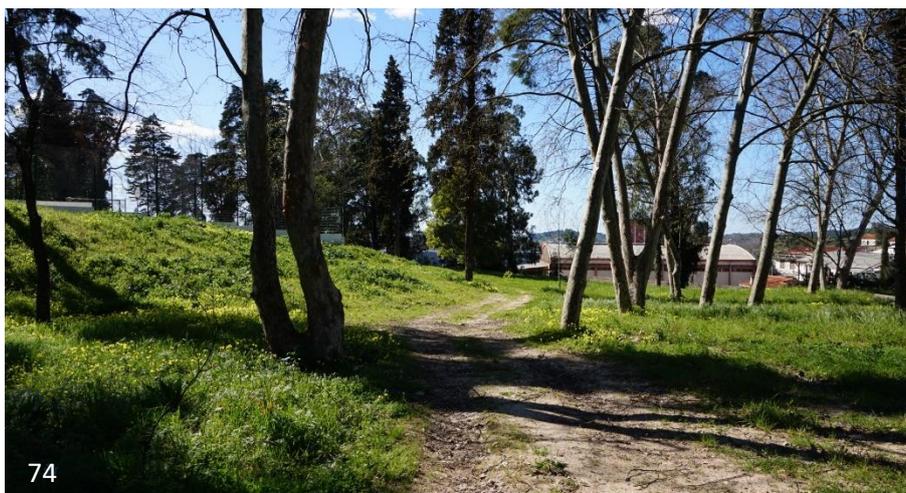
A respeito das vivências atuais do bairro, após recordar momentos de convívio frequentes noutras épocas e noutros espaços (imagem 67), Jorge Vilas da Fonseca afirmou que os moradores do bairro já não saem de casa. Este morador considera que a permanência das pessoas nas suas próprias casas se deve ao comodismo e ao envelhecimento da população, mas também à falta de espaços onde possam conviver. A Cooperativa Semearrelvinhas organiza festas ocasionalmente, mas o participante e presidente da cooperativa considera a falta de um local de convívio para a comunidade que potencie uma continuidade do espírito do bairro:

“Isto não pode morrer com os mais velhos, que os mais novos é que têm que dar continuidade. E isso só é possível se houver estruturas capazes de ajudar a essa continuidade” (Fonseca, 2017, p. 239).

De modo a poder aferir a pertinência de uma proposta de intervenção no Bairro da Relvinha, ambas as entrevistas individuais a um morador da primeira fase de construção e a um morador da segunda fase de construção incluíram, no final da entrevista, perguntas relativas à possível realização futura de projetos nos espaços do bairro. As respostas a estas questões poderão servir também para concluir acerca da divisão da área do bairro e arredores em possíveis áreas de intervenção para o *workshop* a realizar em 2018. Através de *photo elicitation*, foram apresentados três grupos de fotografias de diferentes locais: a área das habitações da primeira fase de construção, parque infantil (imagens 68 e 69) e mural; a área das habitações da segunda fase de construção e arredores (imagem 70); e a mata em redor do Centro Escolar do Loreto (imagem 71). A partir das primeiras conversas com os moradores, compreendemos que estas três zonas poderiam ser áreas de intervenção viáveis para o *workshop* RMB, pelo que incluir nas entrevistas questões relativas a possíveis intervenções nestas zonas nos pareceu poder trazer resultados conclusivos para a proposta a apresentar, o que se verificou verdadeiro.

---

<sup>26</sup> Todas as entrevistas formais referidas encontram-se disponíveis em anexo e as páginas indicadas referem-se à transcrição das mesmas.



72. Fotografia da antiga fonte com a imagem de Santo António

73. Fonte existente atualmente no Bairro da Relvinha

74. Atual estado dos percursos da mata do Loreto

Jorge Vilas da Fonseca, quando questionado acerca da possibilidade de intervenção nas três áreas apresentadas, identificou vários aspetos em que seria positivo pensar no âmbito de um projeto de arquitetura. O morador recordou memórias da altura em que residia junto ao fontanário com a imagem de Santo António (imagem 72 e 73), do qual a comunidade sente saudades, e de frequentar um campo e passeios pedonais na mata do Loreto (imagem 74), que também já não existem. Jorge Vilas da Fonseca afirmou que intervir nestas áreas poderia ser uma mais-valia para a comunidade da Relvinha e partilhou algumas ideias de intervenções que se poderiam realizar, tais como a instalação de mesas de ping-pong e de um sistema de sombreamento perto do parque infantil, ou a instalação de balneários de apoio ao campo polidesportivo do Loreto.

A entrevista individual realizada a um morador das habitações da segunda fase de construção, João Fernandes, foi coincidente em alguns dos tópicos da entrevista realizada ao morador da primeira fase. As questões relativas à memória do lugar foram direcionadas para os primeiros contactos e impressões que João Fernandes teve da qualidade dos espaços do bairro e das suas relações com a comunidade. O participante afirmou que, apesar de a localização do bairro ser um fator favorável, teve que alterar vários elementos da construção da casa, desde a canalização às louças da casa de banho, e que os espaços públicos também tiveram que ir sendo alvo de intervenções.

Relativamente às vivências contemporâneas do bairro, João Fernandes considera que os moradores do bairro se encontram presos dentro das suas próprias casas. Para este morador, o isolamento das pessoas é consequência do envelhecimento da população e da falta de condições que possibilitem e motivem as pessoas mais idosas a sair de casa. João Fernandes revelou uma grande preocupação com os usos dos espaços públicos do Bairro da Relvinha e com a necessidade de investimento em várias áreas, comentando: “Tem que se dar uma nova imagem ao bairro” (Fernandes, 2017, p. 249).

Quando questionado acerca de possíveis mudanças futuras em espaços do Bairro da Relvinha, João Fernandes identificou várias zonas onde pensa que seria positivo intervir com projetos de arquitetura, apesar de não indicar explicitamente nenhum tipo de projetos. As áreas destacadas foram a área junto ao muro de suporte entre os dois edifícios de habitação construídos na segunda fase do Processo SAAL e ainda a área do mural perto do parque infantil, salientando que “ninguém melhor do que um arquiteto para conseguir aqui dar a volta a isto” (Fernandes, 2017, p. 249).

A entrevista de grupo realizada com duas moradoras, com aplicação de *photo elicitation*, foi construída de modo a proporcionar um diálogo em torno de plantas e imagens de satélite, em vez de fotografias, como foi o caso das outras entrevistas. Pretendeu-se utilizar plantas, neste caso específico, para possibilitar uma leitura da integração do bairro da Relvinha no tecido urbano adjacente, em vez de caracterizar espaços específicos, como fizemos com as fotografias. As fotografias de satélite



75. Planta do Bairro da Relvinha apresentada às participantes da entrevista de grupo com indicação do espaço das escadas junto à fonte a cor-de-laranja, da atual sede da Cooperativa Semearrelvinhas a amarelo e da oficina que virá a ser a nova sede da cooperativa a azul, espaços apontados pelas participantes da entrevista de grupo como relevantes para o quotidiano do bairro. Escala 1:2500

76. Planta do Bairro da Relvinha apresentada às participantes da entrevista de grupo, onde não foram apontadas relações com o bairro. Escala 1:10000

auxiliaram na leitura das plantas por parte das participantes da entrevista, pois apresentaram elementos gráficos que facilitaram a identificação dos lugares do bairro. Nesta entrevista, não foi evidente a relevância da memória dos espaços e da sua relação com o passado, mas foi acentuada a ausência de lugares para a comunidade frequentar hoje, pelo que concluímos que nos aproximou desta necessidade atual.

Em relação ao quotidiano da comunidade, através de uma planta do bairro, foi pedido às participantes que indicassem que espaços frequentam hoje os moradores da Relvinha enquanto indivíduos e comunidade no núcleo central do bairro. Ambas indicaram uma zona com escadas perto da fonte das habitações da primeira fase como relevante para si enquanto indivíduos, e, para a comunidade, a oficina que virá a ser a futura sede e também a atual sede da Cooperativa Semearelvinhas (imagem 75), localizada numa das habitações da primeira fase de construção. Realçando a falta de locais para convívio e desenvolvimento de outras atividades no dia-a-dia, ambas as participantes consideraram que, a partir de uma planta de maior escala representando a envolvente do bairro (imagem 76), não se relacionam com espaços externos ao bairro, nem com equipamentos ou outros bairros da zona: “Eu frequento a minha casa. É mais ficar por casa” (Santos, 2017, p. 257).

A entrevista individual realizada a Ivone Barra também envolveu o uso de *photo elicitation*, mas a partir de elementos recolhidos pela técnica de *photovoice*. Numa primeira fase, foi solicitado à participante o envio de fotografias do bairro, inseridas em três grupos diferentes, consoante as suas opiniões pessoais. Para um primeiro grupo, solicitou-se a disponibilização de fotografias antigas a que a participante tivesse acesso e que retratassem lugares vistos como parte da identidade ou memória do bairro. Para os outros dois grupos, a participante tirou fotografias atuais de lugares que considerou fazerem parte do quotidiano do bairro hoje e ainda de lugares que poderiam ser revitalizados com um futuro projeto de arquitetura, de acordo com o seu ponto de vista pessoal acerca do bairro.

A participante disponibilizou as fotografias antecipadamente e estas foram impressas e utilizadas para análise, interpretação e discussão aquando da realização da entrevista. As questões colocadas nesta entrevista relacionaram-se diretamente com as fotografias da participante, no sentido de compreender as razões que a levaram a escolher determinados espaços para representar lugares de memória, de uso quotidiano, ou de potencial transformação futura.

O processo de questionar os significados dos espaços proporcionou-nos um conhecimento mais alargado da sua identidade, através do olhar de uma moradora que os habita e que com eles se relaciona diariamente. O facto de as fotografias terem sido escolhidas pela mesma levou a que, ao contrário do que aconteceu com outras entrevistas, esta entrevista fosse menos condicionada pela nossa própria visão



77. Planta do Bairro da Relvinha com indicação da futura sede da Cooperativa Semearrelvinhas a azul, do parque infantil a amarelo e do jardim junto à rua Manuel Almeida e Sousa a cor-de-laranja, áreas indicadas pela participante Ivone Barra como potenciais locais de intervenção em arquitetura. Imagem elaborada a partir da entrevista a Ivone Barra. Escala 1:2500

enquanto investigadores externos à vida do bairro. Neste caso, apesar de o guia de entrevista ter sido elaborado por nós, não houve nenhum tipo de controlo sobre que fotografias seriam escolhidas especificamente. Foram apenas indicadas linhas orientadoras gerais para explicar à participante aquilo que deveria procurar que as imagens representassem para si. Não foi definido um número exato de fotografias, nem foram estabelecidas regras formais ou compositivas, pelo que os locais a representar e o modo de os representar foram escolhas livres da participante.

Pela liberdade e ausência de condicionantes na escolha das fotografias, considera-se que esta entrevista deu à moradora em questão uma maior oportunidade de expressão e de participação. Conclui-se que as fotografias representam espaços enquadrados no que foi solicitado à participante, embora não representem apenas esses mesmos espaços. Em vez de fazer as fotografias, a participante optou por ser fotografada e aparecer nas imagens. Apesar de não lhe ter sido solicitado este aspeto, podemos ver como positiva e enriquecedora esta ação de representação da sua presença e da relação do seu próprio corpo com os espaços. Caso a entrevista tivesse sido mais condicionada por nós, seria pouco provável que esta situação tivesse sido prevista.

Ivone Barra referiu como importante para a memória do bairro os espaços das antigas barracas de madeira. Como espaços importantes para o seu quotidiano atual, a moradora referiu a fonte perto do parque infantil, o jardim da casa onde costumava morar e o seu próprio jardim. Relativamente a lugares que pudessem vir a ser revitalizados com um projeto de arquitetura, a participante apontou a oficina que virá a ser transformada na nova sede da cooperativa e ainda toda a zona próxima do muro perto do parque infantil e o jardim junto à Rua Manuel de Almeida e Sousa (imagem 77).

O empreendimento de trabalho de campo e aplicação das metodologias estudadas permitiu compreender as valências e limitações de cada uma. Este estudo prático e empírico em que as conclusões se obtêm a partir de uma experiência vivida por contactos efetivos com uma realidade proporcionou a oportunidade de ir além da investigação teórica sobre cada uma das metodologias. Deste modo, foi possível aferir características específicas da aplicação de cada uma das ferramentas, mas também obter conhecimento sobre o lugar que se construiu a partir da conjugação de diferentes métodos, cujos resultados se complementaram.

Os primeiros contactos informais foram essenciais para estabelecer confiança com os moradores e para conhecer o bairro de forma geral, de modo a poder, de seguida, adaptar a construção metodológica à realidade em questão, podendo, gradualmente, começar a conhecer as suas especificidades. Conclui-se que foi o conhecimento informal do bairro que, em conjunto com a análise bibliográfica e teórica sobre as diferentes metodologias, permitiu concluir e optar pela aplicação de determinadas ferramentas. Os resultados desta estratégia foram uma construção metodológica coerente e eficaz,



adequada ao contexto em estudo e ainda a obtenção de resultados apontados em relação aos objetivos estabelecidos relativos ao reconhecimento da realidade dos espaços.

A observação e participação na vida do bairro foram fatores importantes no trabalho de campo desta investigação, mas não em grande medida, visto que neste caso foi difícil o entrosamento na realidade diária dos moradores, pois a maioria das pessoas passam grande parte do seu tempo em casa. Os momentos de observação e registo gráfico e escrito foram oportunidades para concluir acerca deste hábito de os moradores passarem o dia nas suas casas, mas não proporcionaram informação acerca dos usos dos espaços do bairro. Em contrapartida, as entrevistas apresentaram-se como aproximações mais pessoais, que nos permitiram ter acesso a opiniões e experiências individuais e de grupo, complementando a informação mais genérica obtida por observação dos espaços.

Nas duas entrevistas individuais aos moradores de cada uma das fases de construção do bairro, cada participante salientou aspetos diferentes acerca das suas vivências e enfatizou a necessidade de intervenções futuras em espaços diferentes. Por exemplo, João Fernandes expressou várias vezes o descontentamento com o uso do espaço ajardinado no muro de suporte entre os dois blocos de habitação da segunda fase de construção, num dos quais mora. Por sua vez, Jorge Vilas da Fonseca concentrou grande parte do seu discurso na vontade de proporcionar aos moradores um espaço para convívio e que cativasse as gerações mais novas. Pelas suas distintas histórias de vida e contactos com o bairro, mas também por viverem em habitações de fases de construção diferentes e não pertencerem à mesma geração, os moradores não demonstraram perspectivas iguais em todas as suas respostas. Ao realizar entrevistas e indivíduos considerando estas diferentes variáveis, pudemos ter acesso a considerações específicas relacionadas com as experiências espaciais de cada um.

Relativamente ao legado dos espaços do bairro e à identidade que a memória lhes confere, os moradores da primeira fase, Jorge Vilas da Fonseca e Ivone Barra, realçaram a importância das recordações que guardam de vários lugares do bairro. Mesmo sendo participantes em entrevistas com questões muito distintas e apesar de terem idades e vivências muito diferentes, ambos os moradores demonstraram que, para si, os espaços do bairro estão marcados por vivências do seu passado. As barracas de madeira onde os moradores habitaram antes das intervenções do Processo SAAL foram referidas como lugares presentes na memória de todos. Não obstante, nas outras duas entrevistas, na entrevista em grupo e na entrevista individual a um morador da segunda fase, não foi tão destacado o legado dos espaços, mas foram identificadas como principais preocupações a falta de condições atuais do bairro para a vida em comunidade e a necessidade e urgência de mudanças no futuro.



Concluimos que as entrevistas individuais permitiram aos participantes intervir e dar respostas de forma complexa. Nestas entrevistas, as respostas foram mais densas e prolongadas, enquanto que, na entrevista de grupo realizada com duas moradoras, as respostas foram mais imediatas e a entrevista decorreu como um diálogo, em que se pode observar as reações que cada uma das moradoras tinha em relação ao que a outra dizia. O facto de terem sido realizadas entrevistas individuais, mas também de grupo, demonstrou que o diálogo e o tipo de discurso produzidos em cada uma são diferentes.

O processo de *photo elicitation* contribuiu para a obtenção de resultados a partir das entrevistas. Mesmo antes da realização da entrevista, os contactos estabelecidos para o acesso a fotografias antigas e as visitas realizadas para obter fotografias atuais constituíram uma parte importante do empreendimento desta técnica, contribuindo para a construção de conhecimento acerca do lugar. No decorrer das entrevistas, por um lado, a introdução de fotografias proporcionou que as conversas decorressem de forma natural, despoletando respostas espontâneas e genuínas. Por outro lado, as respostas obtidas foram mais apontadas para os tópicos que se pretendia desenvolver e para os objetivos a atingir com as especificidades de cada uma das entrevistas. O diálogo a partir de fotografias foi ainda uma oportunidade de partilha mais pessoal e desinibida da parte dos participantes a respeito das suas experiências e das suas opiniões:

“Sentamo-nos ali onde meteram essas mesas. Agora nós queremos tirar de lá as mesas e voltar a pôr uma fonte. É o nosso sonho e nosso desejo voltar a pôr a fonte no sítio onde está essa mesa” (Barra, 2017, p. 259)<sup>27</sup>.

Com a entrevista em que se aplicou a técnica de *photovoice* verificou-se que, dada a liberdade aos participantes para se envolverem e contribuírem com um papel ativo na construção de uma entrevista, estes podem contribuir para os resultados a obter de forma surpreendente e em aspetos que, de outro modo, poderiam não ser considerados. Este envolvimento, para além de proporcionar uma oportunidade de participação, aproximou-nos dos pontos de vista da moradora e da sua subjetividade, no caso específico da entrevista a Ivone Barra.

O contacto com os moradores através das entrevistas também demonstrou uma capacidade de crítica em relação aos usos dos espaços do bairro e às suas relações com os mesmos, quer a nível individual, quer enquanto comunidade. Tanto em contactos estabelecidos informalmente como na aplicação das entrevistas, foi evidente que os moradores do Bairro da Relvinha têm opiniões formuladas acerca das suas experiências espaciais no bairro e que nem todos pensam exatamente da mesma forma. As preocupações com o envelhecimento da população e o desejo de uma sede da

---

<sup>27</sup> A página indicada refere-se à entrevista transcrita em anexo.



78

0 20m

78. Planta de implantação do projeto do atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro para o centro social e nova sede da Cooperativa Semearrelvinhas.

cooperativa que possibilite o convívio entre moradores são gerais e traduzem-se em necessidades espaciais muito específicas que pudemos identificar. No entanto, os significados atribuídos a lugares de memória, os usos quotidianos dos espaços e as perspectivas de intervenções futuras no bairro variam de morador para morador, sendo, simultaneamente, plurais e particulares.

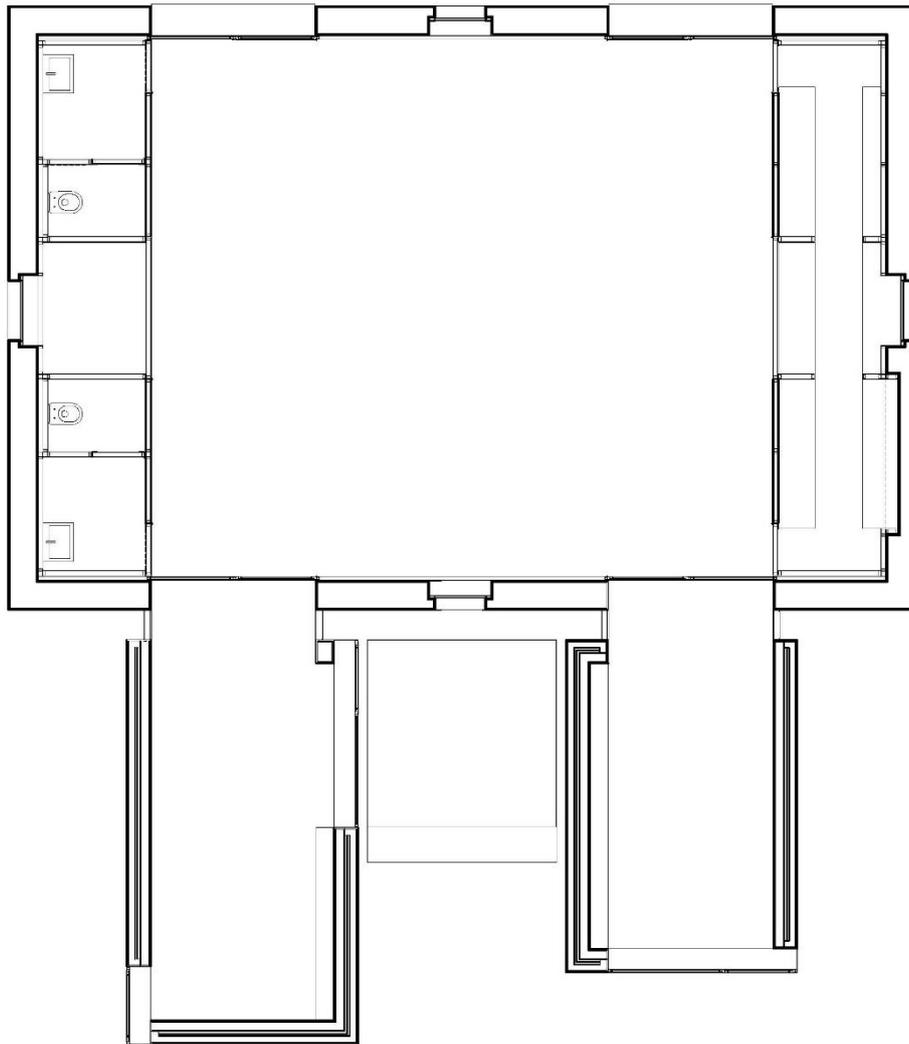
Os vários moradores entrevistados pensam que seria relevante para a sua comunidade a realização de projetos de arquitetura em algumas áreas do bairro. No global, as opiniões dos moradores coincidiram entre si e proporcionaram informações acerca de possíveis áreas de intervenção no bairro que poderão ser transpostas para a proposta a realizar para o *workshop* RMB. Foram referidas como possíveis zonas de intervenção as três áreas apresentadas nas entrevistas a Jorge Vilas da Fonseca e a João Fernandes<sup>28</sup>: a área da habitação unifamiliar, incluindo o espaço entre o parque infantil e a Rua Manuel Almeida Sousa; a área da habitação coletiva; e a mata do Loreto. Foram ainda apontadas outras possíveis zonas de intervenção, tais como como um espaço debaixo da ponte do IC2, no cruzamento entre a Estrada de Eiras com a Rua 1º de dezembro, e uma grande área descaracterizada, de terra batida e vegetação, a norte dos edifícios do Bairro da Relvinha.

Além da aplicação das metodologias descritas, realizámos ainda um contacto com o atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro, no sentido de nos familiarizarmos com projeto desenhado pelo atelier para um centro cultural na Relvinha e nova sede da Cooperativa Semearrelvinhas (imagem 78). Foi essencial a colaboração do atelier com informação acerca do projeto e área abrangida pelo mesmo, que contribuirá para a definição de áreas de intervenção a propor para o *workshop* RMB. Este projeto para uma nova sede da cooperativa surgiu numa procura de atender às necessidades dos moradores do bairro relacionadas com a falta de espaços de convívio para a comunidade. O espaço existente trata-se de uma antiga oficina localizada no centro do bairro que, atualmente, a Cooperativa Semearrelvinhas utiliza como espaço para realização de festas ou almoços em ocasiões como a comemoração do seu aniversário e onde tem guardado algum material que lhe pertence, tal como documentos escritos, fotografias antigas do bairro e peças de mobiliário.

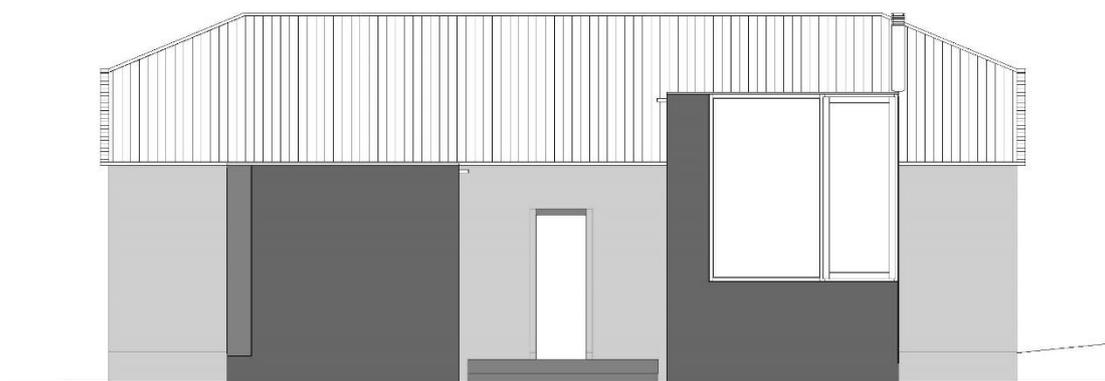
Apesar de ocasionalmente servir o propósito de receber festas e convívios, o espaço não apresenta as características mais favoráveis para tal. A ausência de uma cozinha e de casas de banho, a falta de revestimentos apropriados no chão e paredes são os problemas mais evidentes, que o projeto do atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro propõe colmatar. Pretende-se que este projeto seja construído por etapas, iniciando-se as obras pelo edifício da oficina em si. Nesta proposta, o edifício passa a conter dois planos separadores que criam uma cozinha e um bar a oeste e casas de banho e arrumos

---

<sup>28</sup> Consultar entrevistas realizadas a Jorge Vilas da Fonseca e a João Fernandes, disponíveis em anexo.



79



80

0 2,5m



79. Planta do projeto do atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro para o centro social e nova sede da Cooperativa Semearrelvinhas

80. Alçado nordeste do projeto do atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro para o centro social e nova sede da Cooperativa Semearrelvinhas

a este, bem como um espaço central que poderá servir para diversas atividades (imagens 79 e 80). Numa fase posterior, a proposta ambiciona a construção de dois anexos a nascente, que poderão servir como salas de reuniões da cooperativa ou para colocar computadores e dinamizar ateliers de informática com a população.

Compreender este projeto foi mais um contributo para o nosso conhecimento do lugar, pois pudemos aproximar-nos de uma proposta que surgiu com o intuito de responder às necessidades da população. Desta forma, conhecemos o modo como o atelier procurou transpor para projeto e materializar algo de que a comunidade da Relvinha precisa: um espaço de convívio, reunião e lazer para atividades que cativem as várias gerações do bairro, desde as crianças e jovens às pessoas de maior idade que permanecem em casa todos os dias.

Através deste contacto com o atelier, pudemos ainda participar numa reunião com a direção da cooperativa, com um engenheiro da Câmara Municipal, com um técnico de eletricidade, com o presidente da Junta de Freguesia e com um arquiteto do atelier. Nesta reunião, as várias entidades envolvidas na realização do projeto para a nova sede da cooperativa puderam discutir os passos a seguir para a elaboração de um projeto que se encontra parado há muitos anos. Foram apresentadas pela Câmara Municipal e pelo atelier de arquitetura algumas condicionantes legais e logísticas que será necessário cumprir antes do início das obras. No entanto, apesar de alguma reticência por parte dos moradores face à demora do projeto, foi possível chegar a um acordo e consenso de todas as partes. A troca de ideias dos agentes presentes nesta reunião levou ao confronto das diferentes perspetivas a considerar. Foram discutidos alguns ajustes a realizar no projeto, consoante as necessidades atuais da cooperativa, para os quais nós iremos também contribuir, com apoio ao atelier. Esta tem sido mais uma oportunidade de participação e envolvimento com a realidade do bairro, que nos aproximou também da prática da arquitetura e das dinâmicas de relação entre um atelier e um contexto de intervenção.

A compreensão da fluidez da vida social dos atores em estudo através das relações estabelecidas permitiu-nos desenvolver empatia e proximidade do contexto de um modo subjetivo. A conjugação de várias metodologias, caracterizadas primeiro com um enquadramento teórico por consulta bibliográfica e aplicadas de seguida numa pesquisa prática, permitiu-nos ter uma visão global do bairro. Entender o legado passado dos espaços, observar e compreender os seus usos contemporâneos e perspetivar o seu futuro foi possível através de um diálogo livre, de participação e capacitação dos moradores.

Consideramos positiva a aplicação de metodologias diversificadas, pois cada contribuiu de forma diferente para o conhecimento efetivo da realidade física e social dos espaços. Com a observação e participação na vida do bairro, compreendemos os



hábitos da população e atuais usos dos espaços, embora de modo menos significativo do que esperávamos, pelo que foi útil complementar esta informação com registos escritos e gráficos. O desenho e a fotografia demonstraram-se úteis tanto para registo como para interpretação e análise das vivências dos espaços e das necessidades atuais dos utilizadores, tal como se pretendia. Os registos elaborados através destes instrumentos contribuíram para a construção do pensamento crítico que aqui se expressa, tanto ao avaliar a aplicação das várias metodologias, como ao elaborar uma proposta para o projeto RMB.

As entrevistas realizadas aproximaram-nos de visões pessoais sobre experiências espaciais particulares, contribuindo para o nosso conhecimento dos espaços em participações que conjugaram a relação entre legado, lugar e projeto de arquitetura no presente. Confirmou-se que o recurso a *photo elicitation* permitiu uma maior aproximação ao nosso objeto de estudo, os espaços, com menos dispersão. No caso da técnica de *photovoice*, consideramos que as fotografias obtidas não contribuíram para o conhecimento do espaço em si, mas apenas foram operativas para esse conhecimento pela realização da entrevista, na qual nos permitiram uma maior compreensão dos significados dos espaços para a participante.

Através de uma aproximação à realidade social do Bairro da Relvinha por meio de metodologias multidisciplinares de investigação qualitativa, conseguimos perceber a relevância deste conhecimento para futuras intervenções e projetos de arquitetura a realizar. Compreendemos que a história do Bairro da Relvinha é marcada pela sua luta e por espaços que fizeram parte das vivências passadas dos moradores, mas que ainda fazem parte da identidade do bairro hoje. Entendemos também que os moradores têm algo a dizer acerca do futuro do seu bairro e que é possível, ao escutá-los, receber contributos para o desenho de projetos futuros, integrados na vida do bairro e adequados às particularidades do seu contexto. Por contactos com diversos agentes sociais e aplicação de metodologias qualitativas de investigação, concluímos que o legado e a herança dos espaços marcam ainda hoje as vivências espaciais do Bairro da Relvinha e que as experiências e necessidades atuais dos moradores se apresentam como conhecimentos relevantes para um projeto de arquitetura contemporâneo no bairro.



4

PROPOSTA DE ABORDAGEM PARA INTERVIR NO BAIRRO DA RELVINHA EM  
ÂMBITO ACADÉMICO



#### 4.1

#### PROPOSTA PARA UM *WORKSHOP* DE INTERVENÇÃO NO BAIRRO DA RELVINHA HOJE

A investigação efetuada e o envolvimento com a realidade do Bairro da Relvinha a vários níveis possibilitam, neste momento, a realização de uma reflexão informada acerca de possíveis contornos para o *workshop* a desenvolver no contexto em estudo em 2018. O presente subcapítulo pretende ser de caráter propositivo, embora não se procure apresentar uma resposta fixa relativamente às variáveis a desenvolver neste *workshop* ou em outras atividades semelhantes. Numa perspetiva crítica e integradora, procuraremos questionar e contribuir para uma discussão acerca da dinamização de um momento de relação entre a arquitetura e um contexto sociocultural singular.

O objeto de estudo escolhido, o *workshop* do projeto RMB, apresenta-se como uma oportunidade de cruzamento de temas abordados ao longo da Dissertação, desde a responsabilidade social, formação humanística em Portugal e pedagogia em projeto, ao contexto social específico de um bairro marcado pelas memórias de uma arquitetura relacionada com suas necessidades e à investigação metodológica para reconhecimento das relações sociais e espaciais num território. O encontro destes temas é pertinente num trabalho de projeto académico a desenvolver em relação com o Bairro da Relvinha e suas características físicas, mas também históricas, sociais, culturais, de legado e herança vividas ainda hoje.

Assim, a partir de conhecimentos adquiridos por consulta bibliográfica, mas também da realização de trabalho de campo e contacto com a realidade do objeto de estudo, introduziremos, de seguida, a descrição de uma proposta de construção metodológica para conhecimento e aproximação ao local que poderá vir a integrar o *workshop* descrito anteriormente. Apresentadas as considerações decorrentes do empreendimento das metodologias no caso de estudo e as conclusões acerca das informações obtidas pela aplicação de cada uma delas, discutimos também a sua aplicabilidade no *workshop*, explanando o modo como podem, ou não, ser operativas para o desenvolvimento deste projeto.

As questões reflexivas que colocamos surgem ancoradas às condicionantes específicas deste *workshop*, já descritas anteriormente. Proporcionar uma atividade de reconhecimento de um lugar, primeiramente, e elaboração de um projeto, em segunda instância, poderá apresentar dificuldades, considerando a restrição temporal dos cinco dias em que se deverá realizar o evento. Será pertinente calibrar o tempo a investir em cada uma destas fases de trabalho, não esquecendo a importância de ambas para o resultado a obter, sobretudo em termos pedagógicos e de aprendizagem dos alunos, mas também em termos da qualidade dos projetos de execução que poderão surgir.

O facto de o *workshop* se vir a realizar com quarenta alunos divididos em cinco grupos de trabalho confere-lhe uma estrutura muito específica. A divisão em pequenos grupos



de trabalho permitirá um confronto de ideias e o trabalho conjunto de alunos de diferentes universidades será uma oportunidade de crescimento e expansão de perspectivas para todos os participantes.

A participação de alunos estrangeiros que provavelmente não conhecerão o contexto histórico-cultural do país, muito menos da cidade de Coimbra e do Bairro da Relvinha terá implicações na idealização da metodologia do *workshop*. Por um lado, poderá ser pertinente dedicar um momento introdutório do *workshop* à exposição deste contexto, possivelmente abordando temas relacionados com a caracterização atual da cidade de Coimbra e sua relação urbana com as periferias, mas sobretudo procurando compreender o Bairro da Relvinha e sua relação com a cidade. Por outro lado, o facto de o Bairro da Relvinha ter sido construído pela apropriação decorrente de uma política de habitação pós-Revolução inscreve-o também num contexto ainda mais particular, como concluímos pelo trabalho de campo efetuado.

Considerando que muitos alunos serão de fora do país, poderá ser útil a interiorização da realidade das operações do Processo SAAL por parte dos alunos no início do *workshop*. Poderá ser feita uma introdução simples e concisa, mas atenta ao que os alunos podem retirar desse conhecimento, para melhor enquadramento do seu contacto com o bairro, mas também para sua própria cultura, ao conhecerem uma experiência única de arquitetura social. Nas propostas finais a desenvolver, a participação de alunos estrangeiros poderá causar algum distanciamento dos projetos face à realidade específica que lhes é alheia. No entanto, a integração destes alunos em grupos com alunos portugueses poderá ser fundamental para que consigam conhecer a realidade social do lugar e ultrapassar o desconhecimento da cultura e a barreira linguística aquando dos contactos com os moradores.

Um dos primeiros aspetos que nos parece importante problematizar neste capítulo é a questão do grau de envolvimento dos alunos participantes na preparação e definição dos vários aspetos do *workshop*. Tal como pretendemos promover a participação e envolvimento dos moradores nos projetos para o seu bairro, concluímos também que os próprios alunos podem ser agentes participativos e dinamizadores do trabalho que irão realizar. Os alunos poderão ter oportunidade de ter um papel ativo, em vez de o *workshop* estar unicamente condicionado pelas decisões dos professores e organização do evento. Desta forma, o *workshop* poderá ser uma oportunidade pedagógica para os alunos, não só pela possibilidade de conhecimento do espaço em estudo, mas também pela sua participação na discussão e tomadas de decisão no decorrer do mesmo.

Contudo, considerando que estas vantagens poderão trazer o envolvimento dos alunos nas decisões do modo de funcionamento do *workshop*, pesa ainda o facto de que cinco dias será um tempo reduzido para que conheçam e avaliem as suas possibilidades de escolha, de modo a façam a eleição dos moldes da atividade por inteiro. Não haverá



envolvimento dos alunos antes da sua participação efetiva no *workshop*, pelo que o nível dos seus contributos terá que ter em conta o arco temporal em questão. Ainda assim, parece-nos possível e favorável a participação dos alunos a vários níveis, que explanaremos seguidamente.

O tema do *workshop*, *Re-use of modernist buildings – Design tools for sustainable transformations*, também influenciará as opções metodológicas a tomar, pela definição do objetivo de estudar a transformação sustentável de edifícios e espaços de arquitetura moderna e, no caso específico do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, introduzindo no estudo uma reflexão sobre as questões sociais dos usos dos espaços. Será preciso considerar as questões levantadas por um trabalho de relação entre arquitetura e património moderno.

No caso da Relvinha, as habitações construídas não são objetos de arquitetura moderna, visto que as suas obras, iniciadas em 1975, já se encontram fora do período temporal do que consideramos o Movimento Moderno na arquitetura, presente com grande intensidade na primeira metade do século XX. Não obstante, a zona da Relvinha surge inserida nos planos de urbanização para uma Coimbra moderna, que se expandiu para Eiras na procura de crescimento do setor industrial. Em coerência com o tema do *workshop*, poderá então ser valorosa uma pequena reflexão sobre essa modernidade de Étienne de Gröer e de Antão de Almeida Garrett e mais ainda sobre as críticas à sua ação social, fomentadas, por exemplo, por Carlos de Almeida, um elo comum entre estas figuras modernistas e a execução da Operação SAAL na Relvinha.

Uma questão a levantar e considerar, com consciência das implicações logísticas que lhe estarão associadas, é a decisão acerca dos locais de trabalho dos alunos. É possível refletir sobre os locais onde os alunos poderão trabalhar na fase de reconhecimento do lugar e na fase de projeto do *workshop*, pois também isso poderá refletir-se nos resultados finais dos projetos. Os alunos poderão trabalhar no Departamento de Arquitetura, mas podemos ainda analisar a hipótese de os projetos serem elaborados em contacto direto com a população. Embora pensemos como positivo o contacto direto com a população no decorrer dos trabalhos, questionamos de que modo será possível realizá-lo. Além do tempo demorado em transportes desde o Departamento até ao bairro, coloca-se também a dificuldade logística do transporte dos estiradores e da necessidade de um local onde os colocar para que os alunos possam trabalhar.

Colocamos aqui como hipótese um contacto permanente com o bairro na fase de levantamento e reconhecimento do lugar, na qual se poderá realizar a aplicação de metodologias, que esclareceremos de seguida. Por outro lado, a fase de projeto, pela ausência de espaço de trabalho para quarenta pessoas em estiradores na Relvinha, poderia ser realizada no Departamento de Arquitetura, mas poderiam ser propostas aos alunos novas visitas nesta fase, para consulta e participação dos moradores em sessões



81. Área das habitações da primeira fase de construção, possível área de intervenção no *workshop* RMB

inclusivas com os grupos de trabalho. Consideramos presente nesta fase a escolha e participação dos alunos, conforme pretendam ou não manter um contacto próximo com a população em projeto.

Será essencial desenvolver um pensamento acerca de possíveis áreas de intervenção para os projetos. No esquema do projeto RMB, está prevista uma divisão em cinco grupos de trabalho, cada um dos quais trabalhará numa determinada área de intervenção. Poderiam ser os alunos a escolher, com base nos seus primeiros contactos com o bairro, a delimitação de áreas a trabalhar, como forma de os envolver e fomentar o seu pensamento crítico. Apesar de poder ser uma boa oportunidade de reflexão, a realização de opções fundamentadas e rigorosas ocupará bastante tempo nos cinco dias do *workshop*. Pensamos então poder estabelecer neste capítulo as nossas próprias conclusões relativamente a possíveis áreas de intervenção adequadas ao *workshop*, a partir da experiência relatada de contacto com o bairro e com os seus moradores. Estas propostas poderão ser apresentadas aos alunos e repensadas ou avaliadas pelos grupos de trabalho, em conjunto com os professores, podendo até envolver os moradores.

As propostas de áreas de intervenção apresentadas surgem de conclusões tiradas no empreendimento de metodologias e contacto efetivo com o bairro e espaços envolventes. A primeira conclusão a que chegámos nesta matéria foi acerca da escala: os moradores frequentam o núcleo do bairro, pelo que fará sentido que a escala da intervenção seja próxima destas vivências. Pesando o facto de muitas pessoas estarem reformadas e passarem muito em casa, concluímos que as suas necessidades passam pela motivação para frequentar espaços públicos. No entanto, como não se relacionam com zonas longe do seu bairro ou com outros bairros, foi fácil identificar que a escala de trabalho mais relevante para esta comunidade é a da Relvinha em si mesma.

Relativamente à integração de programas, terão que estar adequados às capacidades dos residentes de idade mais avançada, mas será importante que cativem crianças e jovens, uma necessidade manifestada pelos moradores. Os espaços poderão ser meios de continuidade para suas dinâmicas, que lhes permitam manterem-se ativos, proporcionando atividades de união da comunidade, lazer e entretenimento. Será também importante a ligação à memória do bairro, que tanto pesa nos significados atribuídos aos espaços atualmente, como vemos nas entrevistas transcritas, sobretudo as que mencionam a fonte com a figura de Santo António<sup>29</sup>. As intervenções poderão ser realizadas nos blocos de habitação e espaços públicos, numa escala aproximada às vivências quotidianas da população, que se desenvolvem maioritariamente perto das suas casas.

Uma possível área de intervenção é a das habitações da primeira fase de construção (imagem 81), englobando o parque infantil em bom estado de conservação que,

---

<sup>29</sup> Consultar entrevistas realizadas a Jorge Vilas da Fonseca e Ivone Barra, disponíveis em anexo.



82. Área das habitações da segunda fase de construção, possível área de intervenção no *workshop* RMB

83. Mata do Loreto, possível área de intervenção no *workshop* RMB

segundo os moradores, é utilizado, e um ponto de água que relembra a fonte que existia na altura das barracas, perto do qual estão duas mesas com bancos, que os moradores utilizam sobretudo aos fins-de-semana como ponto de encontro para conviver, seja em conversas informais ou a jogar cartas. A sul do parque infantil, na direção da Rua Manuel Almeida Sousa, verificamos a existência de uma área que poderá ter servido para jogar basquete recentemente, onde, anteriormente, se localizava um barracão onde os moradores se encontravam para a prática de atividades de cariz social, como tomar café ou realizar reuniões. O muro que suporta esta plataforma faz também parte da história da comunidade, contendo pinturas que contam as várias fases de habitação no bairro, como já explicámos. Junto à Rua Manuel Almeida Sousa, existe também uma zona de estacionamento e um jardim junto à estrada.

Uma segunda área de intervenção possível é a que compreende os edifícios de habitação coletiva construídos na segunda fase do SAAL (imagem 82). Em redor dos edifícios existem zonas descaracterizadas, com ausência de desenho e de uso, e outras que demonstram claramente a apropriação dos moradores. Em semelhança ao que acontece junto ao parque infantil na zona da primeira fase de construção, nesta área existem também uma mesa e bancos, mas os moradores referem que não lhes dão muito uso, pois não se encontram em proximidade de outras zonas frequentadas, como no caso da fonte e do parque infantil. Os moradores já tiveram anteriormente a intenção de tornar este espaço mais agradável e útil, colocando instalações para fazer churrascos e mais mesas, mas nunca o chegaram a concretizar. Entre os dois blocos habitacionais existe um muro de suporte, sob o qual os moradores começaram espontaneamente a fazer plantações agrícolas, o que desagrada parte da população<sup>30</sup>.

Uma terceira área sugerida, que não faz parte do bairro, é uma zona verde perto do Bairro do Loreto, a que os moradores se referem como “mata do Loreto” (Fonseca, 2017, p. 231), localizada junto à Rua da Constituição (imagem 83). No lugar onde antes existia a Escola Básica do Loreto, está, desde 2006, o Centro Escolar do Loreto, envolvido pela mata, podendo estabelecer-se relações visuais entre os dois. Na mata existem algumas marcas de trajetos percorridos e um pequeno parque de merendas, para o qual o Bairro da Relvinha contribuiu, mas que está em desuso e que carece de manutenção. Nos caminhos que ainda hoje se veem na mata, costumava existir, segundo os moradores do bairro, um circuito de manutenção. Existe ainda, perto da entrada do Centro Escolar, o Campo Polidesportivo do Loreto, construído em 2006 e que tem um acesso direto para a mata, tendo sido também resultado da ação da Cooperativa Semearelvinhas. Sendo a área da mata extensa e havendo a possibilidade de elaboração de vários projetos,

---

<sup>30</sup> Consultar entrevista realizada a João Fernandes, disponível em anexo.



84



85



86

84. Área atrás de um antigo edifício das Energias de Portugal, sugerida pelos participantes das entrevistas como possível área de intervenção futura

85. Área de estacionamento debaixo de uma passagem da IC2, sugerida pelos participantes das entrevistas como possível área de intervenção futura

86. Área próxima da antiga oficina que irá dar lugar à nova sede da cooperativa, possível área de intervenção no *workshop* RMB

sugerimos que esta zona se divida em duas áreas de intervenção, para dois grupos de trabalho. Os projetos de ambos os grupos poderiam ser complementares e, em vez de se dividir a mata em duas áreas, um dos grupos poderia estar encarregue de percursos e articulação, enquanto que o outro se ocuparia de programas e áreas de permanência.

Estas áreas a sugerir foram pensadas nos primeiros contactos com os moradores e, em entrevista, foi corroborada a sua validade enquanto zonas de intervenção que poderão trazer impactos positivos para os indivíduos e comunidade do Bairro da Relvinha. Quando questionados acerca da possibilidade de realização de projetos noutras áreas, os moradores referiram uma zona verde atrás de um antigo edifício das Energias de Portugal (imagem 84) e uma pequena área de estacionamento debaixo de da ponte de passagem da IC2<sup>31</sup> (imagem 85). No entanto, apesar de poder ser relevante uma intervenção em ambos os casos, pensamos que não serão adequados para o projeto RMB. No primeiro caso, a grande dimensão da área e a topografia acidentada, bem como a presença de edifícios abandonados torná-lo-iam num objeto de estudo excessivamente complexo para os cinco dias de projeto. No segundo caso, pensamos que não será a área de maior relação com o bairro e, visto que o número de grupos é limitado, poderá ser mais relevante investir em espaços com maior ligação à história do bairro e às suas práticas quotidianas.

Uma quinta zona de intervenção poderá ser a área afeta à antiga oficina que irá dar lugar à nova sede da cooperativa (imagem 86). Em contacto com o atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro, compreendemos que o projeto para o centro social será de aproveitamento da oficina como espaço principal e de acrescento de dois pequenos anexos. Contudo, existe uma grande área a nordeste deste complexo que, mesmo quando finalizadas estas fases de projeto, se encontrará sem desenho ou programa previstos. O atelier tinha já pensado que poderiam ser realizadas intervenções nessa zona, embora não as tenha desenhado ainda, pelo que será pertinente o desenvolvimento de um projeto para essa área.

Outra problematização válida relaciona-se com os professores que farão parte do *workshop*. Serão provavelmente convidados tutores que auxiliem e suportem os grupos na execução dos seus projetos, pelo que podemos questionar qual será o papel da sua intervenção. Uma das opções seria cada grupo ter um tutor designado, mas pensamos que, dado o conceito inclusivo que sugerimos para o *workshop*, os tutores poderão estar disponíveis para auxiliar todos os grupos. As figuras convidadas poderão ser professores de arquitetura, mas também das ciências sociais e humanas, como a antropologia e sociologia, possivelmente até ligados ao Centro de Estudos Sociais, de modo a reforçar a interdisciplinaridade e integração das práticas e significados sociais dos espaços em projeto. Será benéfico que os professores que levantem questões e que desafiem os

---

<sup>31</sup> Consultar entrevistas realizadas a Jorge Vilas da Fonseca e a João Fernandes, disponíveis em anexo.



alunos, embora isso não necessite de ocorrer pelo desenho e possa também ser feito por meio de diálogo, de modo a que os resultados dos trabalhos não sejam completamente condicionados.

Relativamente à *timeline* para o *workshop*, poderá iniciar-se com o reconhecimento do território no primeiro dia e, no início do segundo, com a escolha definitiva das áreas de trabalho e aplicação de metodologias de aproximação à realidade. A fotografia e o vídeo são os meios de registo interpretativo que concluímos serem mais imediatos e acessíveis, podendo ser dos primeiros a aplicar. Com o trabalho realizado, compreendemos que estes meios permitem registar a realidade observada de forma rápida e simples, mas também interpretá-la, podendo permitir a formulação de conclusões acerca dos usos dos espaços, da sua escala e da relação entre várias áreas.

Concluímos que a observação não será muito útil no desenvolvimento de um trabalho em cinco dias, devido à permanência das pessoas nas suas casas por grandes períodos de tempo, pelo que os alunos poderão necessitar de contactar diretamente com os moradores, começando de forma espontânea. O registo em diário de campo, com apontamentos gráficos através de desenhos de observação, esquemas e diagramas de compreensão do espaço, mas também registos escritos, semelhantes a notas etnográficas, poderá acompanhar todo o desenvolvimento do *workshop*. Verificámos, no trabalho de campo empreendido, que esta ferramenta permite facilitar o cruzamento de informações obtidas por diferentes métodos, ao permitir um registo contínuo dos diferentes conhecimentos adquiridos, pelo que concluímos que o seu uso será pertinente também no *workshop* a desenvolver. Este instrumento de escrita e desenho poderá potenciar uma descrição interpretativa da realidade na primeira fase de trabalho, mas será importante também na fase de projeto, servindo como instrumento de análise, pensamento e reflexão, bem como de concretização de ideias.

Poderão ser construídas entrevistas, para aplicar no início do segundo dia do *workshop*, de preferência curtas e apontadas aos usos dos espaços, de modo a não se tornarem dispersivas. No caso do nosso estudo, as entrevistas revelaram-se uma grande fonte de conhecimento relativamente às relações entre memória histórica e social, vivências atuais dos espaços e possíveis projetos a realizar. A partir deste conhecimento, concluímos que a aplicação de entrevistas poderá ser útil quer sejam de carácter individual ou realizadas em pequenos grupos. Ambas as hipóteses poderão permitir cruzar temas relevantes para o projeto e esta decisão poderá ser tomada conforme a disponibilidade dos moradores, mas também consoante as opções que os participantes acharem mais apontadas ao seu trabalho. Consideramos, contudo, que será sempre positivo cada grupo poder auscultar mais do que um morador, em entrevista de grupo ou individual, pois verificámos que, apesar da união e aspirações comuns da comunidade, os moradores têm experiências de vida muito díspares e diferentes contributos, apesar de as suas ambições para o bairro poderem ser semelhantes.



Na primeira fase de trabalho e início da segunda, poderão ocorrer palestras ou conferências, que enriquecerão os alunos. Os oradores convidados poderão ser de áreas e especialidades diversificadas, realizando breves apresentações que gerem discussão e procura de conhecimento por parte dos alunos sobre temas como: intervenções sustentáveis em património moderno; contexto experimental da habitação social no Processo SAAL e particularidades da sua execução na Relvinha; e ainda uma possível discussão acerca interdisciplinaridade e cruzamento disciplinar em arquitetura como meio de conhecimento da realidade social.

A segunda fase do *workshop*, a etapa de projeto, poderá começar no segundo dia e prolongar-se até ao quarto dia. Esta fase poderá envolver o trabalho através do desenho e maquetes, em estiradores no Departamento de Arquitetura, com recurso às informações obtidas pelos instrumentos metodológicos aplicados na fase anterior: a fotografia e vídeo, o desenho, a escrita interpretativa e a realização de entrevistas. Na fase de projeto, os grupos poderão ter a oportunidade de optar por manter mais ou menos contacto com o Bairro da Relvinha, visitando as áreas de intervenção e contactando com os moradores, podendo, posteriormente, concluir sobre essa interação. O apoio de professores de várias áreas disciplinares nesta fase seria essencial e promoveria uma perspetiva inclusiva da arquitetura. Motivar os alunos para a discussão das suas propostas com os moradores da Relvinha poderá evitar um afastamento da realidade social aquando da fase de projeto.

Esta última etapa de trabalho poderá concluir-se com a apresentação dos trabalhos elaborados no último dia, na qual poderão estar presentes os moradores do Bairro da Relvinha, em especial a direção da Cooperativa Semearelvinhas. Esta apresentação, demonstrando o resultado de ambas as fases de trabalho, permitirá dar a conhecer os trabalhos dos alunos e ainda gerar discussão em torno dos mesmos, com a participação de todos os agentes envolvidos no processo de projeto. As apresentações poderão ser realizadas no próprio Bairro da Relvinha, reforçando, mais uma vez, a ligação com a realidade na qual se pretende intervir.

Desta forma, refletimos sobre dois tempos de relação com o lugar, a etapa de reconhecimento da realidade física e sociocultural e a fase de projeto. Apresentamos uma perspetiva de valorização da participação dos alunos em tomadas de decisão, questionando também o papel dos professores acompanhantes. Na problematização das questões colocadas, promovemos a procura de uma aproximação constante dos habitantes à arquitetura e da arquitetura aos habitantes que a vão viver, que não se desvança após a fase de conhecimento dos espaços. Auscultar os moradores nas várias etapas do processo de projeto poderá promover maior envolvimento dos alunos com a realidade social e uma oportunidade de participação para os moradores, na discussão das suas próprias experiências espaciais.



A reflexão realizada foi possível ao problematizarmos a intersecção de vários temas e linhas condutoras do *workshop* e das especificidades do contexto do projeto RMB. O cruzamento de saberes, experiências e ideias entre professores de várias disciplinas, alunos e habitantes poderá dar origem a um trabalho de inclusão, integrando contributos muito diversos. A complexidade deste trabalho a desenvolver poderá refletir-se nos projetos dos alunos, nos quais se espera que o conhecimento da realidade social venha a impactar os resultados obtidos, dando origem a propostas de intervenção adequadas ao contexto do Bairro da Relvinha e às necessidades dos seus moradores.



87. Fotografias feitas nas visitas ao Bairro da Relvinha para conhecimento do caso de estudo  
88. *Frames* dos vídeos gravados nas visitas ao Bairro da Relvinha para conhecimento do caso de estudo

## 4.2

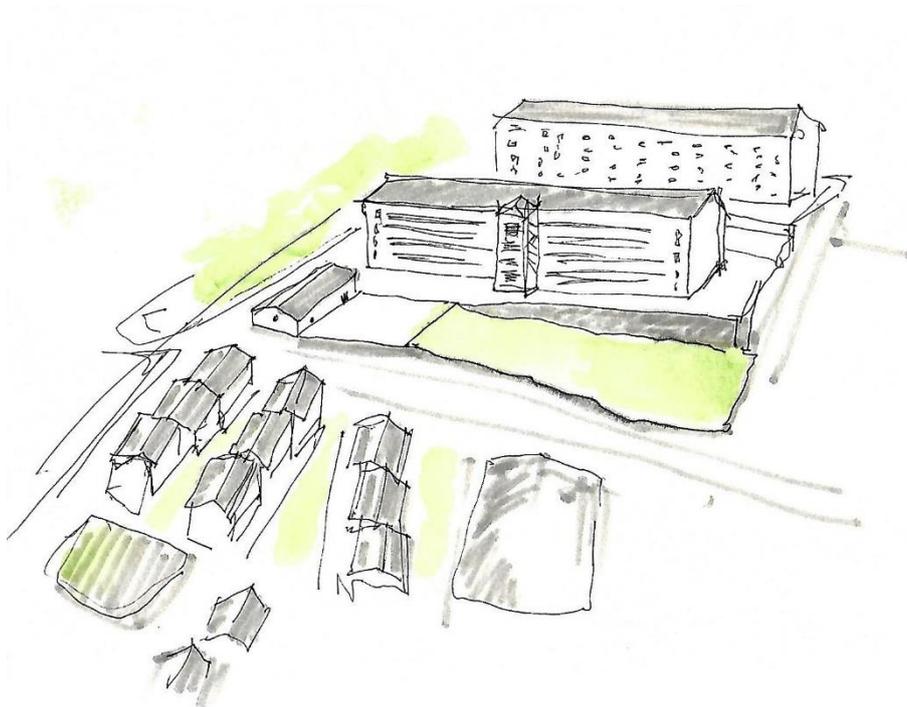
### CONHECER PARA INFORMAR: CONTRIBUTO DAS METODOLOGIAS EMPREENDIDAS PARA O EXERCÍCIO PROJETUAL

O empreendimento das metodologias qualitativas escolhidas para reconhecimento do lugar permitiu-nos contactar diretamente com a realidade do Bairro da Relvinha, passando a conhecer os seus agentes sociais e as vivências humanas e significados dos seus espaços. Este conhecimento pode ser transposto, segundo os objetivos da Dissertação, para uma reflexão acerca do contributo das metodologias empreendidas para o ensino de projeto.

Consideramos positivo o carácter qualitativo das metodologias aplicadas no trabalho de campo realizado, pois permitiu-nos um encontro com o quotidiano do objeto de estudo de forma empírica, aberta e próxima do contexto e experiências espaciais que cada indivíduo vive. As metodologias qualitativas permitiram-nos aceder à diversidade de experiências e múltiplas visões sobre o espaço em estudo de forma subjetiva, ao contrário do que acontece nas metodologias quantitativas de abordagem dedutiva e medição de dados. Por este motivo, pudemos conhecer uma identidade composta por singularidades e beneficiar do nosso próprio contributo enquanto investigadores e agentes sociais na recolha e análise de dados. Concluimos que, no ensino de projeto, no decorrer de um ano letivo, a aplicação destas metodologias poderá ser considerada tanto no reconhecimento do lugar como na fase de elaboração de propostas, podendo ser um meio para que os alunos se aproximem da identidade desses lugares e promovam a relação entre a arquitetura e o seu utilizador.

No caso da fotografia e vídeo, o seu uso permitiu-nos registar observações de forma imediata e simples, desde os primeiros contactos (imagens 87 e 88). Estas ferramentas poderão ser úteis no ensino de projeto sobretudo no levantamento e conhecimento do lugar, pois conjugam o registo da realidade com a interpretação crítica do ato de fotografar ou gravar um vídeo. A análise posterior que pode ser feita à imagem depois do ato fotográfico é também um contributo para o conhecimento da realidade, sobretudo dos seus aspetos sociais quando são capturados usos dos espaços ou relações sociais desenvolvidas nos lugares em estudo. Consideramos que a fotografia e o vídeo são meios versáteis e cuja utilidade no ensino pode ser variada, desde o registo para compreensão da escala do espaço, de movimentos ou ações sociais, ao seu uso em entrevistas ou como elemento visual artístico de representação de uma realidade.

Relativamente ao desenho, ferramenta característica da prática da arquitetura, é frequentemente utilizado na disciplina como meio de conhecer e registar a realidade física de um lugar. No caso em estudo, compreendemos que este pode também ser um meio de conjugar esse conhecimento com a realidade social, através de esboços, esquemas ou desenhos de observação relacionados com as vivências espaciais. O



89

matr do bone to 13, man cp

89. Desenhos elaborados nas visitas ao Bairro da Relvinha para conhecimento do caso de estudo

desenho e o registo escrito de notas de campo demonstraram-se úteis na documentação do que foi observado e experienciado, permitindo a consolidação de ideias e pensamentos (imagem 89). Em âmbito académico, tal como propusemos para o *workshop* em estudo, consideramos que o diário gráfico característico do exercício de projeto pode ser complementado com escrita interpretativa e notas de campo, compilando informações além do desenho e relatando diferentes informações recolhidas em trabalho de campo de forma integrada. Esta ferramenta também pode contribuir para o processo de projeto no auxílio da transposição de conhecimentos adquiridos no levantamento dos espaços para ideias e propostas efetivas a realizar.

Considera-se que a opção metodológica de realização de entrevistas semiestruturadas se confirmou como uma boa medida para conhecimento da realidade de forma focada, mas evidenciando uma dimensão de subjetividade, o que nos permitiu conhecer pensamentos, opiniões e vivências espaciais dos sujeitos participantes. Concluimos que o contacto por meio de entrevistas com vários participantes, em entrevistas individuais ou de grupo, é um meio positivo de contacto com a realidade social em projeto, dando acesso à multiplicidade de significados dos espaços. Na análise do trabalho de campo realizado, as entrevistas demonstraram-se um contributo particularmente positivo no conhecimento das necessidades da comunidade, pelo que o seu uso no ensino poderá potenciar, em projeto, uma resposta às carências dos utilizadores participantes. Esta metodologia introduz camadas de conhecimento mais próximas dos participantes acerca dos usos dos espaços, mas também do modo como os lugares se relacionam com a narrativa social, política e cultural vivida, como vimos no caso do Bairro da Relvinha.

O uso de *photo elicitation* nas entrevistas realizadas permitiu uma maior contextualização no espaço, pelo uso conjugado de informações verbais e visuais, concretizando-se uma aproximação às vivências dos utilizadores e à sua realidade de forma apontada mas subjetiva. O uso de *photovoice* permitiu um diálogo a partir de fotografias ainda mais próximas da experiência individual de um participante, o que provou ser um contributo válido para o conhecimento particular das suas relações com os espaços. Concluimos que as entrevistas individuais permitem o acesso a informação de forma mais densa, enquanto que as entrevistas de grupo promovem o diálogo e o confronto de opiniões, pelo que a conjugação de ambas pode permitir adquirir conhecimentos complementares, como se esperava. Consoante os conhecimentos obtidos, consideramos que o uso da entrevista e das variantes apresentadas pode contribuir para o processo de projeto no aprofundamento do conhecimento dos espaços e das necessidades dos seus utilizadores, mas também em fase de projeto, como meio de auscultação dos utilizadores quanto a propostas elaboradas, promovendo o seu envolvimento e a elaboração de projetos adequados à realidade.

Apesar de não ter sido uma metodologia válida em grande medida para o estudo



realizado, concluímos que o empreendimento de observação participante pode contribuir para o processo de projeto em meio acadêmico. O trabalho de projeto a desenvolver em longos períodos de tempo, como num ano letivo, possibilita a calendarização de momentos de observação participante em pequena escala, com o objetivo de conhecer os espaços de intervenção para informar a arquitetura. Pela pesquisa bibliográfica e exemplos da aplicação deste método em arquitetura, considera-se que a imersão no cotidiano dos agentes sociais de um lugar e o registo dessa mesma experiência podem auxiliar no conhecimento das questões sobre os usos atuais dos espaços no ensino e complementar a informação obtida verbalmente, por exemplo em entrevistas.

Pelo envolvimento com o Bairro da Relvinha realizado nesta investigação, compreendemos ainda o contributo que a relação entre vários agentes pode trazer ao projeto, realizando um trabalho colaborativo e inclusivo. No caso da prática da arquitetura, verificámos a relevância do diálogo entre vários atores na relação entre o atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro, a Câmara Municipal, os técnicos de várias especialidades e os moradores da Relvinha. No caso do *workshop* RMB, propõe-se a colaboração e participação dos alunos, professores de várias disciplinas e moradores. No caso do ensino de projeto, no âmbito do curso de Mestrado Integrado em Arquitetura, esta visão inclusiva da arquitetura poderá ser desenvolvida com a colaboração de disciplinas das ciências sociais e humanas e com o empreendimento de metodologias para aproximação ao território no conhecimento dos espaços de intervenção, promovendo a realização de projetos que respeitem e valorizem a realidade sociocultural dos lugares, dialogando e servindo os futuros utilizadores dos espaços.

No ensino de arquitetura, é frequentemente desenvolvido trabalho de campo para levantamento e reconhecimento de um lugar e das suas características físicas. Nesta reflexão, propomos meios para conhecer também a realidade social dos lugares de intervenção, considerando esse contributo pertinente para o desenvolvimento dos projetos. Podemos questionar ainda a possibilidade de aproximação da arquitetura aos seus utilizadores além da fase de reconhecimento dos espaços. Na proposta para o *workshop* referido, colocamos a possibilidade de auscultar os utilizadores dos espaços de intervenção no decorrer do processo de projeto, promovendo a discussão de propostas realizadas. Também no ensino de projeto poderá ser pertinente refletir acerca de uma possível experiência pedagógica de participação e colaboração com os futuros ou atuais agentes dos espaços na discussão de projetos. Esta poderá ser uma hipótese para considerar a pertinência dos contributos desses mesmos agentes sociais para as propostas em questão, consoante as suas vivências, sabendo que cabe ao arquiteto compreender a sua relevância.



Considera-se que a elaboração de uma proposta para o *workshop* RMB se apresentou como uma forma concreta e prática de reflexão sobre a relação entre a arquitetura e a sociedade, em coerência com a responsabilidade e valores defendidos nos anos de 1960 em Portugal. Assim como as experiências pedagógicas realizadas da ESBAP e ESBAL no seu caminho para o ensino universitário procuravam aproximar os alunos da realidade dos lugares de intervenção para que a compreendessem e interpretassem, também este estudo procura, em menor escala, contribuir para uma discussão em âmbito académico acerca da relação da arquitetura com o seu utilizador.

A investigação associada a esta Dissertação, elaborada no contexto de uma escola onde se discute sobre o ensino de projeto de forma atual e conseqüente, pretende apresentar uma proposta para um *workshop* que seja uma experiência de continuidade com estas discussões. No trabalho de campo realizado, empreendemos metodologias que permitiram uma aproximação e reflexão sobre o ensino de projeto de forma inclusiva, participativa, interdisciplinar e de serviço ao Homem e à sociedade.

Compreende-se que os processos e instrumentos a empreender no ensino da arquitetura podem passar pela adaptação das metodologias empreendidas às realidades em estudo, pela relação interdisciplinar com a realidade e pelo contacto com vários agentes do lugar, envolvendo-os no processo de projeto. Sugere-se, deste modo, um pensamento crítico acerca do conhecimento obtido que remete esta reflexão final para o ensino da disciplina de projeto. Conclui-se que é nesta disciplina que se podem cruzar os contactos e metodologias apresentadas, considerando o seu carácter prático e central no curso de arquitetura. A experiência do exercício projetual pode, no ensino da disciplina, ser uma resposta para o contacto com a realidade física e sociocultural de um lugar, no seguimento do que entendemos por *ensino pelo projeto*.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUTO DO CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL PARA O ENSINO DE PROJETO

No objeto de estudo apresentado, Bairro da Relvinha, o cruzamento dos temas abordados ao longo da presente Dissertação é dado pela motivação para responder à questão: *Que processos e ferramentas se podem ensinar nas Escolas de arquitetura para conhecer a realidade social de um lugar e as necessidades dos utilizadores de um espaço, de forma a implementar no projeto esses conhecimentos adquiridos?*

No decorrer do trabalho, pretende-se responder a esta questão de forma propositiva, considerando como ponto de partida essencial a problematização da relação entre o arquiteto e a experiência humana em Portugal desde a segunda metade do século XX. O conceito de responsabilidade social da arquitetura defendido por arquitetos como Nuno Portas e Octávio Lixa Filgueiras e as experiências pedagógicas realizadas na ESBAP e ESBAL surgem, na Dissertação, como objetos de uma reflexão inicial acerca da formação humanística e do contacto com os utilizadores como meios de aproximação à realidade dos lugares de intervenção em meio académico.

Em continuidade com estes pensamentos, considera-se fundamental o conhecimento da identidade da Escola de Coimbra, na qual realizamos esta investigação e a qual dinamizará o *workshop* de intervenção no Bairro da Relvinha. Caracterizada por uma matriz decorrente das Escolas de Lisboa e do Porto, compreendemos que a Escola de Coimbra afirma a sua estratégia pedagógica nas discussões atuais em torno do *ensino pelo projeto*, no equilíbrio entre interdisciplinaridade e autonomia disciplinar da arquitetura. Os debates sobre a relação entre os alunos e a realidade do lugar de intervenção como um todo expressam o valor do exercício de projeto enquanto ferramenta de trabalho, ensino e conhecimento. Compreende-se que o conhecimento holístico da realidade como contributo para o ensino de arquitetura debatido em Portugal e em Coimbra ainda carece de uma operacionalização dessas intenções que vá além das experiências pedagógicas do século XX. A partir destes antecedentes de relação entre ensino, projeto e sociedade, concluímos a nossa própria proposta de reflexão sobre o contributo do conhecimento da dimensão social dos espaços em âmbito académico.

A abordagem metodológica de conhecimento do Bairro da Relvinha partiu de uma investigação teórica, concretizada numa experiência prática através do empreendimento de trabalho de campo. Na pesquisa teórica e bibliográfica acerca de processos e ferramentas de reconhecimento do território demonstraram-se decisivos para a nossa construção metodológica os exemplos de aplicação dos métodos estudados em arquitetura, pois demonstraram possibilidades concretas de aproximação à disciplina. Foi esta pesquisa e os primeiros contactos espontâneos com o lugar que nos permitiram optar pelo uso de determinados métodos para informar a arquitetura, adequando-os ao contexto em estudo, nomeadamente: a participação em atividades do



bairro, o uso de fotografia, vídeo, desenho e anotações interpretativas em diário de campo, e entrevistas individuais e de grupo com recurso a *photo elicitation* e *photovoice*. Cada processo empreendido contribuiu com dados e informações diferentes para o nosso conhecimento do lugar, permitindo-nos conhecer de forma global a relação entre arquitetura, narrativa social e contexto histórico e político no Bairro da Relvinha e a sua relevância nas experiências espaciais e sociais vividas hoje.

Concluimos que estes meios nos possibilitaram o estabelecimento de uma relação com os agentes sociais do objeto de estudo e com a realidade dos usos, significados e vivências contemporâneas dos seus espaços. O contacto com o atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro foi também uma mais-valia de aproximação à efetividade da relação possível entre a arquitetura e os vários atores envolvidos no projeto. Esta aproximação por vários processos contribuiu para o nosso conhecimento do lugar, das necessidades dos seus utilizadores e das possibilidades de intervenção em arquitetura para servir a vida de um bairro com um forte sentido de comunidade.

A opção tomada ao investigar, primeiramente, as aplicações práticas das metodologias referidas na nossa própria aproximação ao lugar facilitou a compreensão dos conhecimentos relevantes para a arquitetura a obter com cada uma. Este contacto permitiu perceber a validade e pertinência do uso desses métodos para o *workshop* RMB, mas também para no ensino de projeto, visto que o nosso conhecimento do bairro revelou as necessidades da comunidade e os usos e significados atuais dos seus espaços. A experiência de conhecimento da realidade social do Bairro da Relvinha tendo em vista o propósito de informar a arquitetura levou-nos ainda a questionar as possibilidades de envolvimento e relação entre os vários agentes sociais afetos ao projeto como meio de aproximar a ação da arquitetura à sociedade.

De seguida, a elaboração de uma proposta para o *workshop* do projeto RMB relacionou a pesquisa realizada com o âmbito académico de um projeto de investigação. Foi considerado o facto de este ser um projeto a realizar por alunos em colaboração com professores, colocando-se questões pertinentes dentro do ensino de projeto e *pelo projeto*, enquanto ferramenta de exercício e aprendizagem. No pensamento crítico elaborado relativamente às variáveis e contornos do *workshop* em questão concluiu-se que, como esperado, as hipóteses de trabalho desenvolvidas poderiam ser uma ponte para uma reflexão global acerca das possibilidades no ensino de arquitetura. Este objeto de estudo permitiu-nos passar da concretização específica da relação entre o Bairro da Relvinha e os participantes do *workshop* RMB para o ensino de projeto em geral.

Salienta-se também que a reflexão elaborada acerca dos meios pelos quais o conhecimento de um lugar enquanto realidade social pode contribuir para o exercício de projeto surge como uma síntese dos capítulos anteriores, como consequência da questão de investigação lançada. Remetendo a pesquisa para o contexto que motivou a Dissertação, conclui-se que o uso das metodologias e processos estudados pode ser um



meio de aproximar os alunos das necessidades e contextos dos utilizadores dos espaços.

Desta forma, a nossa proposta permitiu-nos sugerir meios para a materialização das intenções de responsabilidade social dos anos de 1960 e dos debates mais recentes da Escola de Coimbra no ensino contemporâneo da arquitetura, tais como a aplicação de algumas metodologias apresentadas. Pelo trabalho desenvolvido nesta Dissertação, considera-se que esta preocupação com a ação social da arquitetura pode refletir-se hoje no empreendimento de metodologias qualitativas de aproximação ao território, no contacto da disciplina de projeto com disciplinas das ciências sociais e humanas, ou no envolvimento de diferentes agentes sociais nos processos de reconhecimento do lugar ou na elaboração de propostas de intervenção. Propõe-se, deste modo, que o conhecimento da realidade social em âmbito académico seja feito em projeto e *pelo projeto*, considerando que uma construção metodológica para relação com o lugar se torna pertinente em arquitetura através desta disciplina.

Conclui-se que o conhecimento de um lugar enquanto realidade social através da comunicação e contacto com os diferentes agentes sociais dos lugares pode potenciar o desenvolvimento de projetos de arquitetura mais atentos à identidade particular dos espaços e às necessidades dos seus utilizadores, individualmente e em comunidade. Nas Escolas de arquitetura, o desenvolvimento de uma sensibilidade quanto às questões relacionadas com as vivências humanas pode ser trabalhado em experiências pedagógicas de aproximação aos espaços semelhantes às que se realizaram no trabalho de campo empreendido nesta dissertação, equacionando as características dos contextos específicos em estudo.

Através dos meios desenvolvidos para aplicação do conhecimento da realidade social de um lugar no ensino de projeto, entende-se que é possível responder à questão de investigação não de modo conclusivo, mas sim reflexivo. O propósito da arquitetura é o de servir o seu utilizador, algo que se concretiza na relação dos espaços com os sujeitos e comunidades que os habitam. Considerar a identidade plural e única de cada lugar no ensino de arquitetura pode permitir aos futuros arquitetos integrar em projeto a procura de um impacto positivo nas vidas dos utilizadores dos espaços.

Compreende-se, com a investigação realizada para esta Dissertação, que a caracterização dos espaços considerada nas Escolas de arquitetura e na pedagogia do exercício projetual não pode ser apenas física. A dimensão imaterial dos lugares composta por narrativas e relações sociais, significados, práticas, legado, história e cultura está enraizada subjetivamente nos espaços e na arquitetura. Conclui-se que a caracterização de um lugar em arquitetura engloba também estas matrizes, pelo que uma estratégia pedagógica que abranja o seu conhecimento no âmbito do ensino de projeto pode potenciar a adequação de propostas de intervenção às necessidades dos seus utilizadores e às particularidades do contexto no qual se pretende intervir.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrantes, P., Henriques, S., Pereira, I. & Veloso, L. (2014). *O lugar do outro na investigação sociológica: novas propostas metodológicas* (Working Paper). CIES-IUL. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9870> Acedido a 18.03.2017.

Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & de Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Alexander, V. D. (2013). Views of the neighbourhood: A photo-elicitation study of the built environment. *Sociological Research Online*, 18(1). Disponível em <http://epubs.surrey.ac.uk/787079/1/Views%20of%20the%20Neighbourhood%20SRO%20Final%20Typescript.pdf> Acedido a 18.03.2017.

Almeida, C. de. (1966). *A cidade e o homem*. Coimbra: Tip. Progresso.

Almeida, C. de. (1974a). *A urbanização fascista e os trabalhadores*. Coimbra: Atlântida.

Almeida, C. de. (1974b). *Nos cárceres do fascismo: notas, escritos, reflexões*. Coimbra: Atlântida.

Almeida, C. de. (1978). *Portugal: arquitectura e sociedade*. Lisboa: Terra Livre.

Andresen, J. (1962). *Para uma cidade mais humana*. Porto: Imprensa Social.

Antunes, A., Azevedo, A., Menéres, A., Freitas de Pinto, A., Araújo, A., Martins, A., ... Malato, J. (1988) *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses. Edição original de 1961.

Askland, H. H., Awad, R., Chambers, J. & Chapman, M. (2014). Anthropological quests in architecture: pursuing the human subject. *Archnet-IJAR* 8 (3), 284-295. Disponível em [http://novaprd-lb.newcastle.edu.au:8080/vital/access/manager/Repository/uon:18456;jsessionid=81D70D33AB265E5B3B029769D22D461B?f1=sm\\_creator%3A%22Chambers%2C+Justine%22&f0=sm\\_subject%3A%22anthropology%22](http://novaprd-lb.newcastle.edu.au:8080/vital/access/manager/Repository/uon:18456;jsessionid=81D70D33AB265E5B3B029769D22D461B?f1=sm_creator%3A%22Chambers%2C+Justine%22&f0=sm_subject%3A%22anthropology%22) Acedido a 18.03.2017.

Augusto, S. A. F. (2016). *Perspetivas sobre a representação fotográfica da arquitetura e dos lugares* (Relatório para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação Audiovisual, Especialização em Fotografia e Cinema Documental). Porto: Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo. Disponível em <http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/8692> Acedido a 18.03.2017.

Baía, J. (2008). Bairro da Relvinha (1974-1976): *De Barracas a Condições Condignas*. Apresentado no VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/326.pdf> Acedido a 29.03.2017.



Baía, J. (2011). Memórias dos moradores do Bairro da Relvinha em Coimbra: da resistência quotidiana à auto-construção no âmbito do SAAL. Em B. Monteiro (Org.). *História social do Porto: sociedade, política e cultura no estado novo* (pp. 101-122). Porto: Deriva.

Baía, J. (2012a). Bairro da Relvinha: memórias de resistência. *Ler História*, (63), 179–197. Disponível em <http://lerhistoria.revues.org/410> Acedido a 29.03.2017.

Baía, J. (2012b). *SAAL e Autoconstrução em Coimbra: memórias dos moradores do Bairro da Relvinha 1954-1976*. Castro Verde: 100 Luz.

Baía, J. (2016). Kaleidoscopic memories of ‘mutual learning’ process on SAAL operation of Relvinha neighbourhood. Em J. A. Bandeirinha, G. C. Moniz, D. Sardo (Eds.). *74-14 SAAL and Achitecture (Proceedings International Colloquium 74-14 SAAL and Architecture Symposium SAAL: Retrospective)* (pp. 177-184). Coimbra / Porto: EDARQ – Editorial do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Fundação de Serralves.

Bandeirinha, J. A. (2007). *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Bandeirinha, J. A. (2010, fevereiro). Carlos (António José Baptista) de Almeida. *Arquitectos*, XVII (205), 2.

Bandeirinha, J. A. (2014). SAAL 1974-2014: por uma arquitectura. Em J. A. Bandeirinha & M. Burmester (Orgs.). *O Processo SAAL: arquitectura e participação 1974-1976: catálogo da exposição* (pp. 43-64). Porto: Fundação de Serralves.

Bandeirinha, J. A. & Figueira, J. (Eds.) (2000). *10 anos de Arquitectura no Colégio das Artes, Em cima do joelho*, 2.

Bandeirinha, J. A., Moniz, G. C. & Sardo, D. (Eds.) (2006). *74-14 SAAL and Achitecture (Proceedings International Colloquium 74-14 SAAL and Architecture Symposium SAAL: Retrospective)* Coimbra / Porto: EDARQ – Editorial do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Fundação de Serralves.

Bandeirinha, R. M. (2013). *O limiar do claustro: origens e práticas do Departamento de Arquitectura de Coimbra* (Dissertação de Mestrado). Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/24416> Acedido a 11.04.2017.

Berg, B. L. (1998). *Qualitative research methods for the social sciences*. Boston, MA: Allyn and Bacon.

Brinkmann, S. (2013). *Qualitative interviewing*. Nova York: Oxford University Press.

Bryman, A. (2008). *Social research methods*. Oxford: Oxford University Press.



Büchler, D. & A.G.G. Lima (2008) *Drawing about images: textual and non-textual interpretation*. Working Papers in Art and Design, 5. Disponível em [https://www.herts.ac.uk/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0017/12419/WPIAAD\\_vol5\\_buchler\\_godinho.pdf](https://www.herts.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0017/12419/WPIAAD_vol5_buchler_godinho.pdf) Acedido a 18.03.2017.

Burgess. (2001). *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta.

Byrne, G. (1997) [intervenção numa das sessões dos Encontros de Tomar]. Em J. Figueira (Ed.). (1997). *Encontros de Tomar: I Encontro sobre o Ensino da Arquitectura na Universidade de Coimbra*. Coimbra: EDARQ – Editorial do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra.

Byrne, G. (2014). SAAL Architectos, que futuro?, 1976. Em J. A. Bandeirinha & M. Burmester (Orgs.). *O Processo SAAL: arquitectura e participação 1974-1976: catálogo da exposição* (pp. 257-268). Porto: Fundação de Serralves.

Cabrita, T., Caitana, B., Galego, A., Margarida, A. Paião, A., Ramos, C. (2016). Economy serving as a solution in the design of the city: a project throughout the neighbourhoods of Ingote, Relvinha and Conchada, Coimbra. Em J. A. Bandeirinha, G. C. Moniz, D. Sardo (Eds.). *74-14 SAAL and Architecture (Proceedings International Colloquium 74-14 SAAL and Architecture Symposium SAAL: Retrospective)* (pp. 225-236) Coimbra / Porto: EDARQ – Editorial do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Fundação de Serralves.

Canário, R. (2014). Movimentos de Moradores e a educação popular na revolução portuguesa de 1974. *Trabalho Necessário*, 12(18), 198–213.

Carvalho, M. M. R. R. de. (2012). *Investigação em arquitectura: o contributo de Nuno Portas no LNEC: 1963-1974* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra.

Cidade, D. M. (2002). *A cidade revelada: a fotografia como prática de assimilação da arquitectura* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3284> Acedido a 18.03.2017.

Coelho, C. (2013). Space use as an input to the design process. *Ensinar Pelo Projecto / Teaching Through Design, Joelho*, 4, 47-50.

Coelho, M. (1993, Março). SAAL 1974-1976: algumas notas de uma experiência de gestão urbanística integrada e participada. *Jornal dos Architectos* 121, 32–37.

Coelho, M. B. (1986). Um processo organizativo de moradores (SAAL/Norte - 1974/76). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (18/19/20), 645–671.

Correia, N. (2000). ReTomar os Encontros. *10 anos de Arquitectura no Colégio das Artes, Em cima do joelho*, 2, 82-85.



Correia, A. de B. (2003). Teatro fora dos teatros. Arte dramática na prisão, no jardim e no bairro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (67), 55-73. Disponível em <https://rccs.revues.org/1113> Acedido a 29.03.2017.

Costa, A. A. (1982). *Dissertação para a obtenção do título de Professor Agregado, pela Escola Superior de Belas Artes do Porto*. Porto: Escola Superior de Belas-Artes.

Costa, A. A. (2006) Learning from Coimbra: oito pontos estruturais para a construção de uma didáctica ativa. *Identidade. NU*, 26, 24-25.

Costa, A. A. (2007). *Textos datados*. Coimbra: EDARQ – Editorial do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra.

Costa, A. A. (2014). Anotações para sete imagens. Em J. A. Bandeirinha & M. Burmester (Orgs.). *O Processo SAAL: arquitetura e participação 1974-1976: catálogo da exposição* (pp. 77-87). Porto: Fundação de Serralves.

Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

Dias, F. de S. (1987). Para um ensino universitário. *Jornal dos Arquitectos*, 55, 7.

Dias, T. L. (2016). A precedent of SAAL: the National Laboratory for Civil Engineering's housing research program in the 1960s. Em J. A. Bandeirinha, G. C. Moniz, D. Sardo (Eds.). *74-14 SAAL and Architecture (Proceedings International Colloquium 74-14 SAAL and Architecture Symposium SAAL: Retrospective)* (pp. 85-92) Coimbra / Porto: EDARQ – Editorial do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Fundação de Serralves.

Do, E. Y. & Gross, M. D. (1996). Drawing as a means to design reasoning. *Artificial Intelligence in Design (AID) '96 Workshop on Visual Representation, Reasoning and Interaction in Design*. Disponível em <https://depts.washington.edu/dmgftp/publications/pdfs/aid96-mdg.pdf> Acedido a 18.03.2017.

Emerson, R. M., Fretz, R. I. & Shaw, L. L. (1995). *Writing Ethnographic Fieldnotes*. Chicago: University of Chicago Press.

Faria, A. C. C. S. (1996). *Carlos de Almeida: arquitecto* (Prova Final de Licenciatura). Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Ferreira, R. H. (2014). SAAL Arquitectos, que futuro?, 1976. Em J. A. Bandeirinha & M. Burmester (Orgs.). *O Processo SAAL: arquitetura e participação 1974-1976: catálogo da exposição* (pp. 257-268). Porto: Fundação de Serralves.

Figueira, J. (Ed.). (1997). *Encontros de Tomar: I Encontro sobre o Ensino da Arquitectura na Universidade de Coimbra*. Coimbra: EDARQ – Editorial do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra.



Figueira, J. (2002). *Escola do Porto: um mapa crítico*. Coimbra: EDARQ – Editorial do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra.

Figueiredo, R. M. G. de. (2012, Julho 18). *Espaço invisível - fotografia da (não) arquitetura* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro, Aveiro. Disponível em <http://ria.ua.pt/handle/10773/10661> Acedido a 18.03.2017.

Filgueiras, O. L. (1985). *Da função social do arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. Porto: Escola Superior de Belas-Artes. Edição original de 1962.

Fino, C. M. N. (2003). FAQs, etnografia e observação participante. *Revista Europeia de Etnografia da Educação*, 3, 95–105. Disponível em <http://digituma.uma.pt/handle/10400.13/498>. Acedido a 18.03.2017.

George, F. (1964). *Considerações sobre o ensino da arquitectura*. Lisboa: Oficina Gráfica da Editorial Minerva.

Gomes, P. V. (2000). Entre Coimbra e o mundo. *10 anos de Arquitectura no Colégio das Artes, Em cima do Joelho*, 2, 46-51.

Gonçalves, J. F. (2013). 2.2. Teaching through the project design. *Ensinar Pelo Projecto / Teaching Through Design, Joelho*, 4, 94-95.

Gregotti, V. (2014). Um testemunho. Em J. A. Bandeirinha & M. Burmester (Orgs.). *O Processo SAAL: arquitectura e participação 1974-1976: catálogo da exposição* (pp. 89-93). Porto: Fundação de Serralves.

Harper, D. (2002). Talking about pictures: A case for photo elicitation. *Visual Studies*, 17(1), 13–26. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.468.1304&rep=rep1&type=pdf> Acedido a 18.03.2017.

Holliday, A. (2005). *Doing and writing qualitative research*. Londres: Sage Publications.

Holston (2011). [intervenção na Sessão I do Colóquio]. Em P. Providência, S. Xavier & L. Quintais (Eds.). *Intersecções: Antropologia e Arquitectura, Joelho*, 2, 86-121.

Hou, J. (2005). *Speaking Images: a Case Study of Photovoice Application in Community Design*. Apresentado na Visualizing Change: Association of Community Design Conference, New York. Disponível em [https://www.academia.edu/7137935/Speaking\\_Images\\_a\\_Case\\_Study\\_of\\_Photovoice\\_Application\\_in\\_Community\\_Design](https://www.academia.edu/7137935/Speaking_Images_a_Case_Study_of_Photovoice_Application_in_Community_Design) Acedido a 18.03.2017.

Jacobs, J. (2003). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes. Edição original de 1961.



Jewitt, C. (2012). *An Introduction to Using Video for Research* (Working Paper). NCRM. Consultado em <http://eprints.ncrm.ac.uk/2259/> Acedido a 18.03.2017.

João. (2013, março 1). *Festa da Pintura do Mural no bairro da Relvinha* [ficheiro de vídeo]. Disponível em <https://vimeo.com/60835979> Acedido a 29.03.2017.

Kaplan, I., Taneli, Y. & Tok, S. Y. (2010). Photography in architectural education: A tool for assessing social aspects of the built environment. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 2(2), 2583–2588. Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042810004179> Acedido a 18.03.2017.

Laseau, P. (2001). *Graphic Thinking for Architects and Designers*. Nova York: John Wiley & Sons.

Lebre, R. A. (2016). Difference and distinction in SAAL: a challenge to the politics of architecture. Em J. A. Bandeirinha, G. C. Moniz, D. Sardo (Eds.). *74-14 SAAL and Architecture (Proceedings International Colloquium 74-14 SAAL and Architecture Symposium SAAL: Retrospective)* (pp. 157-162). Coimbra / Porto: EDARQ – Editorial do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Fundação de Serralves.

Lima, Ana Gabriela Godinho, Michael Biggs & Daniela Büchler, (2010) *The Value of Architectural Sketches*, Working Papers on Design, 4. Disponível em [https://www.herts.ac.uk/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0008/12410/WPD\\_vol4\\_lima\\_biggs\\_buchler.pdf](https://www.herts.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0008/12410/WPD_vol4_lima_biggs_buchler.pdf) Acedido a 18.03.2017.

Mack, N., Woodsong, C., MacQueen, K., Guest, G. & Namey, E. (2005). *Qualitative Research Methods: A Data Collector's Field Guide*. North Carolina: Family Health International.

Marconi, F. (1976). Portugal: Operação SAAL. *Casabella*, (419).

Massironi, M. & Brito, C. de. (1989). *Ver pelo desenho: aspectos técnicos, cognitivos, comunicativos*. Lisboa: Edições 70.

Moniz, G. C. (2000). Construir uma escola – comentário à primeira sessão dos Encontros de Tomar IV. *10 anos de Arquitectura no Colégio das Artes, Em cima do joelho*, 2, 76-81.

Moniz, G. C. (2010). A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (91), 56–76.

Moniz, G. C. (2011, julho). *O ensino moderno da arquitectura : a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)* (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/18438> Acedido a 06.04.2017.



Moniz, G. C. (2012). *A Reforma de 57: Em Direcção a um Ensino Universitário da Arquitectura*. Em M. J. Mogarro & M. T. S. Cunha (Orgs.). *Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. IX Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação* (pp. 155-167). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Moniz, G. C. (2013). 4.2. A relação entre projeto e as outras disciplinas curriculares. *Ensinar Pelo Projecto / Teaching Through Design, Joelho, 4*, 174-175.

Moniz, G. C. (2013, outubro). A Escola de Coimbra e o legado do Porto e de Lisboa: investigar pelo Projecto. *Boletim Arquitectos: Ensino/Formação, XXI* (232), 9-11.

Moniz, G. C. & Mota, N. (2015) De Alberti aos CIAM: em direcção a uma abordagem humanista do ensino da arquitetura e do habitat. Em M. Krüger (Ed.). *Na génese das racionalidades modernas em torno de Alberti e do Humanismo* (pp. 371-387). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Moniz, G. C. & Providência, P. (Coords.) (2013). *Ensinar Pelo Projecto / Teaching Through Design, Joelho, 4*.

Monteiro, A. M. G. & Pina, S. G. (2013). A diversidade de realidades e o projeto coletivo no ensino de arquitetura e urbanismo. *Ensinar Pelo Projecto / Teaching Through Design, Joelho, 4*, 91-93.

Moreira, F. (2016). *Training in the conservation of modern architecture: a latin american experience*. Apresentado na Fourteenth International Docomomo Conference, Adaptive Reuse - The Modern Movement Towards the Future, Lisboa: Docomomo International.

Morgan, D. L. (1988). *Focus groups as qualitative research*. Newbury Park: Sage Publications.

Nascimento, F. L. (2011). *A Relevância do Estudo Sociológico do Lugar para o Desenvolvimento Projectual em Arquitectura* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Porto. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/82570> Acedido a 18.03.2017.

Neto, S. (2005). «Casas sim! Barracas não!»: o problema da habitação: um ensaio crítico (Prova Final de Licenciatura). Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Novak, D. (2010). Democratizing Qualitative Research: Photovoice and the Study of Human Communication. *Communication Methods and Measures, 4*, 291-310.

Oliveira, J. M. A. de. (2003). *O SAAL e o movimento de moradores em Coimbra* (Prova Final de Licenciatura). Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, Coimbra.



Oliveira, P. de & Marconi, F. (1977) *Política e Progetto. Un'esperienza di base in Portogallo*. Milão: Feltrinelli.

Palibroda, B., Krieg, B., Murdock, L. & Havelock, J. (2009). *A practical guide to PhotoVoice: sharing pictures, telling stories and changing communities*. Winnipeg, MB: Prairie Women's Health Network. Disponível em <http://www.cwhn.ca/en/node/43952> Acedido a 18.03.2017.

Pavlidis, E., Cranz, G. (2012). Ethnographic Methods in Support of Architectural Practice. Em S. Mallory-Hill, W. F. E. Preiser & C. G. Watson (2012). *Enhancing Building Performance* (pp. 299-313). Nova Jersey: Wiley-Blackwell.

Pereira, G. M. (2014). SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário. *História. Revista da FLUP Porto*, 4, 13–31.

Pereira, M. (2010). *Génese, evolução e tipologia da habitação social no concelho de Coimbra* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Lisboa.

Piano, R. (1997). [entrevista por E. Robbins] em E. Robbins (1997). *Why architects draw* (pp. 125-150). Cambridge (Mass.): MIT Press.

Pink, S. & Morgan, J. (2013). Short-Term Ethnography: Intense Routes to Knowing. *Symbolic Interaction*, 36(3), 351–361. Disponível em [https://www.academia.edu/8128766/Pink\\_S.\\_and\\_J.\\_Morgan\\_2013\\_Short\\_term\\_ethnography\\_intense\\_routes\\_to\\_knowing\\_Symbolic\\_Interaction\\_36\\_3\\_351-361](https://www.academia.edu/8128766/Pink_S._and_J._Morgan_2013_Short_term_ethnography_intense_routes_to_knowing_Symbolic_Interaction_36_3_351-361). Acedido a 18.03.2017.

Pio, F. A. (2013). Para uma melhor arquitetura. *Boletim Arquitectos: Ensino/Formação*, XXI(232), 21-22.

Pires, E. C. (2014). Artes n(d)o quotidiano: uma antropóloga entre estudantes de arquitectura. *Investigação e(m) Arte: Perspectivas - I Encontro/Debate*, 83–87. Disponível em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/13762> Acedido a 18.03.2017.

Portas, N. (1965, outubro). As ciências humanas na renovação da formação do arquitecto. *Análise Social*, 3(12), 517–525.

Portas, N. (1986). O Processo SAAL: entre o Estado e o poder local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (18/19/20), 635–644.

Portas, N. (2007). *A cidade como arquitectura: apontamentos de método e crítica*. Lisboa: Livros Horizonte. Edição original de 1969.

Portas, N. (2008). *A arquitectura para hoje; seguido de Evolução da arquitectura moderna em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte. Edição original de 1964.

Portas, N. (2014). SAAL Arquitectos, que futuro?, 1976 Em J. A. Bandeirinha & M. Burmester (Orgs.). *O Processo SAAL: arquitectura e participação 1974-1976: catálogo da exposição* (pp. 257-268). Porto: Fundação de Serralves.



Portas, N. (2016). Notes on a self-managed housing service. Em J. A. Bandeirinha, G. C. Moniz, D. Sardo (Eds.). *74-14 SAAL and Achitecture (Proceedings International Colloquium 74-14 SAAL and Architecture Symposium SAAL: Retrospective)* (pp. 13-18) Coimbra / Porto: EDARQ – Editorial do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Fundação de Serralves.

Providência, P., Quintais, L. & Xavier, S. (Coords.) (2011). *Intersecções: Antropologia e Arquitectura, Joelho, 2*.

Rebelo, J (Coord.) (2006). *Evolução do espaço físico de Coimbra: exposição*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

Rice, S. & Purcell, T. (2004). *The importance of early design sketches in architectural education*. Apresentado em The 38th International Conference of Architectural Science Association «Contexts of Architecture», Launceston, Tansmania: Faculty of Architecture, University of Sydney, Sydney, Australia. Disponível em [http://anzasca.net/wp-content/uploads/2014/08/ANZAScA2004\\_Rice.pdf](http://anzasca.net/wp-content/uploads/2014/08/ANZAScA2004_Rice.pdf) Acedido a 18.03.2017.

Rodrigues, A. L. M. M. (2003). *Desenho: ordem do pensamento arquitectónico*. Lisboa: Quimera.

Rosmaninho, N. (2006). Coimbra no Estado Novo. Em J. Rebelo (Coord.). *Evolução do espaço físico de Coimbra: exposição* (pp. 65-91). Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

Santos, L. dos. (1982). *Planos de urbanização para a cidade de Coimbra*. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.

Sardo, D. (2014). Espaços reais: o processo de uma utopia pragmática. Em J. A. Bandeirinha & M. Burmester (Orgs.). *O Processo SAAL: arquitectura e participação 1974-1976: catálogo da exposição* (pp. 27-42). Porto: Fundação de Serralves.

Schwartz, D. (1989). Visual ethnography: Using photography in qualitative research. *Qualitative Sociology*, 12(2), 119–154. Disponível em [http://sweb.cityu.edu.hk/sm6324/Schwartz\\_VisualEthno\\_using-photography.pdf](http://sweb.cityu.edu.hk/sm6324/Schwartz_VisualEthno_using-photography.pdf) Acedido a 18.03.2017.

Seabra, N. M. (2013). A reflexividade da ‘realidade’: itinerários para uma aprendizagem pelo projeto. *Ensinar Pelo Projecto / Teaching Through Design, Joelho, 4*, 56-59.

Silva, A. S., Pinto, J. M. & Costa, A. F. da (Eds.). (2014). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento.

Silverman, D. (2000). *Doing qualitative research*. Los Angeles: Sage Publications.

Smith, R. C. (2015). Design Anthropology in Participatory Design. *Interaction Design and Architecture(s) Journal*, (26), 73–80. Disponível em [http://www.mifav.uniroma2.it/inevent/events/idea2010/doc/26\\_P\\_FS.pdf](http://www.mifav.uniroma2.it/inevent/events/idea2010/doc/26_P_FS.pdf) Acedido a 18.03.2017.



- Spradley, J. (1980). *Participant Observation*. Fort Worth: Holt, Rinehart and Winston.
- Távora, F. (2008). *Da organização do espaço*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade. Edição original de 1962.
- Tostões, A. (Coord.) (2004) *Arquitectura e Cidadania – Atelier Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Quimera Editores.
- Van Auken, P. M., Frisvoll, S. J. & Stewart, S. I. (2010). Visualizing community: using participant-driven photo-elicitation for research and application. *Local Environment*, 15(4), 373–388. Disponível em [https://www.nrs.fs.fed.us/pubs/jrnl/2010/nrs\\_2010\\_vanauken\\_001.pdf](https://www.nrs.fs.fed.us/pubs/jrnl/2010/nrs_2010_vanauken_001.pdf) Acedido a 18.03.2017.
- Veloso, L. (2005). Identidade e prática: os desafios de um não objecto de estudo? *Jornal dos Arquitectos*, 220-221, 85–87.
- Vicente, M. (2014). SAAL Arquitectos, que futuro?, 1976. Em J. A. Bandeirinha & M. Burmester (Orgs.). *O Processo SAAL: arquitectura e participação 1974-1976: catálogo da exposição* (pp. 257-268). Porto: Fundação de Serralves.
- Wang, C., & Burris, M. A. (1997). Photovoice: Concept, Methodology, and Use for Participatory Needs Assessment. *Health Education & Behavior*, 24(3), 369–387. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/109019819702400309> Acedido a 18.03.2017.
- Warren, C. (2002). Qualitative interviewing. Em J. F. Gubrium & J. A. Holstein (Eds). *Handbook of interview research: Context and methods* (pp. 83-102). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Wezemael, J. E. V. (2012). Drawing as a qualitative research tool: an approach to field work from a social complexity perspective. *Traycey Journal «Drawing Knowledge»*. Disponível em [https://www.academia.edu/1851485/DRAWING\\_AS\\_A\\_QUALITATIVE\\_RESEARCH\\_TOOL\\_AN\\_APPROACH\\_TO\\_FIELD\\_WORK\\_FROM\\_A\\_SOCIAL\\_COMPLEXITY\\_PERSPECTIVE](https://www.academia.edu/1851485/DRAWING_AS_A_QUALITATIVE_RESEARCH_TOOL_AN_APPROACH_TO_FIELD_WORK_FROM_A_SOCIAL_COMPLEXITY_PERSPECTIVE) Acedido a 18.03.2017.
- Yaneva, A. (2012) *Mapping controversies in Architecture*. Farnham: Ashgate Publishing Limited.



## LISTAGEM DE ENTREVISTAS FORMAIS REALIZADAS E TRANSCRITAS EM ANEXO

Fonseca, J. V. da (2017). [Entrevista realizada a 7 de abril de 2017 a Jorge Vilas da Fonseca, presidente da Cooperativa Semearrelvinhas]. Entrevista realizada por Maria Catré no âmbito desta Dissertação de Mestrado a 7 de abril de 2017. Disponível em anexo.

Fernandes, J. (2017). [Entrevista realizada a 7 de abril de 2017 a João Fernandes, membro da Cooperativa Semearrelvinhas]. Entrevista realizada por Maria Catré no âmbito desta Dissertação de Mestrado a 7 de abril de 2017. Disponível em anexo.

Faria, O. & Santos, A. (2017). [Entrevista realizada a 7 de abril de 2017 a Odete Faria e Albertina Santos, membros da Cooperativa Semearrelvinhas]. Entrevista realizada por Maria Catré no âmbito desta Dissertação de Mestrado a 7 de abril de 2017. Disponível em anexo.

Barra, I. (2017). [Entrevista realizada a 12 de abril de 2017 a Ivone Barra, membro da Cooperativa Semearrelvinhas]. Entrevista realizada por Maria Catré no âmbito desta Dissertação de Mestrado a 7 de abril de 2017. Disponível em anexo.



## REFERÊNCIAS E CRÉDITOS DAS IMAGENS

1. Capa do livro *Da Organização do Espaço*, de Fernando Távora (2008). Fonte: Távora, 2008, capa.
2. Capa do livro *Para uma cidade mais humana*, de João Andresen (1962) Fonte: Andresen, 1962, capa.
3. Capa do livro *Da função social do arquitecto*, de Octávio Lixa Filgueiras (1985) Fonte: Filgueiras, 1985, capa.
4. Exemplo do mapeamento tipológico documentado em *Arquitectura Popular em Portugal* (1988), resultado dos inquéritos realizados por arquitetos como Octávio Lixa Filgueiras. Fonte: Antunes, A. et al., 1988, Vol. 1, pp. 118-119.
5. Artigo de Octávio Lixa Filgueiras sobre os Inquéritos Urbanos publicado na revista *Urbanização* a 1 de março de 1970. Fonte: Moniz, 2011, p. 487.
6. Projetos da disciplina de Arquitectura Analítica 2 para a Operação Matosinhos, sob orientação de Octávio Lixa Filgueiras. Fonte: Moniz, 2011, p. 486.
7. Artigo sobre as experiências pedagógicas na ESBAP publicado no jornal *O Primeiro de Janeiro* a 9 de julho de 1970. Fonte: Moniz, 2011, p. 537.
8. Artigos de Nuno Portas na revista *Arquitectura* em 1957 e em 1963, respetivamente. Fonte: *Arquitectura* 64, 1959, 32; *Arquitectura* 77, 1963, 16.
9. Capa do livro *A arquitectura para hoje*, de Nuno Portas (2008). Fonte: Portas, 2008, capa.
10. Capa de um relatório elaborado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, intitulado “Inquérito piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação”. Fonte: Carvalho, 2012, p. 78.
11. Estudos de Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira para a Casa Dr. Barata dos Santos (1963) em Vila Viçosa. Fonte: Tostões, 2004, p. 182.
12. Plano de Pormenor da Urbanização do Restelo (1985), por Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira e Gonçalo Ribeiro Telles. Fonte: Tostões, 2004, p. 216.
13. Capa do livro *A cidade como arquitectura*, de Nuno Portas (2007). Fonte: Portas, 2007, capa.
14. Artigo sobre as experiências pedagógicas na ESBAL publicado no *Jornal de Notícias* a 6 de janeiro de 1971. Fonte: Moniz, 2011, p. 538.
15. Fernando Távora, professor que marcou a identidade e o legado da Escola de Coimbra. Fonte: <https://fims.up.pt/index.php?cat=6> Acedido a 29.05.2017.
16. Fernando Távora no primeiro Encontro de Tomar, em 1995. Fonte: Figueira, 1997, p. 8.
17. Capa do livro *Encontros de Tomar* (1997), no qual se encontram documentadas as sessões do primeiro encontro sobre o ensino da arquitetura na Universidade de Coimbra. Fonte: Figueira, 1997, capa.
18. Fotografia de uma das sessões dos Encontros de Tomar IV. Fonte: Bandeirinha & Figueira, 2000, 76.



19. Artigo de Alexandre Alves Costa sobre a estratégia pedagógica da Escola de Coimbra publicado na revista *NU: Identidade* em 2006, intitulado “Learning from Coimbra: oito pontos estruturais para a construção de uma didáctica activa”. Fonte: Costa, 2006, 24-25.
20. Capa da revista *Joelho 2* (2011), na qual se encontra documentado o Colóquio Internacional Intersecções: Antropologia e Arquitectura. Fonte: Providência, Quintais & Xavier, 2011, capa.
21. Capa da revista *Joelho 4* (2013), na qual se encontra documentado o Colóquio Internacional Ensinar pelo Projecto. Fonte: Moniz & Providência, 2013, capa.
22. Plano de Embelezamento e Extensão da Cidade de Coimbra, de Étienne De Gröer, 1955. Fonte: Rebelo, 2006, p. 67.
23. Plano Regulador da Cidade de Coimbra, de Antão de Almeida Garrett, 1955. Fonte: Rebelo, 2006, p. 83.
24. Evolução do espaço urbano da cidade de Coimbra desde a Idade Média até ao Plano Diretor Municipal de 1994. Através desta imagem é possível compreender as consequências dos vários planos de urbanização na extensão da cidade, nomeadamente no seu desenvolvimento para norte, no sentido de Eiras, Pedrulha e do Bairro da Relvinha. Fonte: Rebelo, 2006, p. 14.
25. Fotografias de uma manifestação de moradores a 17 de maio de 1975 no Porto, pelo direito a melhores condições de habitabilidade. Imagens de Alexandre Alves Costa. Fonte: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1353> Acedido a 29.05.2017.
26. Cartazes pós-Revolução relativos ao direito à habitação e ao Processo SAAL. Fonte: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1442> Acedido a 29.05.2017.
27. Fotografia de Álvaro Siza numa reunião do Processo SAAL. Fonte: Bandeirinha, Moniz & Sardo, 2016, p. 144
28. Fotografia da colocação de cartazes pelo direito à habitação. Fonte: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1353> Acedido a 29.05.2017.
29. Localização da operação SAAL da Relvinha em relação com a cidade de Coimbra, com indicação dos edifícios do bairro a vermelho. Fonte: Bandeirinha, 2007, p. 399.
30. Planta de implantação da operação SAAL do Bairro da Relvinha. A – Habitações da primeira fase de construção. B – Habitações da segunda fase de construção. Fonte: Bandeirinha, 2007, p. 399.
31. Fotografias das barracas de madeira no Bairro da Relvinha antes da operação SAAL. Fontes: espólio da Cooperativa Semearrelvinhas e espólio pessoal de Jorge Vilas da Fonseca.
32. Plantas e alçados das habitações da primeira fase de construção da operação SAAL no Bairro da Relvinha. Fonte: Bandeirinha, 2007, p. 399.
33. Autocolante desenhado por Francesco Marconi para angariação de fundos para a construção do Bairro da Relvinha. Fonte: espólio da Cooperativa Semearrelvinhas.



34. Fotografias da autoconstrução das habitações unifamiliares no Bairro da Relvinha, processo em que os próprios participaram na construção das suas casas. Fontes: espólio da Cooperativa Semearelvinhas e espólio pessoal de Jorge Vilas da Fonseca.
35. Plantas, corte e alçados das habitações da segunda fase de construção da operação SAAL no Bairro da Relvinha. Fonte: Bandeirinha, 2007, p. 399.
36. Fotografias atuais das habitações da primeira fase de construção. Fonte: fotografias da autora.
37. Fotografias atuais das habitações da segunda fase de construção. Fonte: fotografias da autora.
38. Fotografias da pintura do mural no Bairro da Relvinha em 2010. Fonte: espólio da Cooperativa Semearelvinhas e espólio pessoal de Jorge Vilas da Fonseca.
39. Fotografia atual do mural no Bairro da Relvinha. Fonte: Fotografia da autora.
40. Fotografias exteriores da antiga oficina que dará lugar à nova sede da Cooperativa Semearelvinhas, segundo o projeto do atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro. Fonte: fotografias da autora.
41. Capa do livro *SAAL e Autoconstrução em Coimbra*, de João Baía (2012). Fonte: Baía, 2012, capa.
42. Fotografias do estudo *Arquitetura e Fotografia – Mapeamento Fotográfico: apropriação, percepção, momento*, de Sofia Augusto (2016). Fonte: <http://www.scopionetw.ork.com/node/774#11> Acedido a 31.05.2017.
43. Fotografias feitas pelos participantes do estudo de Victoria Alexander (2013) caracterizando os seus bairros, utilizadas posteriormente em entrevistas verbais. Fonte: Alexander, 2013.
44. Fotografias feitas pelos alunos de Ian Kaplan, Yavuz Taneli e Selay Tok (2010), discutidas e interpretadas em âmbito académico para conhecimento dos espaços. Fonte: Kaplan, Taneli & Tok, 2010, 2586-2587.
45. Desenho de Renzo Piano para o Museu da Ciência em Trento (Itália). Fonte: <https://archiscapes.wordpress.com/2015/04/06/the-art-of-sketches-rpbw/> Acedido a 30.05.2017.
46. Desenho de Renzo Piano para o *Kimbell Art Museum* (Estados Unidos da América). Fonte: <https://archiscapes.wordpress.com/2015/04/06/the-art-of-sketches-rpbw/> Acedido a 30.05.2017.
47. Desenho de Álvaro Siza para o Pavilhão de Portugal da Exposição Mundial de 1998 (Expo'98), em Lisboa. Fonte: <http://www.arquiteturaportuguesa.pt/siza-sketches/> Acedido a 30.05.2017.
48. Desenhos de viagem de Álvaro Siza. Fonte: <http://www.arquiteturaportuguesa.pt/siza-sketches/> Acedido a 30.05.2017.
49. Desenhos elaborados nas visitas ao Bairro da Relvinha para conhecimento do caso de estudo. Fonte: desenhos da autora.
50. Páginas do livro *Graphic thinking for architects and designers*, de Paul Laseau (2001),



ilustrativas das possibilidades de desenvolvimento de pensamento através do desenho, por exemplo, por desenhos de observação, plantas ou esquemas e diagramas. Fonte: Leseau, 2001, 19; Leseau, 2001, 109.

51. Atuação de um grupo musical nas comemorações do 42º aniversário da Cooperativa Semearelvinhas, na futura sede da cooperativa. Fonte: fotografia de Ana Filipa Oliveira, cedida pela autora.
52. Painel de convidados das comemorações do 42º aniversário da Cooperativa Semearelvinhas que partilharam sobre a sua relação com o bairro e perspetivas futuras. Fonte: fotografia de Ana Filipa Oliveira, cedida pela autora.
53. Presidente da Cooperativa, Jorge Vilas da Fonseca, a discursar sobre a identidade e necessidades a comunidade do Bairro da Relvinha. Fonte: fotografia de Ana Filipa Oliveira, cedida pela autora.
54. Bolo de aniversário da Cooperativa Semearelvinhas, com fotografias alusivas à história do Bairro da Relvinha, tais como as barracas de madeira, a construção das habitações do Processo SAAL e o autocolante desenhado por Francesco Marconi para angariação de fundos. Fonte: fotografia de Ana Filipa Oliveira, cedida pela autora.
55. Fotografia exterior da antiga oficina que dará lugar à nova sede da Cooperativa Semearelvinhas, segundo o projeto do atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro. Fonte: fotografia da autora.
56. Área entre os dois blocos habitacionais construídos na segunda fase de construção do SAAL. Fotografia de uma das primeiras visitas ao bairro com os moradores. Fonte: fotografia da autora.
57. Fontanário perto das habitações da primeira fase de construção do SAAL. Fotografia de uma das primeiras visitas ao bairro com os moradores. Fonte: fotografia da autora.
58. Espaço a nascente da futura sede da Cooperativa Semearelvinhas e habitações da primeira fase de construção do SAAL. Fotografia de uma das primeiras visitas ao bairro com os moradores. Fonte: fotografia da autora.
59. Relação entre habitações unifamiliares da primeira fase de construção na mesma rua. Fonte: fotografia da autora.
60. Fachada de um dos blocos de habitação da segunda fase de construção. Fonte: fotografia da autora.
61. As ruas e os espaços públicos do Bairro da Relvinha encontram-se frequentemente desertos. Fonte: fotografia da autora.
62. *Frames* dos vídeos gravados nas visitas ao Bairro da Relvinha. Através da gravação de vídeo foi possível registar a presença e ausência de movimentação nas ruas e o nosso próprio ato de caminhar no conhecimento do lugar. Fonte: imagens da autora.
63. Registo de relações espaciais com recurso a uma planta. Fonte: desenho da autora.



64. Análise de relações espaciais por meio de desenho e escrita. Fonte: desenho da autora.
65. Registo da percepção dos espaços por meio de desenho e escrita. Fonte: desenho da autora.
66. Condições habitacionais no Bairro da Relvinha antes do 25 de abril. Fonte: espólio pessoal de Jorge Vilas da Fonseca.
67. Antigo espaço de convívio da comunidade da Relvinha no tempo das barracas de madeira e da autoconstrução, referido na entrevista em anexo. Fonte: espólio da Cooperativa Semearrelvinhas.
68. Habitações da primeira fase de construção e espaço público nos arredores. Fonte: fotografia da autora.
69. Parque infantil na área das habitações da primeira fase de construção. Fonte: fotografia da autora.
70. Área dos dois blocos de habitação da segunda fase de construção. Fonte: fotografia da autora.
71. Mata e Centro Escolar do Loreto. Fonte: fotografia da autora.
72. Fotografia da antiga fonte com a imagem de Santo António. Fonte: espólio pessoal de Jorge Vilas da Fonseca.
73. Fonte existente atualmente no Bairro da Relvinha. Fonte: fotografia da autora.
74. Atual estado dos percursos da mata do Loreto. Fonte: fotografia da autora.
75. Planta do Bairro da Relvinha apresentada às participantes da entrevista de grupo com indicação do espaço das escadas junto à fonte a cor-de-laranja, da atual sede da Cooperativa Semearrelvinhas a amarelo e da oficina que virá a ser a nova sede da cooperativa a azul, espaços apontados pelas participantes da entrevista de grupo como relevantes para o quotidiano do bairro. Escala 1:2500. Fonte: imagem elaborada pela autora a partir de uma planta do Bairro da Relvinha.
76. Planta do Bairro da Relvinha apresentada às participantes da entrevista de grupo, onde não foram apontadas relações com o bairro. Escala 1:10000. Fonte: imagem elaborada pela autora a partir de uma planta da cidade de Coimbra.
77. Planta do Bairro da Relvinha com indicação da futura sede da Cooperativa Semearrelvinhas a azul, do parque infantil a amarelo e do jardim junto à rua Manuel Almeida e Sousa a cor-de-laranja, áreas indicadas pela participante Ivone Barra como potenciais locais de intervenção em arquitetura. Imagem elaborada a partir da entrevista a Ivone Barra. Escala 1:2500. Fonte: imagem elaborada pela autora a partir de uma planta do Bairro da Relvinha.
78. Planta de implantação do projeto do atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro para o centro social e nova sede da Cooperativa Semearrelvinhas. Fonte: autoria de João Mendes Ribeiro Arquitecto, cedido pelo autor.
79. Planta do projeto do atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro para o centro social e nova sede da Cooperativa Semearrelvinhas. Fonte: autoria de João Mendes Ribeiro Arquitecto, cedido pelo autor.



80. Alçado nordeste do projeto do atelier do arquiteto João Mendes Ribeiro para o centro social e nova sede da Cooperativa Semearrelvinhas. Fonte: autoria de João Mendes Ribeiro Arquitecto, cedido pelo autor.
81. Área das habitações da primeira fase de construção, possível área de intervenção no *workshop* RMB. Fonte: fotografias da autora.
82. Área das habitações da segunda fase de construção, possível área de intervenção no *workshop* RMB. Fonte: fotografias da autora.
83. Mata do Loreto, possível área de intervenção no *workshop* RMB. Fonte: fotografias da autora.
84. Área atrás de um antigo edifício das Energias de Portugal, sugerida pelos participantes das entrevistas como possível área de intervenção futura. Fonte: fotografias da autora.
85. Área de estacionamento debaixo de uma passagem da IC2, sugerida pelos participantes das entrevistas como possível área de intervenção futura. Fonte: fotografias da autora.
86. Área próxima da antiga oficina que irá dar lugar à nova sede da cooperativa, possível área de intervenção no *workshop* RMB. Fonte: fotografias da autora.
87. Fotografias feitas nas visitas ao Bairro da Relvinha para conhecimento do caso de estudo. Fonte: fotografias da autora.
88. *Frames* dos vídeos gravados nas visitas ao Bairro da Relvinha para conhecimento do caso de estudo. Fonte: imagens da autora.
89. Desenhos elaborados nas visitas ao Bairro da Relvinha para conhecimento do caso de estudo. Fonte: desenhos da autora.



## ANEXOS

Entrevista individual a um morador da primeira fase do Processo SAAL com utilização de *photo elicitation*

Entrevista individual a um morador da segunda fase do Processo SAAL com utilização de *photo elicitation*

Entrevista de grupo com utilização de *photo elicitation*

Entrevista individual com utilização de *photo elicitation* a partir de *photovoice*



ENTREVISTA INDIVIDUAL A UM MORADOR DA PRIMEIRA FASE DO PROCESSO SAAL COM UTILIZAÇÃO DE *PHOTO ELICITATION*

Entrevista realizada a 7 de abril de 2017

Jorge Vilas da Fonseca, 76 anos, morador do Bairro da Relvinha desde 1952

*Maria - Boa tarde. O meu nome é Maria Catré e sou aluna de Mestrado Integrado em Arquitetura na Universidade de Coimbra. Na dissertação de Mestrado em que estou a trabalhar, pretendo compreender como é que os alunos de arquitetura podem conhecer o lugar enquanto realidade social enquanto contributo para o projeto. Para isso, estou a participar na vida do bairro e a aplicar metodologias de investigação, como é o caso destas entrevistas, para aferir possíveis conclusões para a minha Dissertação. Relativamente à altura em que se mudou da Rua do Padrão para a Relvinha, que memórias mantém desta mudança e das alterações na sua qualidade de vida e habitação?*

Jorge - É um bocado difícil falar disso, porque para estarmos a falar nisso temos que estar a falar da nossa meninice e isso mexe um bocado connosco. Na Rua do Padrão, que para nós continua a ser a Estação Velha, sair de lá para aqui é como os animais que saem do seu habitat natural e emigram para outro lado. Para nós foi um bocado doloroso, embora as circunstâncias habitacionais que nós tínhamos lá também não fossem boas, talvez fossem piores do que estas. De qualquer das maneiras, foi ali que nós vivemos a nossa meninice, foi ali que nos formámos e aquilo deixa-nos recordações muito indeléveis, de maneira que a transformação que se operou logo a seguir à vinda para aqui foi uma transformação muito drástica. Primeiro, porque nós estávamos muito afeiçoados ao Choupal e ao rio Mondego. Saíamos dali e estávamos logo no rio; fazíamos uma vivência muito “salutária” e toda a gente convivia ali. Ao virmos para aqui as coisas complicaram-se mais um bocado porque tiraram-nos o nosso *ex libris*, que era o Choupal e o rio. Tínhamos que fazer um corrupio todos os fins-de-semana outra vez para ir para o rio, para o Choupal. As mulheres levavam as bacias com roupa à cabeça para lavar, não existia o progresso das máquinas de lavar, portanto foi um bocado difícil a adaptação. Depois de cá estarmos, começamo-nos a adaptar bem e depois a história propriamente dita começa aí no ano sessenta, quando as pessoas começaram a interiorizar as condições degradadas em que vieram cair. Saíram de umas e vieram para outras.

*Maria - Como eram os espaços que frequentava individualmente ou em comunidade na altura das barracas de madeira?*



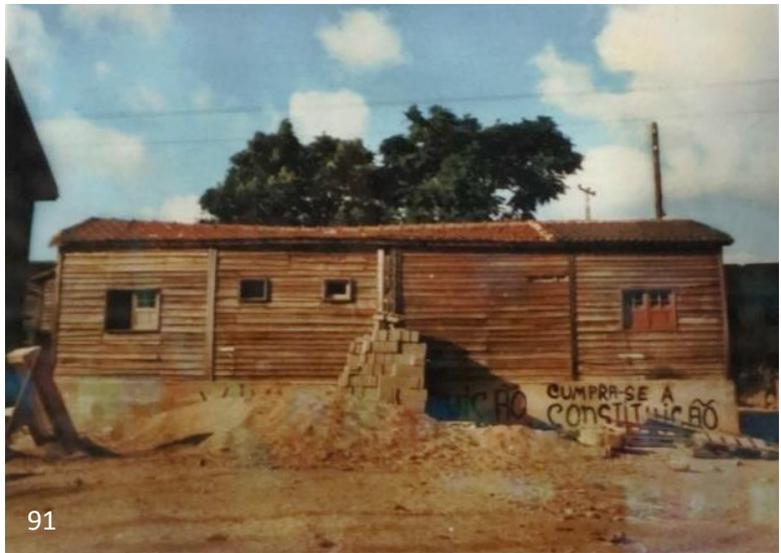
Jorge - Na altura até tínhamos aqui espaços muito aprazíveis. Aqui em baixo onde está esta casa [habitação da primeira fase de construção junto à Rua Manuel de Almeida e Sousa] isto era uma ínsua, com um desnível de seis ou sete metros. Tínhamos um campo de futebol lá em baixo onde nos entretínhamos e íamos para lá jogar, tínhamos a mata do Loreto, onde está agora implantado um polidesportivo... tínhamos aqui muita zona para onde nos podíamos expandir. Foi por aí que nós começámos a organizar-nos, ainda muito crianças, muito jovens. Começámos aí a interiorizar o espírito da revolta que nos trazia a vivência da zona onde estávamos. As barracas começaram-se a degradar e começou a haver um sentimento de revolta muito grande que começou a dar frutos muito antes do 25 de abril. Foi na altura das lutas académicas de 69, quando a academia estava de luto, que foi mais marcante. Foi quando começámos a ter um movimento muito ativo. Conseguimos ir a casa do presidente Araújo Vieira pôr lá sacos de lixo à noite com um grupo de estudantes de geografia à porta dele. Tivemos bastantes ações reivindicativas e outras ocultas. Na altura era muito perigoso por causa da PIDE [Polícia Internacional e de Defesa do Estado] e corríamos sérios riscos. Era quase clandestinidade estarmos a fazer ações desse tipo para o pressionar a resolver o problema das barracas que estavam degradadas. Entrava já frio por todo o lado, as madeiras estavam a apodrecer e tudo isso foi criando nas pessoas um espírito de unidade e de revolta muito grande. Aí começou realmente a nossa luta e a nossa união, forjada precisamente na degradação em que nós vivíamos.

*Maria - Depois do 25 de abril, que mudanças ocorreram nas condições de habitabilidade dos edifícios e espaços públicos do bairro?*

Jorge - Depois do 25 de abril nós não tivemos assim muita dificuldade porque já estávamos devidamente organizados na clandestinidade. O primeiro passo que demos foi junto da Câmara, para exigir com a comissão administrativa que foi eleita na altura para gerir os destinos da Câmara de Coimbra, encabeçada pelo Doutor Rui Braga Carrington, que era um médico e cientista. O primeiro passo que demos foi trazê-lo aqui e à Câmara da altura. Eles quando vieram aqui foram informados e ficaram conscientes do grave problema que a Relvinha tinha. Aqui onde nós estamos agora, este terreno tinha sido dado para fazer uma igreja. Recordo-me que era miúdo e já a minha mãe dava dinheiro para fazer a igreja, veja lá, já lá vão setenta e ... A Câmara no tempo do Engenheiro Araújo Vieira tinha cedido este terreno para a igreja e não foi ingenuamente que cederam esse terreno. Tinha um objetivo que era isolar os moradores e tapar a sua capacidade de luta. Ao construírem aqui a igreja que era um projeto megalómano também, aquilo tapava as barracas todas. Quem passava ali na estrada, que era a única que existia para o Porto, deparava-se aqui com este espetáculo que era, podemos dizer, um bairro de lata. Embora não existisse cá lata, mas era a degradação, podemos chamar-lhe assim, que era aqui e era em todo o país. Uma das coisas que eu propus ao Doutor Carrington foi isso mesmo: “Doutor isto está a acontecer e é assim”, “Pois, mas isso não



pode ser assim”. Mas, antes da Câmara tomar essa posição, fomos a uma emissão nacional e quem estava nisso na altura era o Sansão Coelho. Fomos lá eu, o arquiteto Carlos de Almeida e um moço que agora está para o Brasil e denunciámos esta situação da igreja e outras tantas que inviabilizavam a luta dos moradores da Relvinha. Assim que o Carlos de Almeida falou, começaram a chover telefonemas de empresas amigas do Carlos de Almeida a dizer que davam materiais para a Relvinha. Aquele azulejo que está ali no chão [aponta para o chão da sala ao lado daquela onde decorria a entrevista] foi-nos oferecido. Portanto, houve um grande movimento de solidariedade na altura. O Carrington chamou-nos lá e disse que iam rever a situação da igreja e foi fácil ele dismantelar aquilo tudo. Ele cedeu o direito de superfície do terreno à Cooperativa Semearrelvinhas por tempo indeterminado e com essa cláusula nunca mais ninguém podia mexer naquilo. Depois, assim de ser concedido o direito de superfície, o Carrington disse-nos e é daqui que nasce a nossa entrada para o SAAL: “Há um programa para habitação e eu tenho lá uma filha metida dentro e é melhor vocês integrem-se ali para avançarmos com um programa de casas”. E foi isso que fizemos: fizemos os estatutos e integrámos o programa SAAL. Começaram as reuniões em Lisboa com o Nuno Portas e o Paz Branco. Nomearam um arquiteto, o Francesco Marconi, que era italiano, e ele é que era o chefe aqui da brigada SAAL em Coimbra. Ele fez para aqui um projeto megalómano e eu sou amigo dele, mas nós não quisemos. Era mesmo um projeto “para ricos” e por isso dissemos não e substituíamos pelo Carlos de Almeida. O Carlos de Almeida era um indivíduo mais dinâmico e queria que as coisas andassem para a frente. Assim que ocupámos um espaço da estrada que não era da Câmara, levantou-se um grande problema e eles expropriaram um terreno, o daquela estrada que vai para a EDP. E aí nós começámos logo a construir. O Carlos de Almeida disse: “Não passamos cartão a nada que isto depois vai-se sucedendo, se não nunca mais e perdemos o comboio”. Veio um empreiteiro com o seu pessoal durante duas semanas e puseram uma casa em pé, a primeira. Isto foi evoluindo naturalmente, e rapidamente também, porque a ideia do Carlos de Almeida era de que isto tinha que ser feito porque se previa que a curto prazo isto [o programa SAAL] desse uma reviravolta, como deu. Ele forçava para que tudo andasse o mais rápido possível para depois não sermos apanhados de surpresa. Houve uma onda de solidariedade muito grande e veio para aí muita gente trabalhar: holandeses, alemães, espanhóis, ... essa gente toda e estudantes universitários. Na altura, depois do 25 de abril, também surgiu, a nível universitário, a lei do serviço cívico, portanto os estudantes tinham uma disciplina para prestar serviço cívico a uma zona de Coimbra e muitos vieram aqui. De maneira que a construção foi feita até 1977 e foi rápido porque tínhamos este espaço livre. Depois quando tocou a dismantelar as barracas já era mais complicado, porque tínhamos que construir e dismantelar, construir e dismantelar. Isso levou mais tempo e tínhamos sempre boa colaboração da Câmara. O Doutor Carrington foi realmente um grande impulsionador disto, como a comissão administrativa da Câmara toda. Os moradores também não tiveram dificuldade em integrem-se nisto, porque havia o interesse pessoal de terem



90. 91. 92. Fotografias antigas do tempo das barracas e da autoconstrução no Bairro da Relvinha

casas com condições o mais depressa possível. Eu costumo dizer que as pessoas sentiram aquilo que fizeram. Enveredámos pelo programa de autoconstrução precisamente para que as pessoas sentissem na pele que o que estavam a construir era deles. Isso deu-lhes mais força para a continuidade. Era crianças, era homens, era mulheres... toda a gente trabalhava nas casas, fosse o que fosse. E foi esta a nossa vivência, para não estar a aprofundar muito a história do bairro.

*Maria - Eu trouxe aqui algumas fotografias e gostaria de saber se consegue associar a estas imagens algum sentimento ou memória ligado à vivência dos espaços que aqui vemos?*

Jorge - Eu tenho muita dificuldade em falar disto, costumo normalmente emocionarme muito com esta história. As barracas fazem parte da nossa vida. Foi aqui que crescemos, muitos deles nasceram aqui e hoje já são avós. Estou aqui a olhar para uma fotografia de um rapaz que já morreu que era uma das figuras típicas de Coimbra, que era o Chico Loló [imagem 90]. Esta barraca aqui [imagem 91] que tem ali a dizer “cumpre-se a constituição” foi feita de duas barracas que havia aqui. Desmontámo-las e isto serviu exatamente para as pessoas terem um espaço de convívio. Fizemos umas casas de banho, tínhamos aqui um bar, tínhamos aqui umas salas de reuniões... tínhamos mais que hoje! Aqui que tínhamos luz, fazíamos bailes e ainda deu muito dinheiro. Era aqui o nosso espaço de convívio, para além de outros, quando saíamos e íamos para o rio, por exemplo. Tivemos aqui bons momentos de alegria, ainda as pessoas eram muito ativas e eu era muito jovem. Conseguimos dinamizar isto. Nesta fotografia aqui [imagem 90] ainda estávamos a viver nas barracas, mas andávamos em autoconstrução. Como se pode ver, as ruas estavam todas cheias dos materiais que estão aqui ao lado. Aqui nesta [imagem 92] era o fontanário, na casa onde eu vivia mesmo. Eu às vezes tinha que estar a ouvir as histórias de amores e desamores das mulheres e que lhes doía tudo quando estavam em casa, mas para estar ali horas com o cântaro à cabeça a falar da vida dos outros não doía nada. [risos]

*Maria - Estes eram espaços importantes para a comunidade?*

Jorge - Eram e realmente as pessoas tinham aqui muitas vivências. No São João juntávamo-nos aqui [imagem 92] e fazíamos aqui as fogueiras, as festas e fazíamos aqui as nossas convivências. Durante o tempo, era aqui [imagem 91] que as pessoas se entretinham na conversa, a beber uns copos... Depois tínhamos os tascos ao lado e era isto. Esta barraca foi a última a ir abaixo, quando era para pintar as casas e o Machado disse: “Epá, nós vamos pintar as casas, mas tirem dali o palheiro do Vilas”. Ele dizia que era o meu palheiro. [risos] Tínhamos muitas vivências aqui. As raparigas jogavam ali a cabaçinha e depois quando vinha o carnaval às vezes chamavam-nos ao engano. Recordo-me uma vez de vir uma rapariga a dizer para o meu pai: “Oh Etelvino, venha li ver o cortejo de carnaval!” ... e não era nada, era malta que nos enganou. Às vezes íamos



a casa das pessoas e tirávamos a mobília para fora... e ríamo-nos, tudo era motivo para brincadeira!

*Maria - E os espaços contribuía para essa união das pessoas?*

Jorge - É, sim. As pessoas sociabilizavam muito mais ali, era mais fácil unir as pessoas. Embora as pessoas hoje estejam unidas na mesma, perdeu-se aquele enlace da luta de uma coisa que era sua. Hoje, como já têm tudo em casa, estão mais acomodadas.

*Maria - A respeito das vivências contemporâneas do bairro, hoje em dia, que espaços frequenta no bairro e nas zonas envolventes? E que tipo de atividades pratica nesses espaços? Tal como trabalhar, conversar, conviver, passar tempo ou passear com amigos ou família, ...*

Jorge - Agora já não vou para muito lado porque infelizmente a saúde já não permite, mas até aqui há três ou quatro anos atrás continuava a ir até ao Choupal passear e ia até ao rio. Temos ali a oficina para fazer a nova sede e vou para lá muitas vezes. Também vimos muito aqui para esta sede preparar atividades. Agora estamos envolvidos nas festas dos Santos Populares que já não se faz há uns anos e este grupo de mulheres que veio para a direção está cheio de vontade e dinamismo. Nós só temos que dar o nosso melhor para que isto não morra. Desde que esta rapaziada foi eleita está-se a notar uma alegria maior e uma vivência mais sã e as pessoas estão a pôr de parte umas certas rivalidades que havia às vezes. Também temos ali o campo [polidesportivo do Loreto] e fomos nós os autores para aquilo se fazer. Pressionámos o Carlos de Encarnação e fez-se o polidesportivo. As pessoas também se juntavam ali, tínhamos lá mesas e era uma mata muito aprazível. Íamos para lá jogar às cartas, fazíamos lá uns churrascos, juntávamo-nos ali e pronto.

*Maria - E hoje em dia, que espaços é que a comunidade da Relvinha e os moradores enquanto grupo utilizam para essas atividades sociais ou associativas?*

Jorge - Ainda agora tivemos esta festa [comemoração do 42º aniversário da Cooperativa Semearelvinhas], como sabe, no dia 4, e fizemos jogos com as crianças, solteiros e casados... Agora não fazemos muito mais coisas porque não há condições. Isto foi ali no polidesportivo. Também já aqui tivemos teatro. Por exemplo, o Bandeirinha, quando estava no CITAC [Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra] e era "citaquiano" veio aqui muita vez. Aliás, foi assim que ele ficou ligado à Relvinha. Tivemos aí vários grupos, mas tem sido assim também porque a população envelheceu. Também porque muitos emigraram para a Holanda e há um ou outro que está para a Alemanha. De resto, a população está muito envelhecida.

*Maria - Então as vivências que têm hoje são aqui no núcleo do bairro?*

Jorge - É, são aqui muito centradas agora. Já tivemos aí muitas excursões e vamos começar a fazer outra vez, também para que as pessoas comecem a divertir-se mais e a



93. 94. 95. 96. Primeiro grupo de imagens apresentadas aos participantes: fotografias da área das habitações da primeira fase de construção

juntar-se mais. É como lhe digo, por exemplo, a televisão, que supostamente deveria ser um veículo de cultura, é um veículo de estupidificação. As pessoas metem-se em casa: “Cala-te lá que estou a ver a telenovela!”. Já não há aquele convívio são de quando nós íamos para o Choupal e para o rio: “Tu levas um cabrito e tu uma sardinha e tu vai ali roubar laranjas aos Borges para a malta!”. Com a televisão esses convívios foram morrendo mesmo e as pessoas ficam de volta das telenovelas e já não conseguem dialogar, praticamente. Daí perder-se o convívio que havia, mas também por não termos um espaço ainda capaz. Quando tivermos aquilo ali feito [projeto do arquiteto João Mendes Ribeiro para a nova sede da cooperativa], o convívio já vai ser mais contínuo e as perspectivas de começar a cativar a juventude, que não é muita, para eventos culturais são mais fáceis. Se não tivermos um espaço, não podemos fazer nada. Antigamente fazíamos tudo na rua, mas eram outros tempos. As pessoas agora querem discotecas, querem isto, querem aquilo... Nós tendo ali aquilo [nova sede], podemos fazer bailaricos e já temos feito. Podemos fazer uns bailaricos, trazer cá uns grupos culturais, seja de que género for. Nós queremos ver se começamos a ativar outra vez os grupos culturais, que eles andam a precisar. Antigamente era o TEUC [Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra], o CITAC, ... A ver se conseguimos fazer um protocolo com eles para virem para aqui. Assim que a gente tenha condições, é uma das coisas que a direção e que eu tenho em mente. Temos que começar a preparar pessoas para o futuro, porque se não for assim não há continuidade. Isto não pode morrer com os mais velhos, que os mais novos é que têm que dar continuidade. E isso só é possível se houver estruturas capazes de ajudar a essa continuidade.

*Maria - Relativamente a possíveis mudanças que se possam fazer no futuro, eu trouxe aqui algumas fotografias e gostaria de lhe perguntar se, a partir destas imagens, consegue identificar algumas zonas em que pudesse ser relevante uma mudança ou a realização de um projeto no âmbito da arquitetura? De que tipo de projetos poderia beneficiar a comunidade da Relvinha nestas áreas?*

Jorge - [Relativamente ao primeiro grupo de fotografias] Aqui [imagem 93] é onde está este palco que tem aquela pintura mural. Eu em tempos tive a ideia de se fazer aqui uma vedação, uma coisa engraçada, uma arquitetura que encha o olho. E pôr aqui umas mesas de ping-pong para a malta mais jovem. Eu antigamente gostava muito de jogar ping-pong. Mas simultaneamente devia-se pôr qualquer coisa, não sei, uns arbustos que se entrelaçassem para proteger do sol e ficaria aqui realmente bonito. O parque infantil acho que tem neste momento o mínimo de condições. Aqui onde está o fontanário [imagem 94] era a ideia de pôr aí o fontanário de que o Bandeirinha fala. Depois estas mesas haviam de ser retiradas e esta zona das mesas devia ser revista, mais para baixo ou mais para o lado, para se pôr aqui o fontanário com o Santo António, que é o que as pessoas andam sempre a chatear que queriam aqui o Santo António. Eu não tenho nada a ver com a religião, nem nada contra, mas apoio porque era o que existia cá. E agora as



97. 98. 99. 100. Segundo grupo de imagens apresentadas aos participantes: fotografias da área das habitações da segunda fase de construção

peçoas: “Pois, nunca mais temos cá o nosso Santo António”. Era oportuno que se fizesse cá este tipo de trabalho.

*Maria - Então e relativamente a esta área aqui [Relativamente ao segundo grupo de fotografias]?*

Jorge - Isto era o que lhe dizia no outro dia, estas zonas aqui poderiam ser requalificadas, dar-lhe outro arranjo. Mesmo na parte de baixo também e aquele murete ali deveria ser repensado [muro onde alguns moradores têm cultivos agrícolas, imagem 97]. Aqui em cima esta zona também devia ser toda revista [imagem 98]. Mas acho que sim, acho que têm o que fazer.

*Maria - E quanto a esta área [Relativamente ao terceiro grupo de fotografias]?*

Jorge - Esta área era muito frequentada por nós, mesmo em miúdos, porque havia aqui um campo que foi mandado fazer pelo Bissaya Barreto e que tinha uns bancos muito bonitos, pequeninos, em azulejo. O campo era aqui muito frequentado por nós quando éramos miúdos, depois começaram por vender aquilo à fábrica da cerveja e isto pronto... aqui havia uma zona pedonal que foi feita e por onde nós passávamos. Está aqui [imagem 101] ainda uma das mesas que nós montámos e montámos duas mesas grandes, para doze pessoas. Montámos mais seis pequenas. Só não se mantém as mesas que nos roubaram. Está aqui a escola nova. Havia aqui uma escola que foi feita por iniciativa dos moradores da Relvinha. Na altura quem era o governador civil era o Teles de Oliveira e nós fomos lá e reivindicámos uma escola porque havia aqui uma, mas era muita miudagem e não comportava tudo então fizemos uma escola da parte de baixo... Que agora o Machado mandou destruir porque arquitetonicamente não tinha grande valor, mas foi o que os moradores fizeram de repente. A outra de cima foi aproveitada e é onde está agora a escola nova.

*Maria - Consegue imaginar um projeto de arquitetura nessa zona do qual a comunidade da Relvinha pudesse beneficiar?*

Jorge - Na altura pretendíamos fazer aqui uns balneários para apoio ao polidesportivo e também uma churrasqueira, mas depois desviámo-nos disso. Mas têm aqui uma zona muito bonita, onde podem fazer projetos, inclusivamente um parque infantil. Era os balneários e as bancadas que estavam previstos, mas foi tudo por água abaixo. Podiam ter aqui de novo a zona pedonal, talvez com outro desenho ou redimensionada. Acho que era um aproveitamento muito bom que se podia fazer aqui. Acho que a mata tem espaço e tem condições para isso.

*Maria - Há outras áreas do bairro ou dos seus arredores em que pense que seria possível relevante realizar intervenções no âmbito da arquitetura?*



101. 102. 103. 104. Terceiro grupo de imagens apresentadas aos participantes: fotografias da área da mata do Loreto

Jorge - Há ali para cima ao pé da EDP, aquela zona devia ser também revista. Estou a falar aqui para cima, atrás dos nossos prédios. Tem lá uns caminhos, mas já está tudo cheio de silvas.

*Maria - Que tipo de projetos?*

Jorge - Sei lá, uma zona verde. E estão ali umas casas abandonadas também. Era uma zona que realmente precisava de ser pensada.



7 de abril de 2017

João Fernandes, 65 anos, morador do Bairro da Relvinha desde 1982

*Maria - Boa tarde. O meu nome é Maria Catré e sou aluna de Mestrado Integrado em Arquitetura na Universidade de Coimbra. Na dissertação de Mestrado em que estou a trabalhar, pretendo compreender como é que os alunos de arquitetura podem conhecer o lugar enquanto realidade social enquanto contributo para o projeto. Para isso, estou a participar na vida do bairro e a aplicar metodologias de investigação, como é o caso destas entrevistas, para aferir possíveis conclusões para a minha Dissertação. Gostaria de começar por lhe perguntar como é que começou a sua relação com a zona da Relvinha e com os espaços do bairro? Foi quando começou a viver cá ou antes disso?*

João - O meu percurso não tem nada a ver com o da maioria das pessoas daqui. Eu estive em Moçambique em 76 e na altura, como vieram centenas de milhares de pessoas, havia uma grande falta de casas para as pessoas que vinham. Não havia casas, não havia nada. Então houve o boom da formação de cooperativas de habitação. Eu inscrevi-me numa série delas. Era sócio e pronto, a primeira com que tive oportunidade mais rápida foi aqui. Estivemos um ano e tal, ou mais, a pagar quatro contos sem saber se vínhamos ou se não vínhamos. E foi de facto assim, não tive o percurso que muita gente teve. As habitações onde eu morei nunca passou por barracas nem pouco mais ou menos, estive sempre a viver em casas razoáveis.

*Maria - Quando se mudou para a Relvinha, quais foram as suas primeiras impressões acerca da qualidade dos espaços do bairro e dos usos que a comunidade lhes dava?*

João - A casa em si era um tipo de casa que era da cooperativa. As casas eram boas e resistentes, mas eram casas com canalização exterior, com eletricidade exterior, portas e tudo mais de uma qualidade muito fraca. Eu transformei a casa toda, desde o chão, desde os aros das portas, eletricidade, canalização, louças de casa de banho, louças de chão, tudo. Alterei a casa toda e a maior parte dos moradores assim o fizeram também, aos poucos, como é evidente. A zona é fixe, ao fim e ao cabo, estamos pertíssimo da cidade, do centro. Transportes cada vez há mais.

*Maria - O que achou inicialmente dos espaços públicos aqui do bairro?*

João - Isto aqui era um lamaçal. Ali para entrar no prédio era um lamaçal. Havia uma altura ali no inverno que tínhamos que pôr umas coisas no chão para poder entrar



dentro de casa sem ser na lama. Aos poucos, havia ali meia dúzia de voluntários que andaram a arranjar aquele caminho e, entretanto, as coisas foram evoluindo. Com o apoio da Câmara fez-se ali um muro e as coisas aos poucos, de facto, forma evoluindo. Mais tarde, naquela parte entre os prédios que também era um lamaçal fez-se o possível.

*Maria - Hoje em dia, o que pensa acerca das relações que a comunidade da Relvinha estabelece com os espaços do bairro e áreas da zona? Ou seja, relativamente às atividades que praticam e aos espaços onde são praticadas essas atividades...*

João - Muito honestamente, o meu percurso de vida aqui era mais casa-trabalho e trabalho-casa e nunca estive muito envolvido com a comunidade. Estou muitíssimo mais envolvido agora, apesar de já ter feito antes muitos anos parte dos corpos grandes da cooperativa. Mas estes últimos anos, como deixei de trabalhar, tenho-me envolvido muitíssimo mais. E tento, dentro da minha disponibilidade e dentro do tempo, envolver-me mais e trabalhar em prol da cooperativa e dos moradores e temos as nossas ideias. Esta última direção [da Cooperativa Semearelvinhas], desde que fomos eleitos em dezembro, temos tido já vários projetos. Penso que estamos agora a fazer uma ligação com o bairro aqui debaixo que é o Bairro do Brinca, para fazer uma parceria com eles já para as festas aqui do bairro. Até aqui, as coisas estavam um bocadito paradas, mas agora penso que vão arrancar. Estamos também empenhados em transformar ali aquela oficina num espaço com condições que não tem hoje. Fizemos agora, como sabe, no dia 4 de março, a nossa festa e eu disse que era a última coisa que fazia naquele espaço. Acho que as pessoas merecem as mínimas condições e aquilo não tem as mínimas condições para qualquer evento. Nomeadamente, o chão e as casas de banho. Estamos a pressionar a Câmara e Junta de Freguesia para fazer os melhoramentos daqueles espaços, para que, além de fazermos as nossas festinhas, possam vir também as pessoas de fora a um espaço que valha de alguma coisa. É tornar aquele espaço útil e fazer também uma espécie de centro de dia ou centro de apoio. Isto aqui é tudo pessoas dentro da minha idade ou mais velhas ainda e a maior parte deles está reformada já. Para que as pessoas se possam entreter com o mínimo de condições. Está no projeto também dois anexos, um deles penso que será uma espécie de sala de formação para pôr as pessoas nuns “computadorezitos”. Eu tenho a ideia de falar com os bancos ou coisa assim porque eles têm aqueles computadores que já estão ultrapassados para eles e estão sempre a renovar e tenho conhecimento de que têm oferecido alguns. Era pôr aqui e ter as pessoas idosas a entreterem-se: criar um e-mail, criar uma página no Facebook, irem ao google procurar informação do que mais gostam, seja cozinha, bordados, tudo... Aquilo é uma autoestrada de informação e era para as pessoas conhecerem, de modo a que empreguem melhor o seu tempo e não estejam só no sofá a olhar para a televisão. Principalmente, para obrigar as pessoas a sair de casa. Nós estamos, como tem conhecimento, muito empenhados em meter aqui uns elevadores



nos prédios de cima, porque há pessoas que têm dificuldade já me se movimentar e também têm direito a sair de casa. Eu costumo dizer que detesto ver pessoas presas na própria casa e aqui as pessoas passam a vida presas na sua própria casa. Eu sou contra isso, de modo que estou muito empenhado... e não só eu, também o Jorge e toda a direção.

*Maria - Pensa que aqui mudanças nos espaços do bairro poderiam dar motivação às pessoas para saírem de casa?*

João - Evidentemente. Tudo o que vier de bom e de melhoria é bem-vindo e as pessoas gostam. Tem que se dar uma nova imagem ao bairro. Há aqui um ponto ou outro que evidentemente precisam de melhoramentos. Nomeadamente naquela parte que está entre os dois prédios [blocos de habitação da segunda fase de construção], que aquilo parece, como se dizia em Moçambique, a machamba do povo. Cada um faz o que lhe apetece e parece que são donos daquilo, mas não. Aquilo é um espaço público. A fazer, havia de ser um jardimzinho e inclusivamente tratado pela própria câmara, em vez de cada um andar ali a zangar-se com os outros porque o espaço é deles. E aquilo não é assim, quer dizer, é espaço público que é de todos e todos devem usá-lo em vez de ter aquilo que cada um quer lá. É para isso que foi criado. Se não querem um jardimzinho, que pavimentem aquilo como lá está ao lado e façam lá outra coisa qualquer. Acho que um jardim ali fica realmente bem, tem é que estar cuidado.

*Maria - A partir destas imagens, consegue identificar algumas zonas em que pudesse ser relevante uma mudança ou a realização de um projeto no âmbito da arquitetura? De que tipo de projetos poderia beneficiar a comunidade da Relvinha nestas áreas?*

João - [Relativamente ao primeiro grupo de fotografias, ver página 238] Acho que há espaços aqui que não têm... Enfim, nomeadamente esta zona aqui [imagem 95]. E eu não sei dizer o que seria melhor, mas era dar outro aspeto aqui a isto que não está de facto bem. Acho que há qualquer coisa que não bate certo aqui, tem um ar demasiado desmazelado. Aqui [imagem 96] nem está muito mau, tem um jardimzinho que está mais ou menos cuidado. Aqui é realmente mais esta parte [imagem 95] que precisava mesmo de ser mudada. E ninguém melhor do que um arquiteto para conseguir aqui dar a volta a isto. [Relativamente ao segundo grupo de fotografias, ver página 240] Esta parte aqui tem um aspeto horrível, atrás da oficina [imagem 100]. Mas vai levar os tais anexos e esta zona no projeto vai levar mais qualquer coisa [projeto da nova sede]. Isto aqui tem os caixotes e os detritos do que as pessoas não querem e põem ali. Aqui à frente do bloco B, que é o primeiro prédio de quem sobre, o que está mal é que isto não está devidamente tratado. Está cheio de ervas e, vá, tem umas mesitas para a terceira idade, mas podia ter ali mais qualquer coisa. Não está mal, mas não lhe dão grande utilidade. Eu até costumava andar ali com o meu neto que cá estava, a andar de bicicleta e tal. Mas, de facto, está com um aspeto de abandono. Esta parte que está aqui [imagem 97]



é o que eu digo, cada um faz a sua hortazinha e cria problemas porque uns querem, outros não querem. Acho que este espaço realmente não seria para estar aqui a fazer hortazinhas, porque é um espaço que é de todos os moradores do bairro e andar cada um a fazer o que quer dá mau aspeto. Depois deixam lá coisitas, deixam lá as ferramentas e é uma chatice.

*Maria - E quanto a esta área [Relativamente ao terceiro grupo de fotografias, ver página 242]?*

João - Esta parte aqui tem a ausência de balneários no polidesportivo, que era uma coisa que devia ter sido feita. Apesar de eu não frequentar muito isto, verdade seja dita, falta qualquer coisa.

*Maria - Acha que a área poderia vir a ser mais frequentada no futuro se houvesse uma intervenção?*

João - Sim, acho que se houvesse as mínimas condições as pessoas frequentavam aquilo. E era ter também umas mesitas de piquenique, que penso que agora não há, pois não?

*Maria - Há aqui umas mesas, mas estão com este aspeto [imagem 101].*

João - Pois, estão muito ao abandono. As coisas para serem frequentadas têm que ter condições. Quando as coisas estão cuidadas e há o mínimo de condições as pessoas não vão. Quando as coisas têm um ar de abandono e não têm condições para que as pessoas as frequentem... Podia pôr aqui, como há em algumas praias pluviais, umas “churrasqueirazitas” para que as pessoas façam ali uns grelhados e umas coisas assim.

*Maria - Há outras áreas do bairro ou dos seus arredores em que pense que seria possível realizar intervenções no âmbito da arquitetura? Que tipo de projetos?*

João - Talvez aquela zona debaixo da ponte do IC2. Ou então aquela mata ali ao pé do bairro dos polícias. Tem ali até uma vivenda que nunca foi acabada. Ali está só mato e dá mau aspeto. Não sei se será possível fazer ali uma intervenção.



7 de abril de 2017

Odete Faria, 45 anos, moradora do Bairro da Relvinha desde 1972

Albertina Santos, 61 anos, moradora do Bairro da Relvinha desde 1974

*Maria - Boa tarde. O meu nome é Maria Catré e sou aluna de Mestrado Integrado em Arquitetura na Universidade de Coimbra. Na dissertação de Mestrado em que estou a trabalhar, pretendo compreender como é que os alunos de arquitetura podem conhecer o lugar enquanto realidade social enquanto contributo para o projeto. Para isso, estou a participar na vida do bairro e a aplicar metodologias de investigação, como é o caso destas entrevistas, para aferir possíveis conclusões para a minha Dissertação. Consideram a existência de lugares nesta zona que façam parte da memória do bairro e que sejam ainda hoje identificados como parte da sua identidade?*

Albertina - Eu desde o princípio do bairro não sei, porque não estive cá. Lembro-me que quando para cá vim as casa que havia eram ainda aquelas barracas de madeira. Era tudo casa de madeira e aquilo de que me recordo agora é o começar da construção do bairro.

Odete - Sim, é essa memória da construção que fica.

*Maria - Desde que cá estão, consideram a existência de algum espaço que a comunidade frequente muito?*

Odete - Agora é que já não. As coisas já não são o que eram. Há uns anos atrás isto era sempre gente aqui.

*Maria - Em que zonas?*

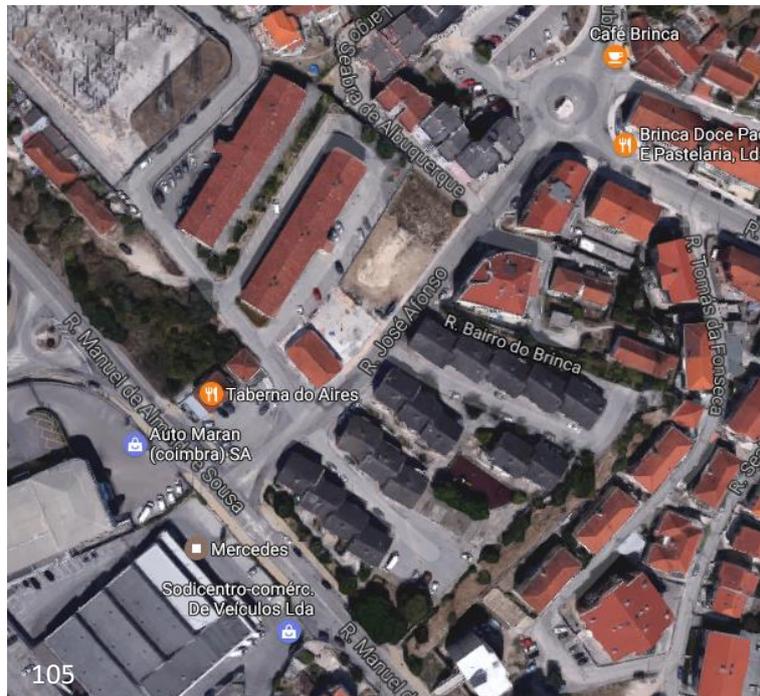
Odete - Aqui nas ruas, era tudo na rua. Havia muita gente, mas agora não, já não se vê gente. Está sempre tudo fechado em casa. Já não tem nada a ver com alguns anos atrás, as pessoas eram mais...

Albertina - Conviviam mais.

Odete - Eram mais unidas e estavam mais juntas aqui no bairro. Agora é cada um por si e acabou a conversa.

*Maria - E acham que não há aqui nenhuma zona com que identifiquem o bairro? Que vos fale da identidade do bairro?*

Odete - Não. Eu acho que não há, mas cada um pensa por si.



105. Fotografia aérea do Bairro da Relvinha apresentada às participantes da entrevista de grupo. Escala 1:2500

106. Planta do Bairro da Relvinha apresentada às participantes da entrevista de grupo com indicação do espaço das escadas junto à fonte a cor-de-laranja, da atual sede da Cooperativa Semearrelvinhas a amarelo e da oficina que virá a ser a nova sede da cooperativa a azul, espaços apontados pelas participantes na entrevista como relevantes para o quotidiano do bairro. Escala 1:2500

Albertina - Não, acho que agora não.

*Maria - Podendo utilizar canetas e a planta disponível, gostaria de saber que espaços frequentam hoje os moradores da Relvinha no bairro enquanto indivíduos [imagens 105 e 106]?*

Odete - Os espaços que se frequentam? É ali nas escadas, no meio das casas, ao pé do parque. A gente normalmente senta-se aqui nas escadas, não é, Albertina?

Albertina - Sim.

Odete - Onde se juntam mais as pessoas é aqui.

*Maria - E que atividades realizam neste espaço?*

Odete - Aqui normalmente é onde estamos a conversar. Vamo-nos juntando aqui de vez em quando.

Albertina - É, a gente junta-se aqui, mas atividades não há assim muitas, é só para conversar.

Odete - São as conversas do dia-a-dia, ou de alguma coisa que aconteça de especial, onde a gente se junta é ali.

*Maria - Há algum outro espaço que frequentem no bairro ou nos arredores enquanto indivíduos?*

Odete - Temos um grupo que vai à noite todos os dias dar uma caminhada, mas não é grande coisa, aqui não há nada.

*Maria - E enquanto comunidade, que espaços frequentam os moradores no Bairro da Relvinha?*

Albertina - Aqui não há nada. Nada. Nada mesmo.

Odete - E é o que faz falta.

Albertina - Juntamo-nos ali [oficina] para uma festa uma vez de vez em quando ou assembleias, mas não há nada.

Odete - Aqui na sede [edifício da primeira fase de construção, onde decorreu a entrevista] há reuniões da direção, mas vão-se juntando os que estão.

*Maria - A partir de uma planta de maior escala, podem falar-me sobre como é que os moradores da Relvinha se relacionam com espaços, equipamentos, serviços e outros bairros desta zona enquanto indivíduos [imagem 107 e 108]?*

Odete - Nada.

Albertina – Nada.



107. Fotografia aérea do Bairro da Relvinha apresentada às participantes da entrevista de grupo. Escala 1:10000

108. Planta do Bairro da Relvinha apresentada às participantes da entrevista de grupo, onde não foram apontadas relações com o bairro. Escala 1:10000

Odete - Eu falo por mim, mas não há assim nenhuma relação com as coisas aqui à volta.

*Maria - Não há lugares onde as pessoas se desloquem para passear, tomar café, trabalhar, ...?*

Albertina - Não há nada. Algumas pessoas vão. Há um café ali, mas nada.

Odete - Cada um vai por si, aos cafés de vez em quando.

*Maria - E as senhoras, que zonas frequentam?*

Albertina - Eu frequento a minha casa. É mais ficar por casa.

Odete - É, é ficar em casa. Eu pelo menos não saio muito. Nem passear, é ficar em casa.

*Maria - E enquanto comunidade, qual é a relação da Relvinha com os espaços externos ao bairro, como equipamentos, serviços e outros bairros?*

Odete - Não há ligação com outros bairros. Não há nada aqui, não vamos a outros bairros nem assim a outros sítios.

Albertina - Se houvesse as pinturas das casas, se se arranjasse a oficina, talvez isso fosse mais explorado. Agora assim não há nada.

Odete - As crianças não têm nada para brincar.

Albertina - Só têm ali um parque.

Odete - Não há um sítio para a gente pôr as crianças com uns computadores ou a gente se sentar a conversar. Como é assim, não há condições para conviver.

Albertina - Pois, não há essa qualidade. Se houvesse, podia ser que não fosse assim.



109. 110. Fotografias antigas de lugares que a participante identifica como parte da memória ou identidade do bairro

111. Fotografia atual de um lugar que a participante identifica como parte da memória ou identidade do bairro e do seu dia-a-dia hoje

ENTREVISTA INDIVIDUAL COM UTILIZAÇÃO DE *PHOTO ELICITATION* A PARTIR DE *PHOTOVOICE*

12 de abril de 2017

Ivone Barra, 45 anos, moradora do Bairro da Relvinha desde que nasceu

*Maria - Boa tarde. O meu nome é Maria Catré e sou aluna de Mestrado Integrado em Arquitetura na Universidade de Coimbra. Na dissertação de Mestrado em que estou a trabalhar, pretendo compreender como é que os alunos de arquitetura podem conhecer o lugar enquanto realidade social enquanto contributo para o projeto. Para isso, estou a participar na vida do bairro e a aplicar metodologias de investigação, como é o caso destas entrevistas, para aferir possíveis conclusões para a minha Dissertação. A partir das fotografias que trouxe, gostaria que me explicasse quais são os lugares que identifica como parte da memória ou identidade do bairro. O que é que a leva a identificar estes espaços como tal?*

Ivone - Nestas fotografias estão as barracas, como era o bairro antigamente. Nestas fotos ainda era nova. Nesta aqui [imagem 109], estou em frente àquela que era a minha casa. Nota-se aqui que era tudo de madeira. Nesta aqui [imagem 110], estou noutra casa ao pé de onde era a antiga fonte, que trouxe na foto em que estou nuns bancos. Esta zona da fonte [imagem 111] também tem um significado para mim. Eu moro ali atrás e aqui é onde era a antiga fonte com o Santo António.

*Maria - Relativamente à fotografia atual da fonte, considera que esse espaço também faz parte da memória e identidade do bairro hoje?*

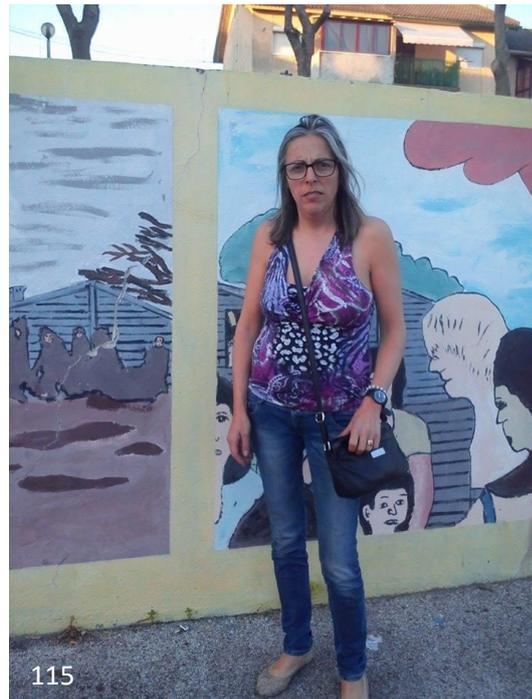
Ivone - Sim, faz.

*Maria - Hoje em dia, como é que os moradores e visitantes veem estes lugares?*

Ivone - Com muita pena por terem mandado aquilo [a fonte] abaixo. Com muita pena mesmo.

*Maria - E quem é que frequenta estes espaços e que atividades pratica?*

Ivone - Agora tem mesas [perto da fonte]. Sentamo-nos ali onde meteram essas mesas. Agora nós queremos tirar de lá as mesas e voltar a pôr uma fonte. É o nosso sonho e nosso desejo voltar a pôr a fonte no sítio onde está essa mesa. Estão lá duas, mas é mais esta [onde está sentada na fotografia]. O Vilas quer tirar de lá a mesa e mandar fazer outra fonte, com a foto antiga que nós temos... que ele tem e que eu não tenho, mas tenho na memória.



112. 113. Fotografias de lugares que a participante identifica como parte do cotidiano do bairro atualmente

114. 115. Fotografia de lugares em que a participante identifica como positiva uma possível revitalização futura através de um projeto de arquitetura

*Maria - Então ainda hoje se juntam neste espaço enquanto comunidade como faziam antigamente?*

Ivone - Sim, sim, é ali.

*Maria - Tem mais alguma coisa a acrescentar sobre os espaços de memória do bairro?*

Ivone - A saudade é a fonte e é o barracão, que também foi abaixo. O barracão era um super [mercado] que nós aqui tínhamos. Íamos lá comprar arroz, café... tínhamos um bocado de tudo. Sempre que precisávamos de alguma coisa íamos lá comprar.

*Maria - A partir das fotografias que tirou, gostaria que me explicasse quais são os lugares que identifica como parte do quotidiano do bairro hoje. O que é que a leva a identificar estes espaços como lugares importantes para o dia-a-dia do bairro hoje?*

Ivone - O significado aqui é o de que nós melhorámos um bocado o bairro. Fizemos um jardim. E é aquela esperança e aquela saudade também, porque esta casa [imagem 112] onde eu tirei esta foto era a minha antiga casa. Agora estou a morar ali [aponta na fotografia], mas antes estava a morar mais em baixo e era aqui nesta casa que eu morava. E a fonte era logo acolá. Saíamos de casa e estávamos lá. A minha casa ficava mesmo, antigamente, ao pé da fonte. E foi esse o significado que eu tirei deste lugar, deste jardim que não é o meu, é de uma vizinha minha. É até uma saudade, que não é das barracas, é mais do antigamente. Éramos mais humildes, mais humanos. Hoje em dia é mais inveja, mas dessas coisas... Mas para mim ainda hoje este lugar aqui tem um significado muito grade, foi onde eu nasci.

*Maria - E esta fotografia aqui [imagem 113]?*

Ivone - Esta aqui é a atual, é onde eu estou atualmente, é o meu jardim e a porta do meu jardim. Aqui é a entrada [aponta na fotografia]. É por trás da casa.

*Maria - Este é um espaço muito importante no seu dia-a-dia?*

Ivone - Sim, é onde eu tenho as minhas plantas. Planto lá as minhas couves, as minhas alfaces, como nós antigamente fazíamos. Ainda tenho esse hábito de plantar algumas coisitas. E esta aqui [imagem 111] é a fonte.

*Maria - Quem é que frequenta estes lugares e que atividades praticam lá? Na rua, no jardim, na fonte...*

Ivone - São frequentados por todos. Quer dizer, no meu jardim só entro lá eu e o pessoal da minha família. Aqui [imagem 111 e imagem 112] é o bairro todo. As pessoas de idade, no verão, vão para ali [aponta para a imagem 111] e ficam ali a conversa. Às vezes estão ali os miúdos a jogar às cartas nestas mesas. À noite metemo-nos ali a conversar e a apanhar o ar fresco.



*Maria - A partir deste último grupo de fotografias que tirou, gostaria que me explicasse quais são os lugares que pensa ser possível revitalizar com um futuro projeto de arquitetura. Hoje em dia, como são esses lugares?*

Ivone - Lugares que pudessem ser mudados era aqui a oficina [imagem 114], era para ver se mudava para melhor. É onde queremos fazer as casas de banho e as obras, onde você foi lá no outro dia e viu. É modificar aquilo. Esta zona aqui [imagem 115] também é para mudar, queremos fazer aqui um jardimzinho na parte de cima. Aqui fizeram estes desenhos de como era o bairro antigamente, as casas da madeira e até a fonte e as pessoas a lavarem na fonte... no fontanário que nós tínhamos. Aqui em cima [aponta para o topo do muro na imagem 115] era onde a gente fazia os bailes. Metíamos um palco lá em cima... fazíamos... que agora vai ser ali na oficina que a gente faz os bailes. Agora é melhorarmos aquilo. A nossa luta agora é isso.

*Maria - E hoje em dia, como é que são vividos esses lugares?*

Ivone - Aqui nesta zona vamos fazer agora um jardim para o dia do bairro florido. Vai haver uma festa do bairro florido, como todos os anos há e nós vamos enfeitar aquilo. Depois vem cá o pessoal da Junta tirar fotos para ver quem é que ganha e é o melhor bairro florido que ganha. É aqui entre o nosso bairro, o do Loreto, entre vários bairros daqui da zona... Nesta aqui [imagem 114], é onde nós fazemos e fizemos ainda agora, os convívios, os almoços e as nossas festas. Quando a senhora lá foi, viu que temos aquelas fotos todas e temos lá aquele bar, tipo mini-bar. A gente quer mudar aquilo e já pedimos à Junta e à Câmara para nos ajudarem a mudar aquilo e a fazer as casas de banho, até já temos aqui as louças [aponta para trás de si, onde estão pousadas as louças de casa de banho uma sala] ... é para nos ajudarem a mudar lá a oficina, o chão, as casas de banho, e para a gente começar a ter aquilo ali todos os dias aberto, para ganhar fundos.

*Maria - Que tipo de projeto pensa que se poderia realizar nestes lugares? E que mudanças iriam essas intervenções trazer para o Bairro da Relvinha? Além da questão da oficina, da qual já estava a falar...*

Ivone - Aqui à frente [aponta a direção na imagem 115] há um jardim, como sabe, era pôr lá umas mesas...

*E aqui neste palco [aponta para o topo do muro na imagem 115]?*

Ivone - Pois, isso é uma coisa que vamos fazer agora e o jardim era para ficar. Nós podíamos pedir a todos os moradores um tijolo, depois comprávamos o cimento. Com isso, dávamos a volta ao muro, metíamos lá terra e as plantas ficavam sempre de um ano para o outro. Depois no dia podíamos enfeitar mais qualquer coisa porque é o concurso, mas o bairro podia ficar sempre assim enfeitado. Mas era arranjar aí essa parte de cima do palco, que aquilo está tudo rachado, é por isso que já não vamos lá fazer as fogueiras [festa dos Santos que os moradores estão a preparar]. Aquilo já está frágil.



*Maria - Há algum outro tipo de projeto que se poderia realizar nestas áreas?*

Ivone - Era a fonte. Em primeiro lugar, o nosso objetivo é arranjar a oficina, para termos condições e para ganharmos fundos... para depois construirmos a fonte e contruirmos o resto aos poucos. Mas também precisávamos de telhados novos, que na minha casa, por exemplo, chove lá dentro. Tenho lá telhas partidas, mas também já não há telhas daquelas. E não há verbas... para mudar o meu, o vizinho também tem que mudar, que é tudo pegado nas telhas e têm que ser todos mudados. Para mudar o meu, têm que ser todos mudados e estão a precisar. Muita gente se queixa nas reuniões que as telhas estão a precisar de ser mudadas, mas o nosso objetivo agora primeiro é arranjar a oficina. E depois arranjarmos a fonte. Mas agora vamos arranjar isto do jardim que é para o mês que vem o concurso e depois vem no Diário das Beiras que é que ganhou, quem é que não ganhou e as fotos.

*Maria - E isso também traz visibilidade ao bairro?*

Ivone - Exato! Por isso mesmo é que vamos arranjar e é para ficar. E depois os enfeites que a gente faz e aqueles arranjos é no dia, na hora.